

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS E A
SEMEADURA DE NOVAS PERSPECTIVAS: OS
SIGNIFICADOS DA (RE) PRODUÇÃO DE SEMENTES
CRIOULAS PARA AS MULHERES NO OESTE CATARINENSE**

NILTON MANOEL LACERDA ADÃO

Florianópolis, dezembro de 2009

NILTON MANOEL LACERDA ADÃO

**MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS E A
SEMEADURA DE NOVAS PERSPECTIVAS: OS
SIGNIFICADOS DA (RE) PRODUÇÃO DE SEMENTES
CRIOULAS PARA AS MULHERES NO OESTE CATARINENSE**

Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em
Agroecossistemas, Programa de Pós-
Graduação em Agroecossistemas, Centro
de Ciências Agrárias, Universidade
Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Valmir Luiz
Stropasolas

Co-orientadora: Prof.^a Dra. Maria José
Hötzel

Florianópolis
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

A199m Adão, Nilton Manoel Lacerda

Movimento das Mulheres Camponesas e a semeadura de novas perspectivas [dissertação] : os significados da (re)produção de sementes crioulas para as mulheres no Oeste Catarinense / Nilton Manoel Lacerda Adão ; orientador, Valmir Luiz Stropasolas ; co-orientadora, Maria José Hötzel. - Florianópolis, SC, 2009.
134 p.: il., grafs., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. 2. Agroecologia. 3. Soberania alimentar. 4. Sementes crioulas. 5. Movimento das mulheres camponesas. I. Stropasolas, Valmir Luiz. II. Hötzel, Maria José. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. IV. Título.

CDU 631

TERMO DE APROVAÇÃO

NILTON MANOEL LACERDA ADÃO

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS E A SEMEADURA DE NOVAS PERSPECTIVAS: OS SIGNIFICADOS DA (RE) PRODUÇÃO DE SEMENTES CRIOULAS PARA AS MULHERES NO OESTE CATARINENSE

Dissertação aprovada em 7/12./2009, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Dr. Valmir Luiz Stropasolas
Orientador (UFSC)

Dr^a. Maria José Hötzel
Co-orientadora (UFSC)

Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Coordenador do PGA (UFSC)

BANCA EXAMINADORA

Dr^a. Maria José Hötzel (UFSC)
Presidente

Dr. Clarilton E. D. C. Ribas (UFSC)
Membro

Dr^a. Maria Ignez S. Paulilo (UFSC)
Membro

Dr. Sérgio L. G. Pinheiro (EPAGRI)
Membro

Florianópolis, 7 de dezembro de 2009.

DEDICATÓRIA

**À “Tobata” (*in memoriam*);
Julieta, meu exemplo de vida;
Alessandra, meu “sul”;
Mariana, minha inspiração.**

AGRADECIMENTOS

Inicialmente à Deus e a todos que compartilharam o desenvolvimento deste trabalho. Em especial à mulheres do Movimento das Mulheres Camponesas, que sempre estiveram disposta a ajudar, minha eterna gratidão.

À Daniele e Alessandra, pelas vezes que leram este trabalho. Novamente à Alessandra, pela compreensão e companheirismo e mariana, a alegria das horas difíceis.

Aos meus colegas de todas as horas e professores do Mestrado em Agroecossistemas e à sempre prestativa Janete.

Por último, não menos importantes, aos meus orientadores Professor Valmir Luiz Stropasolas e Maria José Hötzel pela oportunidade de crescimento, aprendizado, realização profissional e pessoal.

EPÍGRAFE

Semente é algo mais especial, místico,
Símbolo da força, da energia, continuidade da vida.
Semente é ciência,
Semente é conhecimento,
Semente é história,
Semente é dádiva divina,
Semente é patrimônio da humanidade.
Semente é autonomia, liberdade, poder,
Independência, auto-suficiência.
Semente é fonte de vida.

(Iraci Colombo, Camponesa e Dirigente do MMC)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado trata das razões que motivam as mulheres organizadas no Movimento das Mulheres Camponesas a buscarem o cultivo de sementes crioulas visando à produção de alimentos. Para isso, foi realizada uma análise centrada nas práticas e percepções destas mulheres no que se refere à (re)produção e multiplicação de sementes crioulas e sua possível contribuição para a produção de alimentos para o autoconsumo de forma sustentável no município de Itá, região oeste de Santa Catarina. Com o apoio das ferramentas da pesquisa qualitativa, buscou-se interpretar as visões de mundo das mulheres do movimento associando-as às literaturas de diferentes áreas do conhecimento. Utilizou-se como técnica para a coleta de dados entrevistas semi-estruturadas e a observação não participante; já a análise das informações coletadas foi feita através da “análise de conteúdo”. Dentre as principais constatações, destaca-se o fato das mulheres perceberem a importância do MMC para impulsionar a participação nos espaços públicos e a valorização das suas atividades cotidianas. Na horta as mulheres do movimento cultivam as variedades crioulas que simbolizam as lutas pela soberania alimentar integrando a produção de alimentos mais saudáveis com a valorização do papel da mulher nos âmbitos familiar e social.

Palavras-chave: Soberania Alimentar. Gênero. Agroecologia. Sementes Crioulas. Movimento das Mulheres Camponesas.

ABSTRACT

This master's dissertation regards the reasons that motivate the women of the Farm Women Group (Movimento das Mulheres Camponesas - MMC) to produce food by cultivation of creole seeds. For that an analysis was done to know the women's practices and perceptions about the production and multiplication of the creole seeds and its possible contribution to the food production in sustainable way on Itá town in the west of Santa Catarina. Using some researching tools it attempted to understand the world's view of the women in the group linking them with the different knowledge fields. As a technique to gather data, was used the semi – structured interview and the observation without participation; to analyze the gathered information a “content analysis” was performed. One of the most important facts is how the women realize the purpose of the MMC to push their participation on the public spaces and to value their daily activities. The work in the farm is a typical female activity and the cultivation of the creole seeds is a symbol to the struggle for the feed independency with the production of healthy food and the women's valorization of the family and social fields.

Keywords: Gender. Agroecology. Creole Seeds. Women of the Farm Women Group (Movimento das Mulheres Camponesas- MMC).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 Concentração contra a barragem em 1985.....	19
Fotografia 2 Casas construídas p/ recolocação na cidade nova.....	20
Fotografia 3 Torres da antiga igreja matriz.....	21
Fotografia 4 Vista aérea da nova Itá.....	22
Fotografia 5 Um dos primeiros encontros do MMA em 1983.....	48
Fotografia 6 Primeira viagem à Brasília.....	49
Fotografia 7 MMC na Aracruz Celulose.....	53
Fotografia 8 Protesto do MMC em frente a Agroeste em 2008.....	74
Fotografia 9 Reunião sobre sementes transgênicas em 2003.....	76
Fotografia 10 Seminário semente crioulas em Curitiba em 2003.....	77
Fotografia 11 Manifestação em frente ao Banco do Brasil.	79
Fotografia 12 Arranjo com sementes crioulas.....	80
Fotografia 13 MMC na Feira Nacional de Sementes Crioulas.....	83
Fotografia 14 Apresentação da peça teatral na UFSC (2009).....	84
Fotografia 15 Oficina de sementes crioulas em Descanso (2008)...	85
Fotografia 16 Horta como espaço de socialização.....	86
Fotografia 17 Sementes para doações ou trocas.....	87
Fotografia 18 Faixas do MMC (2009).....	88
Fotografia 19 Material didático trabalhado nas oficinas.....	91
Fotografia 20 Oficina de sementes realizada em Itá, abr/2009.....	91
Fotografia 21 Apresentação da horta.....	94
Fotografia 22 Horta.....	95
Fotografia 23 Mulher do MMC tratando bezerro.....	97
Fotografia 24 Homem tratando porcos.....	98
Fotografia 25 Oficina de sementes crioulas em Itá, jul/2009.....	99
Fotografia 26 Cultivo de feijão-de-porco em Itá.....	102
Fotografia 27 Cultivo de ervas medicinais.....	103
Quadro 1 Síntese das fontes de informações.....	25
Quadro 2 Fases para domesticação das espécies vegetais.....	40
Quadro 3 Diferenças entre os sistemas agrícolas.....	42
Quadro 4 Objetivos do Projeto de Sementes Crioulas.....	78
Quadro 5 Conceito de cuidado baseado em Boff.....	110
Gravura 1 Mulheres negociando à margem do Rio Nilo.....	61
Gravura 2 Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil em 1816.....	63
Gravura 3 Monjolo e Atafona.....	66
Gravura 4 Significados da revolução verde para o MMC.....	81
Esquema 1 Representação gráfica na análise categorial.....	28
Esquema 2 Agricultor e relação entre tecnologia e Mercado.....	82
Fluxograma 1 Etapas da pesquisa realizada.....	27

Mapa 1 Localização de Itá no Oeste de Santa Catarina.....	18
Mapa 2 MMC no Brasil.....	52
Mapa 3 Países com filiais da Monsanto.....	75
Tabela 1 Maiores empresas do mercado mundial de sementes.....	72

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Problemática da Pesquisa.....	14
1.2	Hipóteses.....	15
1.3	Objetivo Geral.....	15
1.4	Objetivos Específicos.....	16
2	ÁREA PESQUISADA.....	18
3	METODOLOGIA.....	23
4	TEORIA SUBJACENTE.....	29
4.1	Soberania Alimentar.....	29
4.2	Alimentação Saudável.....	33
4.3	Camponês.....	35
4.4	Ecofeminismos.....	37
4.5	Agroecologia.....	39
4.6	Sementes crioulas.....	40
5	O MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS....	44
	MULHERES CAMPONESAS E A PRODUÇÃO DE	59
6	ALIMENTOS.....	
	Relatos históricos sobre a mulher camponesa e seu envolvimento com a alimentação da família: uma relação possível entre o Egito Antigo e o Brasil até a colonização	
6.1	do Oeste catarinense.....	59
6.2	O MMC e a produção de alimentos.....	67
7	SEMENTES CRIOULAS COMO PROJETO DE	
	FUTURO.....	70
7.1	Mercado de sementes transgênicas.....	70
7.2	Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças.....	76
	SIGNIFICADOS DA RECUPERAÇÃO, PRODUÇÃO E MELHORAMENTO DE SEMENTES CRIOULAS	
8	PARA AS MULHERES DO MMC EM ITÁ (SC).....	90
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118
	APÊNDICE.....	131

1 INTRODUÇÃO

As manifestações e reivindicações dos movimentos sociais rurais externalizam a negação de um modelo que consideram excludente por, entre outras coisas, concentrar a propriedade da terra, explorar e devastar recursos naturais, e controlar as ofertas de alimentos aumentando as desigualdades. O universo da pesquisa foi o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) cujos sujeitos são mulheres que se identificam com o modo de vida camponês tendo como missão a “libertação das mulheres, a produção de alimentos saudáveis e a transformação da sociedade.”

O MMC se identifica como um movimento social do campo que luta pela valorização e reconhecimento da participação das mulheres como protagonistas de espaços decisórios para a construção de um projeto popular de agricultura opondo-se aos padrões da cultura patriarcal. Com estes princípios, desde 2002, o movimento desenvolve o “Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas”. Além do reconhecimento da importância sementes crioulas para o auto-sustento, o movimento destaca nas práticas de cultivo a manifestação da cultura camponesa caracterizada na produção familiar com ênfase no saber popular, almejando a possibilidade da mulher protagonizar sua própria história. Destarte, este estudo visa analisar a identificação das mulheres com este programa para compreender qual é o sentido das práticas vinculadas às sementes crioulas para as mulheres que compõem a base do MMC.

As sementes crioulas são assim denominadas por terem sido modificadas pela ação humana, no decorrer da história, promovendo os conhecimentos tradicionais que foram, e são, transmitidos entre as gerações de agricultores. No entanto, estas sementes estão perdendo espaço para as variedades comerciais. Questionando o modelo que estimula o cultivo de sementes transgênicas, o MMC observa nas práticas com sementes crioulas a autonomia em relação ao mercado convencional e a manutenção da diversidade genética de vegetais além do resgate de práticas sustentáveis de produção, respeitando a biodiversidade local.

Toma-se como ponto de partida o entendimento de que as práticas com sementes crioulas para os movimentos sociais estão relacionadas à soberania alimentar, que implica na produção de alimentos saudáveis com proteção aos setores domésticos de produção e das culturas locais. Observa-se, neste caso, a importância do trabalho

feminino na pequena propriedade rural no cultivo para o autoconsumo da família.

O cotidiano das mulheres agricultoras está relacionado às práticas que contribuem para a qualidade da alimentação da família. Estas ações quando discutidas em espaços coletivos podem estimular a (re) significação do modo de vida camponês pautando-se na valorização da mulher. Diante dessa discussão, esta dissertação consiste em uma análise dos significados dados pelas mulheres do MMC em relação ao manuseio de sementes crioulas observando como estas práticas contribuem para a soberania alimentar.

Para a realização desta pesquisa, apresenta-se um estudo de caso das mulheres pertencentes à base do movimento, residentes em Itá, oeste de Santa Catarina. Entretanto, pautando-se em uma pesquisa qualitativa foi oportuno entrevistar algumas mulheres, com representatividade para o MMC, residentes em outros municípios com intuito de reforçar as constatações da análise desenvolvida. Outra característica deste trabalho está no fato que, mesmo nos capítulos que objetivaram elucidar os componentes teóricos relevantes para embasar a dissertação, declarações de algumas mulheres são apresentadas com a intenção de contextualizar a matriz discursiva do MMC

Para o desenvolvimento do estudo utiliza-se por base o conceito de representações sociais para o entendimento dos vocabulários e conceitos apresentados pelo grupo estudado. De acordo com Stropasolas (2006), as representações sociais podem ser utilizadas em situações específicas para compreensão das experiências, vocabulários, conceitos e condutas que circulam na forma de comunicação. As representações sociais permitem às pessoas terem noções de seus mundos (STROPASOLAS, 2006). Palavras usadas na comunicação cotidiana das entrevistadas podem estar “carregadas” de contradições ideológicas, mas, no entanto, são necessárias para aproximação da compreensão da realidade destas mulheres. Neste caso, termos como “parceria” e “sistema” são apresentados a partir do entendimento do grupo pesquisado para compreender suas relações com a realidade circundante.

As mulheres identificam por “parceria” a relação de produção existente entre o agricultor (integrado), responsável por toda a estrutura (galpão, água, luz, trabalho, etc.), e a empresa, que fornece os animais, ração e acompanhamento profissional especializado. De acordo com o Dicionário Aurélio (on-line, 2009) “as parcerias marítima, agrícola e pecuária, são contratos pelos quais os contratantes cedem a exploração das respectivas atividades mediante o recebimento de uma quota dos lucros.” O termo parceria também é usado pelo IBGE e indústrias, como

a Sadia. Quando as mulheres usam a palavra para identificar esta relação comercial entre indústria e agricultor. Não significa que estão manifestando idéia de valor, no que se refere a divisão das cotas do lucro e trabalho, estão apenas indicando a relação existente e comum no Oeste de Santa Catarina. Da mesma forma, foi tratada a definição de “sistema”, que na interpretação das entrevistadas corresponde ao modo de produção capitalista (na qual estão inseridas as empresas parceiras) que “ditam” suas necessidades de produção e de compra para fazerem parte do contexto social que consideram excludentes.

1.1 Problemática da Pesquisa

Na construção da problemática de pesquisa parte-se do pressuposto que a agricultura pautada na monocultura exige mecanização e grandes quantidades de insumos químicos que tornam o espaço agrícola excludente. Em meio a questionamentos sobre o modelo convencional de agricultura propõe-se práticas com isenção, ou menor utilização de agroquímicos. Assim, este estudo fundamenta-se na relevância do cultivo de sementes crioulas, baseado no conhecimento das mulheres, visando contribuir para a produção de alimentos para o auto-sustento com valorização do conhecimento tradicional local, sem desconsiderar a aplicação de novas técnicas que sejam sustentáveis.

Na realização deste estudo, opta-se pela análise das abordagens do MMC no que se refere à soberania alimentar considerado conceito chave nesta abordagem pelo fato de permitir o questionamento e a oposição ao modelo agrícola vigente e a valorização da mulher no campo. Parte-se do pressuposto que as mulheres do movimento fundamentam as suas práticas na construção de uma sociedade que valorize a agricultura camponesa. Para entender a viabilidade destas premissas, faz-se necessário compreender como a participação das mulheres na (re)produção e troca de sementes crioulas pode significar oposição à um modelo de produção agrícola estimulado pelas grandes corporações industriais e, ao mesmo tempo, atender à necessidade de uma alimentação saudável e variada para o autoconsumo da família.

Neste estudo, privilegia-se a análise das ações da base do movimento voltadas para o cultivo de sementes crioulas, norteadas pelos objetivos do MMC, como forma de se compreender os anseios individuais e coletivos das mulheres envolvidas. Para isso, aborda-se o Programa de Recuperação, Reprodução e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças, proposto pelo MMC, além do resgate da história do movimento correlacionando-o com a própria história de algumas

mulheres para, concomitantemente investigar e levantar os temas atuais relacionados à busca da soberania alimentar pautada na produção agrícola sustentável com ênfase na valorização da mulher no âmbito da agricultura familiar.

Diante dessa problemática, o estudo busca compreender em que medida as experiências das mulheres da base do MMC vinculadas à recuperação, reprodução e melhoramento de sementes crioulas protagonizam e revelam nas suas práticas as concepções de soberania alimentar?

1.2 Hipóteses

Parte-se da hipótese que a produção e a troca de sementes crioulas por parte das mulheres do MMC, no Oeste de Santa Catarina, são experiências de valorização das atividades que elas realizam no âmbito das unidades produtivas familiares, com as seguintes repercussões:

- O cultivo de sementes crioulas está diretamente relacionado às práticas voltadas ao cultivo para obtenção de alimentos que sejam adequadas às condições socioambientais locais com valorização das manifestações culturais.
- Encontram-se nas práticas voltadas para a produção e multiplicação de sementes crioulas os conceitos e princípios que norteiam a matriz discursiva do MMC, vinculadas às questões de gênero, agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.
- Ao praticar aquilo que os movimentos sociais rurais colocam como concepções, estas mulheres estão contribuindo para a disseminação de práticas sustentáveis de cultivo, enfatizando a relevância do trabalho feminino na família e na sociedade.

1.3 Objetivo Geral

Para abordar a problemática da pesquisa, define-se como objetivo principal a análise dos significados formulados pelas mulheres do MMC/SC na reprodução e multiplicação de sementes crioulas para a produção de alimentos na perspectiva da soberania alimentar.

1.4 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, trilha-se o seguinte caminho:

- A partir do resgate da história do MMC, aborda-se o processo de construção de suas místicas e bandeiras de luta e os elementos para a valorização do cultivo de sementes crioulas;

- Destacar os elementos que (re) afirmam significados atribuídos pelas mulheres da base do movimento ao cultivo de sementes crioulas para o autoconsumo no âmbito da agricultura camponesa;

- Investigar a influência dos discursos e das ações do MMC junto às mulheres pertencentes à base do movimento no que se refere ao cultivo de sementes crioulas; e

- Identificar as práticas, iniciativas e experiências das mulheres da base do MMC, especificamente no município de Itá, Oeste catarinense, voltadas à guarda, multiplicação e reprodução de sementes crioulas.

No conjunto, a estrutura desta dissertação agrega os capítulos de forma a correlacionar a discussão teórica com a realidade do universo da pesquisa.

No segundo capítulo, coloca-se em relevo a área pesquisada para destacar os limites geográficos onde foram realizadas as entrevistas com as mulheres da base do movimento. Apresentou-se algumas características históricas e socioeconômicas, do município de Itá (SC), relevantes para o melhor entendimento da realidade em que vivem as entrevistadas.

Posteriormente, apresentam-se os métodos utilizados no desenvolvimento deste estudo, o universo da pesquisa e os procedimentos metodológicos referentes à coleta e análise dos dados da pesquisa teórica e de campo.

No capítulo 4 são discutidos os conceitos norteadores da pesquisa.

No quinto capítulo apresenta-se breve estudo do contexto histórico regional, que permitiu as definições da estrutura organizacional do MMC e suas bandeiras de lutas, associando-as à história de algumas mulheres participantes do movimento. Assim, foi possível contextualizar a construção da identidade individual e coletiva com base em algumas premissas do movimento.

No sexto capítulo parte-se da tese de que as mulheres sempre estiveram envolvidas com o cultivo e o preparo dos alimentos da família. Para isso, procurou-se descrever e interpretar as possíveis semelhanças entre as práticas alimentares das mulheres na história.

Posteriormente, destacou-se a importância dada pelo MMC ao papel da mulher camponesa na produção e preparo do alimento para o autoconsumo.

No capítulo 7, aborda-se o mercado de sementes, colocando-se em relevo como o MMC, por intermédio do Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças, expressa a importância das atividades realizadas pelas mulheres na “horta” como exemplo de produção agroecológica e de proposta de soberania alimentar, com a valorização do trabalho da mulher camponesa na produção para o autoconsumo e o resgate das sementes crioulas.

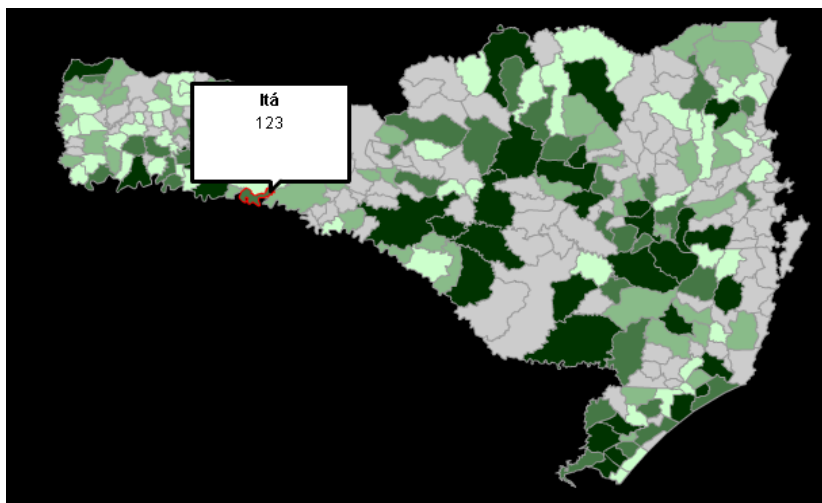
No capítulo 8 analisam-se as práticas das mulheres pertencentes à base do MMC no município de Itá, associando-as às propostas do movimento e resgatando o referencial teórico para compreender a relação entre prática e teoria na fundamentação da proposta de soberania alimentar.

Nas considerações finais resgatam-se os objetivos com o intuito de sintetizar os resultados da pesquisa.

2 ÁREA PESQUISADA

Este estudo é resultado de uma pesquisa realizada no município de Itá, Oeste de Santa Catarina, com mulheres da base e lideranças do MMC. Cabe destacar, também, que foram realizadas entrevistas com algumas mulheres que são consideradas referências para o movimento no que se trata do cultivo de sementes crioulas residentes em outros municípios de Santa Catarina. Entretanto, visando identificar determinadas ações (que fossem representativas para uma determinada localidade), ênfase foi dada às mulheres do movimento residentes em Itá.

O município de Itá está localizado no alto vale do Rio Uruguai, região Oeste de Santa Catarina, na região sul do Brasil. Com uma área territorial de 165,46 Km², Itá está localizada entre as coordenadas geográficas 52.32° O. e, 27.29° S. fazendo divisa com o estado do Rio Grande do Sul. Destaca-se no mapa a sua localização em relação ao estado de Santa Catarina.



Mapa 1- Localização de Itá no Oeste de Santa Catarina
Fonte: IBGE (2009)

De colonização italiana e alemã, em uma terra já habitada por caboclos, Itá foi elevada à condição de município no ano de 1956. No entanto, devido à construção de uma barragem no rio Uruguai para a

instalação de uma usina hidrelétrica, em 1996 uma nova cidade foi totalmente planejada e construída substituindo a antiga sede.

A construção da usina fez do município um dos berços de outro movimento social, o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). Neste local, foi intensa a insegurança dos agricultores que teriam as suas terras inundadas. Com o risco de um futuro incerto os agricultores se organizaram e mobilizaram forças para reivindicarem seus direitos em oposição às desapropriações e indenizações estipuladas pela Eletrosul.



Fotografia 1- Concentração contra a barragem em 1985

Fonte: CEOM (2009)

Em referência a este momento da história da cidade, um dos organizadores deste movimento comentou:

“foi uma luta muito acirrada, mas nós conseguimos que a Eletrosul fornecesse terras em outras localidades onde foram construídos assentamentos para os agricultores que tiveram suas terras inundadas”. (EA1)

A fotografia 2 mostra as mudança para cidade nova em 1994.



Fotografia 2- Casas construídas para recolocação na cidade nova
Fonte: CEOM (2009)

A direção do MAB, que possuía um posicionamento político e ideológico contrário ao sindicato e neste período formaram um grupo de oposição sindical á uma administração que era acusada de “peleguismo”¹. Esta oposição viria posteriormente assumir a administração do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF) no município. Dos participantes do MAB, e posteriormente do Sindicato, muitos atualmente são pais e maridos das mulheres que integram o MMC. Pode-se afirmar que esta boa relação entre o SINTRAF e o MMC possibilitou parcerias para o desenvolvimento de diversas ações junto às comunidades, o que não é comum em outros municípios. Sobre esta questão, uma representante do MMC em Itá afirma:

“ o movimento sempre trás muitas novidades e nós não temos problemas com a secretaria do Sindicato, o que não costuma ser comum em outros municípios”.(ER1)

Sobre as características socioeconômicas, de acordo com o Censo Demográfico, realizado em 2007, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui 6.417 habitantes distribuídos em uma área da unidade territorial de 16.546, Km² com o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de 13.073 Reais (IBGE, 2009).

¹ Quando entidades sindicais aderem à interesses patronais ou estatais de forma contraditória aos interesses dos sindicalizados.

Já dados da prefeitura assinalam que o município possui 6.755 habitantes e, destes, 3.337 são moradores da área rural e o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE aponta a existências de 634 estabelecimentos agropecuários distribuídos em 11. 905 hectares. Destaca-se na produção agropecuária a “parceria” entre o produtor rural e a indústria tornando o município o oitavo maior produtor de galos, frangos, frangas e pintos do país e segundo maior de Santa Catarina ficando atrás de Concórdia. De acordo com a pesquisa sobre produção pecuária municipal realizada pelo IBGE, no ano de 2002, Itá apresentava um efetivo de 6.126. 037 cabeças destes galináceos. Além da produção de frango, é comum a criação de porcos e a produção de leite, fazendo jus ao seguinte comentário de uma representante do MMC:

“aqui todas as agricultoras (mulheres do MMC) ou tem galinheiro, ou chiqueiro, ou vaca de leite”.(ER1)

Hoje o município também apresenta potencialidades turísticas com uma rede hoteleira, um complexo turístico com piscinas de águas termais, calendário de festas, mirantes, passeios programados e dois museus, tendo como símbolo as torres da Igreja Matriz, única construção da cidade antiga que não foi totalmente inundada.



Fotografia 3- Torres da Antiga Igreja Matriz
Fonte: Prefeitura Municipal de Itá (2009)

A fotografia 4 mostra a “nova Itá” que foi construída em área mais elevada. Ao lado destaca-se o lago onde antes localizava-se a antiga cidade.



Fotografia 4- Vista aérea da nova Itá
Fonte: Prefeitura Municipal de Itá (2009)

Como destaca um panfleto de divulgação, “Itá é um lugar cheio de contrastes”, o moderno e o antigo estão muito próximos, como relataram alguns moradores, “a cidade nova surgiu do dia para noite”. Diante disto, houve perdas e conquistas, as relações se intensificaram, o passado está muito vivo na memória ao mesmo tempo em que o futuro traz esperanças e dúvidas de forma mais acentuada. Além disso, esta conflituosa transição possibilitou aos movimentos sociais como o MAB e o MMC uma boa relação com o SINTRAF. Observando as afinidades do MMC com o município, as práticas referentes ao projeto de sementes crioulas são representativas para analisar os objetivos almejados no cultivo, armazenagem, melhorias e trocas de sementes crioulas de hortaliças.

3 METODOLOGIA

Este estudo adotou como referencial metodológico, noções e conceitos de campesinato, gênero, ecofeminismo, agroecologia, sementes crioulas e produção alimentar, bem como fontes de informações complementares como as publicações periódicas do MMC, materiais didáticos utilizados nas oficinas do movimento e dados estatísticos importantes.

As informações foram sistematizadas e analisadas no conjunto da pesquisa com base livros, periódicos, trabalhos acadêmicos e publicações disponíveis na rede mundial de computadores (INTERNET) que permitiu o acesso a artigos que as bibliotecas e livrarias acessíveis presencialmente não disponibilizavam. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica resulta do estudo de registros *on-line* e impressos para fundamentar as informações apresentadas.

Realizou-se, também, uma pesquisa documental “que trata de documentos sem tratamento analítico”, (NEVES, 1996, p. 3), para resgatar fontes de dados e informações sobre o MMC e as mulheres que estabelecem relação com o movimento. Assim, em alguns momentos deste estudo foram apresentados trechos de atas de reuniões e sermões religiosos. Outros documentos de grande valor nesta pesquisa foram as fotografias. Para reforçar e ilustrar o trabalho foi realizado, ou resgatado, o registro fotográfico das práticas das mulheres tanto no trato com as sementes crioulas quanto nas ações do Movimento das Mulheres Camponesas, como encontros, reuniões, cursos e passeatas. Neste caso, além dos registros obtidos em campo, foi de grande valia a pesquisa realizada no acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) de Chapecó, que digitalizou variados documentos sobre a história do MMC.

O método deste trabalho foi a pesquisa qualitativa com uso de entrevistas estruturadas, na forma de questionário, e semi-estruturadas com roteiro pré-estabelecido e questões abertas. O questionário serviu para uma melhor compreensão da realidade socioeconômica local, sendo portanto a base para as abordagens das entrevistas semi-estruturadas, fonte, das falas apresentadas neste estudo.

A entrevista semi-estruturada tem por característica permitir maior flexibilidade ao entrevistador e entrevistadas (os). Isto possibilitou que em algumas vezes no decorrer das entrevistas novos temas surgissem direcionando a discussão para novas questões que permitiram uma melhor compreensão da realidade local. Para isto, inspirou-se em Duarte (2002), pressupondo que enquanto surgirem

dados originais de interesse para a pesquisa, as entrevistas devem continuar para garantir um material denso e consistente.

O universo da pesquisa de campo que fortalece a abordagem empírica, foram as mulheres da base do MMC, da direção ou que são consideradas referências para o movimento. Para abarcar as duas últimas categorias de entrevistadas, a limitação geográfica foi o estado de Santa Catarina. Da base, foram entrevistadas todas as participantes das 3 últimas oficinas sobre sementes crioulas realizadas em Itá. Neste caso, praticamente todas as mulheres que representaram o movimento no município, ano de 2009, foram entrevistadas. Entende-se por referências as mulheres que não possuem função de direção, mas devido ao seu envolvimento com o movimento, história de vida e práticas cotidianas são consideradas exemplos para o MMC no manuseio com sementes crioulas. Ao todo foram entrevistadas (E) 17 mulheres; destas, 11 são da base (EB) e residem em Itá; das consideradas referências (ER) duas moram em Itá, uma em Descanso, uma em Arabutã e uma em Lages; além destas foi entrevistada a Coordenadora do MMC/SC (EC), que reside em Itá. No decorrer das entrevistas foi dada a devida atenção a determinadas expressões corporais e faciais que pudessem sinalizar posicionamentos de alegria, repulsa, vergonha, raiva, e outros gestos que caracterizassem a ênfase dada pelas mulheres às questões abordadas.

Sempre que possível procurou-se resgatar nas entrevistas a história das mulheres que participam do MMC a mais tempo. Segundo M. A. Paulilo (1999), com a história de vida é possível captar a intersecção entre individual e social e resgatar elementos do presente fundamentado em evocações passadas. Sendo assim, devida ênfase foi dada aos relatos das experiências vivenciadas pelas entrevistadas.

Com autorização prévia, as entrevistas foram gravadas e transcritas na sua totalidade. Entretanto, já na primeira entrevista percebeu-se que o gravador deixava algumas mulheres pouco à vontade e preocupadas em responder da melhor forma possível. Assim, muitas vezes, relatos considerados pertinentes para melhor compreensão das suas inquietações ficavam implícitos. Diante disto, o diário de campo e o lápis passaram a ser instrumentos necessários para o registro das conversas “pré” e “pós” entrevistas. Neste caso, alguns comentários de pessoas (EA) que não faziam parte do grupo estudado permitiram ao pesquisador o melhor entendimento da realidade. Merece destaque comentários de um ex integrante do MAB no município, a mãe de uma participante do movimento que esteve na Itália, o relato de uma mulher da base residente em Arabutã que participou da invasão da Aracruz Celulose, a opinião do marido de uma mulher da base do movimento

sobre a criação de porcos e os comentários de uma Agente de Saúde local sobre os problemas de saúde nas localidades do município Assim, cabe afirmar que os momentos de “roda de mate²”, almoços, conversas informais junto às outras mulheres do movimento e familiares, visitas às hortas e horas de despedidas foram fundamentais para coletar informações que, em muitos casos, não foram explicitadas nas entrevistas formais.

Além das entrevistas, foi possibilitado pelo movimento a participação do pesquisador em algumas oficinas sobre as práticas de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas desenvolvidas pelo MMC. Este momento da pesquisa consistiu na utilização do método “observação não-participante” assim denominada quando o pesquisador registra os acontecimentos sem a participação no trabalho do grupo (MACKERNAN, 2009). O acompanhamento das oficinas, realizadas no ano de 2009, foi de grande valia por ser um momento que reúne as participantes da base do movimento de uma localidade. Nestas reuniões foi possível observar como são socializadas as teorias e práticas relacionadas ao cultivo de sementes crioulas e foram registrados por meio de fotografias e gravação de áudio.

n.º	Identificação	Cód.	Observações
11	Mulheres da Base	EB	Residentes em Itá, representam na totalidade as mulheres que participaram das oficinas sobre sementes crioulas em dezembro de 2008 e no ano de 2009.
5	Referências	ER	Assim identificadas pelas próprias mulheres da base e lideranças do movimento
1	Coordenadora Estadual	EC	Tem função administrativa representando o movimento em Santa Catarina.
5	Entrevistas de Apoio	EA	Suas informações contribuíram para o

² Hábito regional de se reunir para consumir erva-mate. Como eles mesmo afirmam, este é um momento que vizinhos e familiares aproveitam para “colocar as conversas em dia”.

			entendimento da realidade do grupo pesquisado.
**	Registro das oficinas	OF	Momento em que foram registradas as opiniões das mulheres do movimento na coletividade.

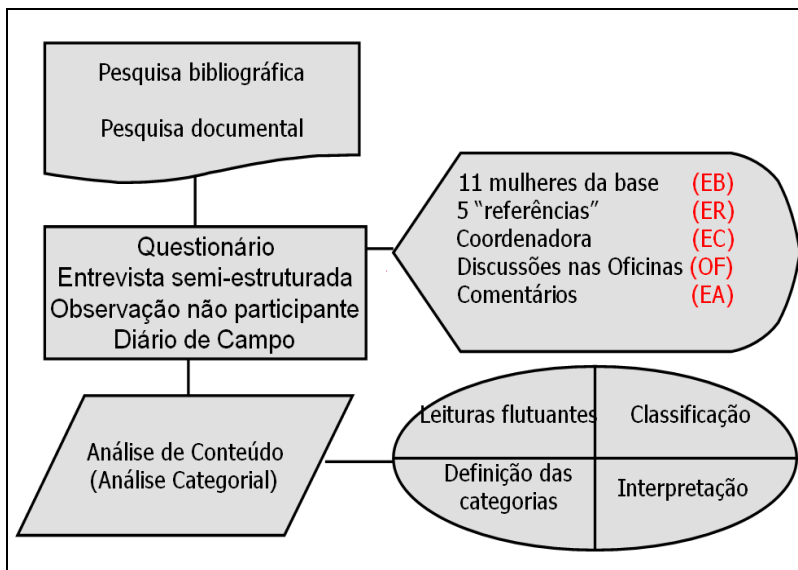
Quadro 1 - Síntese das fontes de informações

Fonte: O autor (2009)

A abordagem analítica dos dados obtidos nas entrevistas e nas oficinas teve por base o método Análise de Conteúdo que é realizado em função das hipóteses emergentes para a construção do entendimento do discurso (BARDIN,2009). Caregnato e Mutti (2006) definem que a Análise de Conteúdo é composta por três grandes etapas: a pré-análise, exploração do material, além do tratamento dos resultados e interpretação. No desenvolvimento destas etapas, utilizou-se como base o trabalho de Bardin (2009).

A Pré-análise iniciou-se a partir de “leituras flutuantes”, ou seja, os elementos analíticos emergiram diante de leituras repetitivas sem um foco predeterminado e, pouco a pouco, tornaram-se mais precisas em função das hipóteses emergentes (BARDIN, 2009). Após, os dados foram codificados para indicar a escolha das categorias a serem analisadas de acordo com os objetivos do estudo.

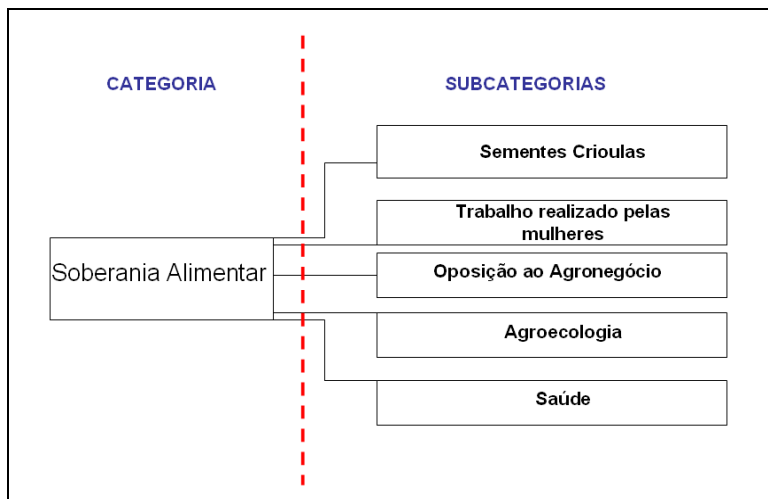
No fluxograma 1 representam-se as etapas do desenvolvimento da pesquisa.



Fluxograma 1- Etapas da pesquisa realizada

Fonte: O Autor (2009)

Para exploração do material, aplicou-se a análise categorial, que consistiu no desmembramento das entrevistas em unidades seguindo reagrupamentos analógicos resultantes da pré- análise. De acordo com Bardin (2009, p. 39) “é o método de categoria, espécies de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem”. Como comenta Bardin (2009), tudo depende do que se procura. Para melhor relacionar o método aos objetivos da pesquisa, optou-se pelo uso de uma categoria única, soberania alimentar, que perpassa pelas subcategorias sementes crioulas, trabalho realizado pelas mulheres, oposição ao agronegócio, agroecologia e saúde; que nada mais são do que as categorias emergentes da pré- análise.



Esquema 1- Representação gráfica da análise categorial

Fonte: O autor (2009)

O tratamento dos resultados e interpretação consistiu em analisar as categorias observando a pertinência com o quadro teórico definido e a representatividade dos dados apresentados. Neste sentido, as falas apresentadas, quando tratam de uma única pessoa objetivam validar a realidade de todo o grupo estudado, ou seja, foram escolhidos trechos de entrevistas que visam representar as inquietações individuais com base na frequência de suas aparições nos discursos ou pela relevância de alguma fala para o grupo. Em observação à este ultimo, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, foi possível dar um caráter intuitivo em relação à apresentação dos dados tratados, neste caso, para não perder o caráter científico foram importantes os registros das observações não participantes nas oficinas de sementes e os registros do diário de campo.

Visando atender a uma solicitação da maioria das entrevistadas, os vícios de linguagem quando desnecessários não são apresentados neste estudo. Entretanto, procurou-se ter o devido cuidado para não distorcer as informações e ser coerente com as opiniões das entrevistadas.

4 TEORIA SUBJACENTE

Além das questões de gênero, cinco conceitos apresentam-se como relevantes para o entendimento deste trabalho: soberania alimentar, camponês, ecofeminismo, agroecologia e sementes crioulas. Estes serviram como base para as construções teóricas associadas aos objetivos deste trabalho e às práticas do MMC.

4.1 Soberania Alimentar

Para o melhor entendimento da noção de soberania alimentar analisou-se as associações e contradições entre a sua definição para os movimentos sociais e outros dois enfoques dados para a produção e acesso aos alimentos: Segurança Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) segurança alimentar é o acesso contínuo de toda a população à alimentos com qualidades nutricionais em quantidade suficiente para garantir a vida ativa e saudável. Nesta perspectiva, a segurança alimentar pode ser objetivo dos dois modelos de produção agrícola: o Agronegócio e a Agricultura familiar. Ambos argumentam que buscam saídas para a crise alimentar. Entretanto, o Agronegócio visa a produção de alimentos em grande quantidade via regulação feita pelos mercados a partir de sementes transgênicas e biotecnologia protagonizando o desenvolvimento rural como espaço de produção agrícola. No que se refere à agricultura familiar, o rural é tido como espaço de vida e a produção perpassa por implicações do meio cultural e ambiental, visando atender a mercados locais, sendo mais propício para produção diversificada e manutenção das variedades crioulas de sementes.

Outro conceito pertinente para discutir os temas relacionados à produção de alimento é o de SAN que é definida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) como o direito ao “acesso regular e permanente a alimentos em qualidade e quantidade suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais”, baseando-se em “práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.”

De acordo com Maluf (2007) a SAN é um dever do Estado e da sociedade, sendo referência para políticas públicas e mobilizações sociais. Para este mesmo autor, a SAN está atrelada a dois princípios: o

direito humano à alimentação adequada e saudável e à soberania alimentar.

Neste sentido, a SAN sobrepõe-se a uma lógica especificamente mercantil, que pode se apropriar da definição de segurança alimentar, e visa ações que ganham contornos de justiça social ao ter como pauta a garantia que uma família possa ter acesso às quantidades necessárias e contínua de alimentos para uma vida saudável e que, ao mesmo tempo, valorize as características culturais e hábitos alimentares de um povo.

Para os movimentos sociais rurais, o rural é um espaço de vida e de sociabilidade na qual pode ser incluída a noção de soberania alimentar. Este conceito, muitas vezes é confundido com o de segurança alimentar, como observa-se na afirmação de Frei Betto (2003, 62-63):

A SEGURANÇA alimentar é um conceito relacionado com a segurança nacional, uma vez que a soberania de uma nação corre o risco de fragilizar-se ao não garantir alimento em quantidade e qualidade suficientes à sua população.

No jogo de palavras de Frei Betto, fica perceptível a confusão conceitual entre as palavras segurança e soberania. Neste estudo, parte-se do princípio de que a segurança alimentar consiste em alcançar níveis nutricionais seguros para o bem-estar da população, já soberania alimentar está na forma como cada país pode e deseja garanti-la.

Segundo Moreno (2008), o conceito de soberania alimentar foi apresentado pela Via Campesina³ em Roma, 1996, na Conferência Mundial sobre a Alimentação que comemorava 50 anos da FAO. Para esta autora, o que distingue a segurança da soberania alimentar é que esta última defende o direito dos povos produzirem seus alimentos antes de decidir sobre as necessidades [ou optarem por ofertas] externas, ou seja, proporcionar aos países a autodeterminação das políticas e produção interna antes de se voltarem para importações e exportações reguladas pelo mercado. Observa-se no conceito de soberania alimentar a valorização de culturas de cultivo e de alimentação de um povo para salientar a identidade nacional.

³ Atualmente o MMC está articulado com a Via Campesina, que foi criada em 1993 em uma conferência realizada na Bélgica. A Via Campesina é um movimento internacional que coordena ações de grupos de camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores rurais, indígenas, sem-terras, mulheres e jovens rurais e trabalhadores agrícolas organizados em 56 países da Ásia, Europa, África e Américas (VIA CAMPESINA, 2009).

[Soberania alimentar é] Direito à autodeterminação dos povos na gestão de sua própria política agrícola e alimentar, o que inclui preocupações que colocam como prioridade para a agricultura mundial a produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade e culturalmente apropriados, para o mercado interno, exigindo a manutenção de um sistema de produção camponês diversificado voltado para questões como a biodiversidade, o respeito à capacidade produtiva das terras, o valor cultural e a preservação dos recursos naturais (SOUZA, 2005, p. 492).

A soberania alimentar é um conceito formulado pelos movimentos sociais para criticar a internacionalização dos meios produtivos. Padroniza-se a alimentação a ser comercializada que para o seu cultivo demanda tecnologias que deixam o pequeno produtor rural dependente dos insumos fornecidos por empresas internacionais. Além disso, padroniza-se um modelo de cultura alimentar na comercialização de gêneros alimentícios que descaracterizam os costumes locais onde o que comer e como cultivar está relacionado à identidade de um povo. Além disto, ressalta-se que ao mesmo tempo em que aumentou a produtividade, em muitas regiões do planeta o acesso tornou-se limitado aumentando a desigualdade entre os países.

O agronegócio foi reforçado com o pacote tecnológico da década de 60 que ficou conhecido como “revolução verde” cujos resultados reforçam a necessidade de construção do conceito de soberania alimentar que tem contornos sociais e conseqüentemente políticos. Para Hobsbawm (1995), a vida rural foi transformada por novas tecnologias, colheitas, organização, *marketing* e variedades cientificamente modificadas. Para este autor, por mais controversa que possam ser as conseqüências da “revolução verde”, grande parte do mundo, como a Ásia, seriam incapazes de alimentar a população que se multiplicava rapidamente.

Entretanto, muitos problemas afetaram os países e as populações mais pobres do mundo. Chonchol (2005), ao levantar dados históricos que fundamentam o conceito de soberania alimentar, destaca que a “revolução verde” apesar de seus resultados produtivos favoráveis, trouxe conseqüências sociais desfavoráveis apresentando o caso da Índia que, na década de 60, 18% do campesinato não possuía terras e na década seguinte esta percentagem já havia aumentado para 33%. No Brasil, também reforçou-se a desigualdade social. Segundo Miranda *et.*

al. (2007), a produção pecuária e de grãos tornaram-se importantes geradoras de divisas para o país, entretanto, o sucesso comercial não vem impedindo os desequilíbrios econômicos, sociais e ambientais. Opondo-se a essa realidade, os movimentos sociais fundamentam-se na soberania alimentar para denunciar as práticas comerciais que consideram excludentes dando contornos políticos ao conceito.

A soberania alimentar, neste trabalho, está embasada nas decisões do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar que ocorreu em Havana, Cuba, entre os dias 3 e 7 de setembro de 2001. De acordo com Siliprandi (2001) este fórum contou com cerca de 400 delegados de mais de 60 países que representavam aproximadamente 200 organizações sociais de trabalhadores, pesquisadores, camponeses, jovens, indígenas, pescadores, organizações não governamentais e também de mulheres. Esta autora reforça que o fórum de Havana é considerado um marco para definição de novas propostas para o combate a fome no mundo. Das decisões deste encontro⁴, consideram-se mais pertinentes para este trabalho: apoio à agricultura camponesa opondo-se ao agronegócio, valorização da mulher, defesa de uma política alimentar própria para cada país, direito sobre as sementes, preocupação com os seres humanos e os recursos naturais .

Com base nas orientações sobre soberania alimentar, observa-se um posicionamento político e ideológico que se opõe ao agronegócio e à necessidade de importar alimentos de outros países. Sobre esta questão, cita-se as palavras de Egidio Brunetto, da coordenação da Via Campesina, apresentadas no site institucional do MMC em outubro de

⁴ Conforme o Fórum de Havana, a soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas e **estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos**, que garantam o direito à alimentação para toda a sua população, com base na **pequena e média produção**, respeitando as próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, **nos quais as mulheres desempenham um papel fundamental**. [...] Propugna-se uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculada ao território; voltada prioritariamente aos mercados locais; que se **preocupe com os seres humanos; que preserve o ambiente e os recursos naturais; que preserve e valorize as culturas locais**. [...] A soberania alimentar pressupõe uma Reforma Agrária radical, e o apoio às agriculturas familiares, em **que as mulheres tenham igualdade de oportunidades e de acesso aos meios de produção**. [...] A apropriação dos **direitos sobre as sementes** por parte de **grandes empresas fere radicalmente qualquer princípio de soberania alimentar**. Para se obter soberania alimentar, são necessários sistemas produtivos sustentáveis, em **que se valorize a sabedoria e as culturas locais e, em especial, os hábitos alimentares**. A alimentação jamais deverá ser utilizada como arma de pressão econômica e política entre os países. (SILIPRANDI, 2001, grifo nosso)

2008, sobre a especulação financeira que concentra a produção de alimentos controlando o preço de alimentos.

Os produtos agrícolas passaram a ser “*commoditis*”, que agora são vendidas nas bolsas de valores em ações. Grandes especuladores controlam 60% do trigo, por exemplo. A alta do preço dos produtos agrícolas tem origem na especulação financeira. Esses produtos são vendidos a seis ou sete vezes mais caros nas bolsas, sem, em muitos casos existirem (BRUNETTO, 2008 apud MMC).

Os movimentos sociais condenam a concentração e internacionalização da produção, acusada de aumentar a pobreza e a desigualdade social no campo. Com base na soberania alimentar, estes movimentos defendem a existência de uma Política Estatal que não implique em acordos internacionais que possam interferir nos modos de cultivo, cultura e propriedade intelectual de uma nação. É apresentado como saída a produção familiar nas pequenas e médias propriedades agrícolas com destaque para o trabalho feminino e defende-se um modelo sustentável de valorização das culturas locais com igualdade de oportunidades para as mulheres.

Além dos componentes nutricionais os alimentos possuem uma conotação social sob um prisma simbólico, que determinam as potencialidades dos alimentos diante de cada cultura. Como bem afirma Woortmann (2007) nem tudo que é nutricionalmente comestível é socialmente comível. Os alimentos são carregados de valores que se manifestam nas mesas e passam a ser considerados como típicos culturalmente e, muitas vezes, motivos de orgulho traduzidos em festas populares para apresentar e reforçar culturas locais.

4.2 Alimentação Saudável

Para compreensão da designação de alimentação saudável, este trabalho fundamenta-se no Guia Alimentar para a população brasileira, um manual técnico que traça as diretrizes para a alimentação saudável, desenvolvido pelo Ministério da Saúde. De acordo com este documento as práticas alimentares saudáveis devem contemplar os seguintes atributos básicos:

Acessibilidade física e financeira	A alimentação saudável se baseia no consumo <i>in natura</i> dos alimentos que são produzidos regionalmente.
Sabor	“A alimentação saudável é e precisa ser

	pragmaticamente saborosa” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006, p. 35). A alimentação saudável não deve estar associada às práticas de <i>marketing</i> que valorizam os produtos industrializados especiais. Deve-se privilegiar alimentos naturais e menos refinados como tubérculos, frutas, verduras e grãos que são considerados, culturalmente valiosos, nutritivos e saborosos.
Variedade	O consumo de alimentos diferentes fornece diferentes nutrientes atendendo às necessidades fisiológicas e garantindo uma alimentação adequada.
Cor	Quanto mais colorida a comida, maior o número de vitaminas e minerais.
Harmonia	Deve-se garantir o equilíbrio entre qualidade e quantidade, observando fatores como idade, estado de saúde, sexo, atividade física e estado fisiológico.
Segurança Sanitária	Os alimentos não devem apresentar contaminantes de natureza biológica, química ou física. Neste caso, medidas de higiene precisam ser adotadas em toda a cadeia de alimentos desde a origem até o preparo e consumo dos alimentos.

Quadro 1- Atributos para a alimentação saudável

Fonte: Guia Alimentar para a população brasileira (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006)

Na prática observa-se que as entrevistadas tratam por alimento saudável inicialmente aqueles que reconhecidamente fazem bem à saúde, por suas propriedades vitamínicas e fornecimento dos nutrientes necessários para o bem estar humano. Além disso, são considerados saudáveis os alimentos em que não foram utilizados agroquímicos para o cultivo. Valorizam-se também os alimentos que não foram comprados nos mercados (industrializados). Para o grupo pesquisado, os alimentos comprados no mercado apresentam em sua composição ingredientes como corantes, conservantes e aromatizantes que não fazem bem à saúde.

4.3 Camponês

O outro conceito que fundamenta este estudo é o de camponês. O MMC identifica-se como um movimento social de valorização da agricultura camponesa. Destaca-se que o campesinato brasileiro não se identifica na sua plenitude com outras realidades e momentos históricos. Paulilo e Silva (2007) atentam que procurar algo em comum entre o camponês da Europa feudal e os que assim se consideram na atualidade é um esforço em vão. Isto porque, como lembra Wanderley (1996), em relação a outros países, o campesinato brasileiro foi historicamente impossibilitado de desenvolver suas potencialidades de produção. Este fato caracteriza a luta pela integração com o mercado e garantia do consumo fundamentando a carga política que a definição de camponês possui no caso brasileiro. Como afirma esta autora, o campesinato no Brasil definiu-se na luta por um espaço próprio na economia e na sociedade e na luta pela reforma agrária.

De acordo com Comerford (2005), a partir das lutas camponesas iniciadas em meados do século XX, internalizou-se uma luta concentrada no enfrentamento das formas de produção, remuneração e acesso à terra. Apesar de aparentar serem mobilizações de caráter puramente econômico, as manifestações denominadas camponesas assumiram um caráter político a partir do momento que questionaram o poder social das camadas dominantes que estavam ligadas ao Estado (COMERFORD, 2005). Assim, a noção de camponês no Brasil incorpora uma importante e peculiar dimensão de resistência à dominação (COMERFORD, 2005)

Para compreender o porquê da opção pelo termo “camponês” por parte do MMC faz-se necessário abordar as relações sociais pertinentes a um campo de luta existencial. Para Paulilo e Silva (2007), o movimento das mulheres busca uma ressignificação do “camponês” para a construção de uma nova identidade. Neste sentido, a construção de uma identidade camponesa ganha conotações subjetivas por intermédio de significados. Como define Castells, (2000, p. 22) a “identidade é o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (em) sobre outras fontes de significado”. Neste caso, é válido resgatar Touraine (1994, p. 21); para este autor, “a consciência de si não é diferente da consciência das coisas, e o homem é o conjunto de alma e corpo, a experiência de sua identidade.” Nesta definição a união do “ter” (corpo) e do “ser” (alma) definem a identidade do indivíduo. Compreende-se que o “ter” classifica

e transmite aos seres humanos seus atributos sociais dentro das estruturas socioeconômicas construídas na sociedade que sustentam e garantem a sobrevivência do modo de produção vigente. Já o “ser” deve ser o responsável pela conscientização e proposta de mudança. De acordo com Arendt (2000, p. 203), “todo processo é causa de novos processos”. Assim, uma identidade faz parte de um processo inacabado e em constante transformação em um universo de relações complexas.

Diante das relações possíveis para que um grupo possa se auto-identificar, ou ser identificado como camponês, Moura (1986) ressalta que não se pode substituir o conceito de camponês pelo de pequeno produtor pelo fato deste último abarcar a prática simples de produção de mercadorias nas diferentes formações históricas e sociais. Para esta autora, o campesinato transcende a materialidade econômica enfatizando as características da organização social, tais como o trabalho familiar, costumes, religiosidade e comportamento político. Para Moura (1986) é indispensável refletir considerando as categorias pelas quais os lavradores se autodesignam, ou seja, para compreender o modo de vida camponês é necessário compreender as relações sociais vivenciadas “para que a análise não se transforme num exercício vazio e formalista” (MOURA, 1986, p. 71).

Para Abramovay (1992) o camponês é uma categoria socialmente construída com o objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. Esta é uma interpretação que visa entender as relações familiares e sua relação com produção. Chayanov (1975) compreende a família camponesa como uma unidade de produção familiar movida por interesses e necessidades de consumo. Para este autor, a renda do trabalho deve ser considerada de duas maneiras: “primeiro, do ponto de vista de sua importância para o consumo, satisfazer as necessidades da família; em segundo lugar, o consumo é relacionado à fadiga ou cansaço que ocorreu” (CHAYANOV, 1975, p. 6, tradução nossa). Wanderley (1998) destaca que para Chayanov o camponês é quem trabalha em unidade com a família sendo proprietário do estabelecimento. Assim, a relação entre trabalho e consumo na trajetória de vida camponesa nunca é igual. Inicia-se com um casal, que trabalha o suficiente para o consumo dos dois, com a geração dos filhos pequenos, que não trabalham, aumenta o esforço do casal e com o crescimento das crianças, que passam a participar da unidade produtiva, há melhor equidade entre trabalho e consumo na unidade familiar.

A relação entre trabalho e necessidade, faz com que os interesses da família indiquem ao camponês o “para quê” produzir; neste caso,

apresenta-se certa autonomia em relação ao modo de produção capitalista mesmo estando inserido no contexto.

Para Schneider e Gazolla (2007), uma interpretação recorrente em Chayanov é que a lógica do mercado está no bem estar da família. Partindo deste argumento, é possível explicar que o conceito de camponês não está associado somente à sua forma de produção, tendo suas práticas carregadas de significados. De acordo com Schneider e Gazolla (2007), estas práticas de cultivo reproduzem culturas e valores do “mundo” familiar e das relações na sociedade.

No caso do movimento social em estudo, o conceito é incorporado por meio de um discurso político para a valorização da produção para o autoconsumo e crítica à sociedade de exclusão proveniente de uma lógica de mercado e de políticas agrícolas concentradoras de rendas no campo.

Uma interpretação possível sobre a identificação das mulheres do movimento com a categoria camponês está no fato que de uma maneira, ou outra, a mulher, como camponesa, produz o próprio alimento para a subsistência da família possibilitando a permanência no campo (PAULILO; SILVA, 2007). A subsistência é determinada pela necessidade de se alimentar do camponês e a sua relação com o mercado. Assim, subsistência e autoconsumo não podem ser tratados como sinônimos. Na agricultura de subsistência além de almejar o próprio alimento (autoconsumo), parte da produção é direcionada para adquirir uma renda monetária para compra de bens de consumo não produzidos na própria propriedade, podendo ser até mesmo alimentos.

4.4 Ecofeminismos

A preocupação, a priori, com o autoconsumo manifesta-se culturalmente no modo de vida camponês e às mulheres é atribuída a função de produção e preparo de alimentos para a unidade familiar. Assim, para reforçar a importância da mulher agricultora, nas práticas do MMC encontram-se analogias da relação entre a mulher camponesa e a terra (solo) entendendo-se que ambas produzem alimentos e geram a vida.

Esta associação entre as características das mulheres e da terra, como um elemento da natureza, é usada para simbolizar a valorização de práticas agroecológicas. Na identificação do movimento feminista com o ambientalismo emergem as correntes ecofeministas. Entretanto, assim como não há um único feminismo também não há um único ambientalismo e, conseqüentemente, não há apenas uma interpretação

sobre o ecofeminismo. Para Puleo (2004) e Siliprandi (2000), caracterizar a mulher ao erotismo não agressivo como “princípio feminino” relacionando-a à natureza por conta de suas aptidões maternas provindas de sua capacidade de procriação e envolvimento com a criação consiste no ecofeminismo “clássico”. Segundo Puleo (2004), o ecofeminismo clássico é uma limitação que desconsidera novas interpretações que merecem ser destacadas:

a) ecofeminismos espiritualistas do Terceiro Mundo: representantes desta vertente de pensamento apresentam uma visão crítica do desenvolvimento técnico ocidental responsabilizando-o pelas desigualdades e pela exploração dos povos e dos recursos naturais dos países mais pobres. Caracterizam-se pela defesa das mulheres pobres com uma visão crítica e luta por maior participação política das mulheres nos países subdesenvolvidos. Resgata o ideário da Teologia da Libertação⁵ para a elaboração de um pensamento teológico ecofeminista que se caracteriza nas relações de interdependência. São exemplos a produção intelectual da teóloga brasileira Yvone Gebara e da física nuclear e filósofa indiana Vandana Shiva.

b) Ecofeminismos construtivistas: Puleo (2004) cita dois exemplos de teorias e movimentos que não compartilham na totalidade com o essencialismo clássico nem com as fontes religiosas terceiro mundistas que são o ambientalismo feminista de Bina Agarwal e o ecofeminismo de Val Plumwood. Para a economista indiana Bina Agarwal o vínculo que as mulheres podem sentir em relação com a natureza associa-se com a divisão sexual do trabalho e atividades como cuidar a horta permite uma interação maior com a natureza, favorecendo a consciência ecológica. Já a filósofa australiana Val Plumwood, resgata a História da filosofia Ocidental para relatar que a construção da identidade humana resulta das dualidades como natureza/cultura, homem/mulher, afetividade/racionalidade que constituíram o processo civilizatório atual. Assim, a legitimação das diferenças não está na essência e sim na História da humanidade.

As teorias referentes ao ecofeminismo resultam dos questionamentos das mulheres sobre o seu modo e meio de vida. Entender as suas ações no meio familiar e público faz-se necessário para contextualizar e compreender o porquê da possível relação entre

⁵ Originada na América Latina, a Teologia da Libertação, constitui uma corrente do pensamento teológico que apresenta como teses um posicionamento crítico à exploração de classes, desigualdades sociais e acumulação de rendas (BOFF, 1983; BOFF, 1981)

mulher e natureza e como esta interpretação pode contribuir para as discussões de gênero.

O MMC ao abordar as discussões de gênero associa seus valores, sejam individuais ou coletivos, às suas práticas. Mendes e Munarini (2007), mulheres do movimento, afirmam que na valorização da agricultura camponesa e no resgate da própria história de vida das mulheres do MMC, encontram-se experiências voltadas para o cuidado com a vida e com a natureza fazendo jus aos princípios da agroecologia .

4.5 Agroecologia

Neste estudo designa-se como prática agroecológica, as experiências, esforços, iniciativas e situações desenvolvidas na agricultura com manejo aperfeiçoado dos recursos naturais distanciando-se das práticas com utilização de insumos agroquímicos sintetizados industrialmente (NAVARRO, 2008). Entretanto, o conceito de agroecologia não se restringe às práticas de manejo perpassando também pelas questões sociais visando a sustentabilidade. Compreende-se por sustentáveis “as tecnologias que simultaneamente proporcionam conservação ambiental e sistemas socioeconômicos mais justos” (SOUZA FILHO, 2007, p. 680). Os problemas sócio-ambientais não podem ser resolvidos apenas com o uso de tecnologias pois implica também na necessidade de práticas conscientes de cultivo e manejo agrícola com valorização das manifestações culturais e diversidades genéticas sem deixar de lado a necessidade de novas conquistas socioeconômicas para estruturação e manutenção de uma lógica sustentável de produção agrícola com valorização do camponês. Neste sentido, agroecologia integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos sobre os sistemas visando práticas agrícolas que possam repercutir na sociedade como um todo. Altieri (2008) salienta a relevância dos conhecimentos tradicionais para os princípios agroecológicos. De acordo com este autor, a participação das comunidades locais quando munidas de suas experiências acumuladas apresentam técnicas eficientes para a manutenção de diversidades genéticas que permitem ao agricultor otimizar a produtividade a longo prazo assegurando uma oferta regular e variada de alimentos que atendam as necessidades nutricionais.

4.6 Sementes Crioulas

Merece destaque no cultivo agroecológico o uso das sementes crioulas. Estas sementes recebem esta denominação por terem sido cultivadas e aperfeiçoadas por meio da seleção natural e manejo das comunidades tradicionais desde o advento da agricultura. O termo crioulo significa “criado” e na região sul do Brasil, é empregado também como sinônimo de antigo, de não-híbrido e não-transgênico sendo usado também no sentido político-ideológico, como uma afirmação da cultura e da resistência dos agricultores familiares (CANCI, 2006). Ressalta-se que o termo sementes crioulas não se restringe às sementes sendo estendido também para as raízes e tubérculos como a mandioca e a batata.

De coletores os seres humanos tornaram-se agricultores. A partir do momento que se manejou as plantas silvestres, técnicas de plantio foram adaptadas e melhoradas por meio de uma seleção contínua das sementes. Esta prática persiste nos tempos atuais. As famílias realizam o melhoramento selecionando as sementes a serem usadas nas futuras colheitas e disseminam o conhecimento adquirido pelos antepassados, desenvolvendo novas práticas a partir da troca de experiências. O quadro 1 ilustra as prováveis fases de especialização no cultivo, seleção e melhoramento das sementes.

FASE	CARACTERÍSTICAS
1. Planta silvestre na natureza	As plantas multiplicam-se espontaneamente, ou seja, sem o controle do ser humano.
2. As populações de plantas silvestres passam a ser manejadas	O manejo é bastante simples, com a realização de desbaste e eliminação de espécies competidoras.
3. Plantio dos melhores indivíduos	Através da observação, os melhores indivíduos são identificados, selecionados e cultivados em locais próximos das habitações.
4. Seleção contínua durante gerações	Nas áreas de cultivo, a seleção, ou escolha das melhores plantas, ocorre de forma constante, através das gerações e continuando em nossos dias.

Quadro 2- Prováveis fases da domesticação das espécies vegetais

Fonte: Meirelles et al. (2006, p. 8)

A especialização das práticas agrícolas promovidas pelas diversas gerações de camponeses, no decorrer dos aproximadamente últimos 10 mil anos, permitiu o processo civilizatório em diferentes regiões do planeta repercutindo em diferentes hábitos alimentares na qual a mulher tem papel fundamental.

A mulher pôs leguminosas e cereais no alguidar, para amolecer. Cozeu-os no fogo, fez papas, alimentou as crianças e os velhos, iniciando-se na arte culinária. Entre duas pedras moeu o grão, fez a farinha, amassou o pão e assou-o no forno. Fermentou a cevada e fez a cerveja. Encontrou a uva e, de amassá-la, surgiu o vinho. Achou o mel que diluído na água, deu o hidromel. [...] a vida tornou-se mais fácil e, quanto mais segredos punha a mulher em cada prato, mais se iluminava o cérebro do homem (ORNELLAS, 2000, p. 13-14).

As sementes, hoje denominadas crioulas, foram melhoradas por intermédio dos conhecimentos tradicionais e transmitidos entre as gerações garantindo a manutenção de espécies e a diversidade e variabilidade vegetal formando a agrobiodiversidade⁶. Para Meirelles et al. (2006) as espécies crioulas são domesticadas tendo uma relação forte com o cuidado humano como afirma Meirelles et al. (2006, p. 14):

No momento em que a ação humana deixa de existir, elas [variedades crioulas] permanecem na natureza por pouco tempo ou desaparecem na competição com outras plantas silvestres. Este é um aspecto que diferencia as plantas domesticadas/cultivadas das plantas silvestres, ou selvagens, e que mostra a estreita ligação entre as plantas cultivadas e o ser humano.

Com o melhoramento elevado pelo cuidado humano, as sementes crioulas são mais adaptadas às condições locais sendo mais tolerantes aos organismos nocivos e variações ambientais. Além de estarem associadas às práticas agroecológicas, as sementes crioulas permitem ao camponês a independência do mercado de sementes e insumos no cultivo para o autoconsumo.

Os movimentos sociais rurais partem da dicotomia entre a agricultura tradicional e agricultura industrial para delatar o que

⁶ Diferentes formas de vidas existentes na agricultura (MEIELLES, et al, 2006).

entendem como um processo de exclusão no campo, desvalorização das culturas locais e padronização dos cultivos em substituição às sementes crioulas. Estes movimentos defendem o valor simbólico das sementes em oposição às sementes industrializadas.

No quadro 2 Meirelles et al. (2006) mostram com base em uma ótica agroecológica as diferenças entre a agricultura tradicional e moderna/industrial.

CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA TRADICIONAL	CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA MODERNA/INDUSTRIAL
As sementes crioulas são disseminadas por sistema de troca entre as famílias.	As indústrias vendem suas sementes híbridas e transgênicas. A comercialização de variedades crioulas é dificultada pela legislação.
O financiamento dos sistemas agrícolas é feito pelas próprias famílias.	Crédito agrícola somente vinculado ao uso de sementes da indústria.
A propaganda é local e baseada no conhecimento das características das variedades.	A propaganda e o marketing das grandes empresas nos veículos de comunicação (jornais, revistas, rádios, canais de televisão) despertam o interesse de agricultores e consumidores pelas sementes da indústria.
As formas de comercialização aceitam a diversidade de produtos.	O mercado globalizado e a comercialização com grandes agroindústrias impõem a padronização dos cultivos.
A agricultura é vista como um modo de vida.	A mercantilização transforma o agricultor num profissional especializado. A agricultura torna-se unicamente uma profissão ou um negócio.
As práticas agrícolas evoluem de acordo com as características do agroecossistema local.	As práticas agrícolas são determinadas pela indústria, muitas vezes disfarçadas de pesquisa científicas.
Os agricultores estimam seu conhecimento e preservam sua história.	Os agricultores se envergonham de seu conhecimento e negam sua própria história.

A semente é parte da história e da vida	A semente é uma mercadoria.
---	-----------------------------

Quadro 3 - Diferenças entre os sistemas agrícolas

Fonte: Meirelles et al. (2006, p. 20)

Nas definições do quadro 2, a agricultura tradicional é mais propensa à agroecologia do que a agricultura química. Nesta comparação também destaca-se a valorização das sementes como preservação da própria história e de sociabilidade na agricultura tradicional camponesa. Estes argumentos são compactuados também pelo MMC. Para entender a relação entre teoria e prática das mulheres no que se refere ao cultivo, troca e melhoramento de sementes crioulas, na perspectiva da soberania alimentar, o estudo de caso terá por base compreender as atividades cotidianas relacionadas à agroecologia e preocupação com a saúde da família.

5 O MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS

As manifestações coletivas são legitimadas na ideologia que se populariza por meio de idéias e valores interiorizados por um grupo de membros não dominantes da sociedade (CHAUI, 2001). Assim, são organizados os movimentos sociais que, para Warren (2006, p. 113), no seu sentido mais amplo:

[...]se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações.

As manifestações dos movimentos sociais podem ser com atos públicos ou em propriedades privadas no intuito de protestar e reivindicar direitos e políticas públicas. Para tanto, criam-se organizações orientadas por “bandeiras de lutas” pautadas em novas relações sociais. É nesta perspectiva que foi fundado o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), resultado da organização de mulheres que buscam refletir sobre o papel da mulher e agir para alterar estruturas habituais que desvalorizam o trabalho feminino no campo e que identificam determinadas funções como tipicamente femininas.

Vale mencionar que a constituição do MMC se deu de forma gradativa diante das transformações sociais e novas formas de relações relacionadas aos momentos históricos. A organização do movimento foi agregando inquietações que, socializadas pelo coletivo, passaram a ser interiorizadas de forma individual, fazendo que cada mulher do movimento se identifique como sujeito da sua história idealizando a possibilidade de novas perspectivas. Para entender o MMC faz-se necessário compreender a forma como o movimento foi se constituindo ao longo de sua história.

O MMC teve a sua origem nas primeiras organizações de mulheres, na década de 80, oriundas de grupos de orações e grupos de mães das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Estas organizações possibilitaram a socialização da realidade doméstica por meio de conversas entre as mulheres propiciando um lócus para futuros questionamentos sobre as relações desiguais de gênero que contribuíram para o surgimento de organizações especificamente de mulheres do meio rural (PRADO; MAGALHÃES, 2006).

Na região Oeste de Santa Catarina a importância da igreja para a constituição de um movimento especificamente de mulheres merece destaque. Este foi um período histórico em que a Diocese de Chapecó

estava sob a tutela do Bispo Dom José Gomes que, motivado pelos princípios da Teologia da Libertação, foi um grande estimulador dos movimentos sociais no campo como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), destacando-se também na defesa dos direitos das mulheres (MMC). A, O próprio nome “movimento” foi uma indicação do bispo, ao alertar que as mulheres deveriam se manifestar mostrando que não estavam “acomodadas” com a sua condição no campo. Pode-se observar que já em 1977 os sermões do bispo instigavam os fiéis a repensar a autoridade masculina preponderante.

Quando papai só cuida do trabalho, só xinga em casa porque se gasta muito, a mulher e os filhos começam pensar que valem menos que a lavoura, menos que o arado ou o trator, menos que uma junta de bois [...] Que os pais façam um bom exame de consciência para ver como vivem em suas famílias [...] A nossa dignidade e a nossa igualdade vem de Deus. Neste sentido, o homem não é mais do que a mulher, os pais não são mais do que os filhos. Diante de Deus todos somos filhos [...] Quantas vezes o marido não pensa que é dono e o senhor absoluto de sua mulher? Que pode fazer o que bem entende em casa. Que pode gastar como quer, sem respeitar a mulher e os filhos. Será que Deus lhe deu este direito? Não! (GOMES, apud KROTH, 1999, p. 46-47)

Observam-se nas palavras do bispo duras críticas sobre o modelo familiar existente quando questiona o papel de senhor absoluto do pai de família. Era um período de transformações econômicas que estimulavam a compra de bens e valorização de um novo modelo de trabalho. Para atender um novo modelo de produção que surgia, os padrões agropecuários tradicionais da agricultura familiar estavam mudando. Era um momento de fortalecimento do processo de industrialização da região que integrou o pequeno produtor rural às agroindústrias, que contava com o apoio dos serviços públicos de extensão rural como lembra uma entrevistada:

“No oeste (SC), a ‘revolução verde’ começou nos anos 70, eu tinha 15 anos, veja: eu estou com 57. Então, o quê que aconteceu? Eu me lembro que o meu pai foi um dos últimos que aceitou mudar naquela comunidade, em Iporã do Oeste, que era onde nós morávamos. Eu lembro que no final, a turma, hoje é Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), mas naquele tempo era Acaresc (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina). Eles, no final, conseguiram convencer ele assim: se ele produzisse, ele iria

produzir mais e iria encher o prato do povo da cidade que estava com fome. Foi uma grande ilusão.” (ER2)

Este processo exigiu o uso de novos insumos e novas técnicas orientadas para atender as necessidades de mercado o que deixou o pequeno produtor dependente de empréstimos bancários e das exigências das indústrias locais. Enquanto a região fortaleceu-se como pólo agroindustrial, a perda da autonomia no processo de produção determinou uma crise no modo de produção agrícola tradicional.

A realidade do período histórico na região, ao mesmo tempo em que possibilitou uma forte atuação das pastorais da igreja na conscientização de homens e mulheres sobre os papéis a serem desenvolvidos não só na esfera doméstica, mas na sociedade, também permitiu as mudanças estruturais na economia local. Isto propiciou que na região surgissem intensos movimentos sociais e sindicais, estando entre eles o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA).

A mobilização das mulheres para a formação do Movimento das Mulheres Agricultoras foi se constituindo a partir do interesse por parte de algumas mulheres de obter maior participação sindical. Gaspareto e Shiavini (2002), baseadas no jornal O Estado de 09/03/1985, identificam que uma data de referência para as primeiras organizações de mulheres na região foi no dia 25 de julho de 1981, dia do colono, quando aconteceu um encontro no distrito de Itaberaba, município de Chapecó, para debater a organização da classe trabalhadora e um grupo de mulheres se reuniram para terem maior participação na direção do Sindicato Rural de Chapecó, meta alcançada no ano seguinte.

A partir do momento que algumas mulheres começaram a galgar maior participação e a terem funções diretivas em sindicatos, a condição de mulher veio à tona, diante de uma estrutura tradicionalmente constituída somente por homens. A participação mais efetiva promoveu novos campos de relações ainda não conhecidos nos universos masculinos e femininos. Assim, intensificaram-se as tensões relacionais entre gêneros com as participações de mulheres em um universo, até então, tido como tipicamente masculino. Diante destes atritos relacionais ficou mais claro para as mulheres perceberem a sua condição de marginalização que a elas era atribuída nas organizações políticas e sociais, e também, a dominação específica sofrida no âmbito doméstico e nas comunidades.

Dado o primeiro passo, foi possível visualizar novas possibilidades de organização das mulheres que ainda contava com apoio da igreja católica para a difusão das necessidades femininas na estrutura familiar e na reflexão sobre os papéis atribuídos por meio da

divisão sexual do trabalho na pequena produção agrícola. De acordo com Poli (1999), as primeiras ações concretas para estruturar um movimento social de mulheres agricultoras ocorreram também em Itaberaba no dia 1 de maio de 1983. Neste dia, reuniram-se 28 mulheres de seis comunidades em um encontro coordenado por, pelo menos, três líderes sindicais, quatro líderes camponeses e três agentes pastorais, sendo que, somente este último grupo contava com uma única mulher (POLI, 1999). Ressalta-se que apesar dos organizadores do encontro serem na sua maioria homens, não pode ser minimizada a participação das mulheres que passaram a perceber o papel marginal que lhes era atribuído na sociedade e na família, evocando a necessidade de uma organização própria. Discussões a este respeito estão transcritas no relatório do encontro citado por Poli (1999, p. 126).

A mulher **é pouco lembrada na comunidade**, as idéias dela não são bem aceitas. Não recebe oportunidade na diretoria. Falta lazer e lugar para lazer na comunidade. Não é valorizada na comunidade: só faz as coisas mais fáceis e simples. Em algumas comunidades não existem Clubes de Mães... **Na família: é marginalizada** às vezes pelo próprio marido. A tradição: ficar em casa com os filhos, trabalhando. É reprimida. Não é reconhecida nas coisa miúdas que faz e vende- e o dinheiro às vezes fica com o marido. Não recebe herança como homem (quando casa). **Algumas são escravas do marido...** Na sociedade: não tem aposentadoria. Nem auxílio natalidade (maternidade). Só tem direito de trabalhar e lutar pela sobrevivência. Na política só aparece pra votar: fora disso **quase não é lembrada**. Não sabe os direitos que tem, em relação ao sindicato, nem se associa, por isso se vai não tem direito a voto. **É usada como objeto de propaganda...** **A mulher não confia em si mesma.** (grifo nosso)

Percebe-se por meio do relatório, o reconhecimento das mulheres de que faziam parte de uma situação específica, indesejada, reconhecendo-se como marginalizadas e reprimidas pela comunidade e pelo marido. Elas carregavam consigo uma identidade inferiorizada que foi histórica e socialmente construída. Estas mulheres apresentavam uma mensagem corporal inflexível e tensa como é possível observar no registro de um desses encontros em Nova Itaberaba (fotografia 5). Olhares desconfiados, braços fixados sobre as pernas, posições pouco relaxadas com expressões faciais apresentando uma timidez peculiar. O reflexo de uma vida voltada para um papel submisso transparecia e as

mulheres reconheciam isto ao afirmar já no primeiro encontro “a mulher não confia em si mesma”.



Fotografia 5- Um dos primeiros encontros do MMA em 1983

Fonte: Gaspareto e Chiavini (2002, p.237)

A partir dos primeiros encontros, as mulheres foram se organizando e alcançando a autonomia necessária para a expansão do movimento. A articulação entre mulheres das demais localidades da região desencadeou a organização do movimento com suas reivindicações e bandeiras de luta.

A transformação pessoal dessas mulheres é compartilhada no movimento e as experiências vividas permitem que percebam a dimensão das suas capacidades como sujeitos históricos. Esta transformação conjuntural, ao mesmo tempo em que foi, e é, progressiva também é gradual e lenta acompanhando as conquistas do movimento e as transformações sociais.

Assim, em 1984, no dia da mulher, 500 mulheres de Chapecó e região reuniram-se no distrito de Itaberaba para a primeira manifestação pública (POLI, 1999). O dia internacional da mulher, 8 de março, sempre foi uma data de referência para a concentração das mulheres.

Assim foi se constituindo o MMA, que contando com uma adesão cada vez maior, no dia 8 de março de 1986, reuniu cerca de 25 mil mulheres em Chapecó para sensibilização e reivindicação das suas

bandeiras de luta. Aliás, este foi o ano em que a primeira caravana de mulheres do MMA, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, foram até Brasília para audiência com ministros de Estado para reivindicar, entre outras coisas, direitos previdenciários como à aposentadoria (POLI, 1999).



Fotografia 6- Primeira viagem à Brasília (DF)

Fonte: CEOM

Ao mesmo tempo em que o engajamento por parte das mulheres aumentou, o movimento ganhou força alcançando novas conquistas sociais, entre as principais está o direito adquirido à aposentadoria rural e o salário-maternidade, merecendo a gratidão das outras mulheres, como relata uma entrevistada que participou destas mobilizações:

“Primeiro, para conseguir um salário (aposentadoria). Foi toda a localidade em volta e também de outras localidades para assinar isso (abaixo-assinado). Depois para a Maternidade. Até hoje, ainda vêm umas mulheres me agradecer por isso, que eu tinha feito isso, e elas estão recebendo agora.” (ER3)

Ao observar a possibilidade de uma nova forma de viver, a subjetividade construída a partir da submissão ao marido e menosprezo pelo corpo característico do trabalho agrícola foi substituída por novas formas de lidar com a sociedade e também com o marido na esfera doméstica. Ao vivenciar a possibilidade de uma nova realidade a mulher passou a se impor promovendo a reorganização do espaço familiar. Adélia Shimitz (apud AUED, 2007, p. 96), uma das lideranças

do movimento, aponta como estas transformações foram acontecendo na sua vida:

A luta não foi pequena. Quando comecei a participar, todos, na vila, faziam piadinhas. Perguntavam se meu marido não tinha medo que eu arrumasse outro nas viagens, que eram cada vez mais constantes. Ocorre que nós dialogamos muito [...] No MMC, entretanto aprendi algumas lições. Um domingo deu-se a mudança. Não tratei os porcos. À noite, quando meu marido retornou do jogo [aos domingos enquanto o marido jogava futebol a mulher ficava em casa com a responsabilidade de tratar dos porcos e ordenhar as vacas], foi logo perguntando por que eu não havia tratado os animais. Disse-lhe que a sogra [que não lhe permitia que saísse de casa] havia saído para visitar o seu filho e eu havia ido jogar canastra na vizinha. Havia, entretanto, voltado a tempo de tirar o leite das vacas. Perguntei, então, porque ele não havia voltado a tempo de cuidar dos porcos? Não lhe disse mais nada. No outro domingo, foi igual. Hoje ele sabe que a sua roupa está na gaveta [costumava receber tudo nas mãos], não entra com as botas sujas de barro em casa e volta um pouco mais cedo do jogo, aos domingo. E assim fui indo.

Sobre estas mudanças, uma das primeiras participantes no MMC em Itá, atualmente membro da direção do SINTRAF, lembra de como era a sua vida no final da década de 1980:

“Na época a gente era a coitadinha dentro de casa. Tinha que ficar de cabeça baixa e pedir para o marido para ir até a vizinha tomar chimarrão. Então mudou tudo isto, depois que nós aprendemos que também somos gente [ela apresenta a participação no movimento como um dos grandes responsáveis por esta mudança]. Então em uma combinação entre família e marido, o marido mudou e a gente mudou muito.” (ER4)

As conquistas sociais estão entrelaçadas com as transformações individuais “se sentir gente” era começar a fazer coisas que até então era considerada “coisa de homem”. As mudanças de relações no espaço doméstico permitiram às mulheres uma participação maior no espaço público. No entanto, as atividades que hoje podem ser consideradas comuns, para quem vivenciou esta trajetória, ao lembrar o passado constata o quanto ações simples fora do âmbito doméstico

apresentavam-se como novidades assustadoras. Como exemplo, relata-se as lembranças de uma integrante do movimento sobre esta transição.

“ Eu comecei a aprender dos negócios depois que comecei a sair no movimento. Um dia o meu marido me mandou no banco em Seara [município do Oeste de Santa Catarina], ele negociava com um banco em Seara, morávamos aí na comunidade. Eu fui. Fui para Seara e no banco, quando eu voltei chorei e xinguei ele porque lá me fizeram assinar ‘nas costas do cheque’. Eu achei isso ridículo, não conhecia, não sabia nada de negócio. Só depois que eu comecei a aprender, por isso que eu digo a vida da minha mãe, da minha avó e a minha hoje tem uma diferença muito grande por causa da participação.” (ER4)

Cada vez mais participativas e individualmente decididas, as mulheres do movimento sentiam-se estimuladas para almejar novas conquistas coletivas e reforçar novas alianças. Assim, foi possível, de acordo com dados do MMC, no final da década de 80 que os movimentos de mulheres dos estados do sul do país se unissem para formar a Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul do Brasil (AIMTR-SUL). A partir da década de 90, os diversos movimentos de mulheres existentes nos estados brasileiros perceberam a necessidade de uma articulação com as mulheres dos demais movimentos de participação mista. Para isto, em 1995, criou-se a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais que reuniu as mulheres dos Movimentos Autônomos de mulheres existentes nos estados, Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Pastoral da Juventude Rural, Movimento dos Atingidos pelas Barragens, além de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, mais tardiamente, o Movimento dos Pequenos Agricultores (site oficial do MMC). Com estas articulações, as mulheres fortaleceram os laços ao identificar suas lutas específicas, observando a necessidade de uma organização de nível nacional para intensificar e padronizar as bandeiras de luta dos movimentos de mulheres. Assim, em 2003, em um curso que contou com a presença de 50 mulheres representantes de movimentos autônomos de 14 estados, decidiu-se pela unificação dos movimentos que seria denominado Movimento de Mulheres Camponesas identificado pela sigla MMC (site oficial do MMC). Esta fusão entre os diversos movimentos regionais permitiu que o movimento fosse organizado, com repercussão nacional, por meio de grupos de base nas esferas municipal, regional e estadual abrangendo a maioria dos estados brasileiros apresentando como estrutura de apoio um escritório

nacional com sede em Brasília (DF) e uma secretaria nacional sediada em Passo Fundo (RS).



Mapa 2- MMC no Brasil

Fonte: MMC (2009)

O MMC classifica-se como um movimento social, autônomo, camponês, de causa feminista com vistas de transformação. A autonomia denota que as mulheres, de forma democrática, definem os rumos a serem seguidos. Rumos estes emergidos da necessidade da “luta” contra um modelo excludente propagado pela economia global.

Nas oposições ao modelo de produção capitalista, o MMC como movimento integrante da Via Campesina articula-se aos outros movimentos sociais do campo com manifestações anti-imperialistas, anti-capitalistas e anti-latifundiária. Manifesta-se um ideário com bases socialistas que permite uma militância política para a construção de um projeto popular com duras críticas ao imperialismo americano e às políticas da Organização Mundial do Comercio (OMC), Banco Mundial (BM) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Um fato que marcou na história do movimento foi quando o MMC junto com o MST, no dia 8 de março de 2006, invadiram uma área de laboratórios e viveiros da empresa multinacional brasileira Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro no Rio Grande do Sul. Esta ação

foi noticiada com desigualdade de critérios e duras críticas aos movimentos envolvidos pela mídia nacional e internacional (BERGER, 2006). A participação das mulheres neste episódio colocou o MMC em evidência. Para uns esta ação representa um ato de puro vandalismo e, para outros, foi identificada como a defesa dos interesses anti-exploração capitalista e de defesa ao meio ambiente no que se refere a oposição à polêmica cultura de eucaliptos financiada e estimulada pela Aracruz. Essa diferença de opiniões algumas vezes existe até na base do movimento. Uma mulher da base do MMC do município de Arabutã, que participou do episódio, confessou após uma entrevista:

“Pra falar a verdade eu fiquei ressabiada com o vandalismo. Entregaram os paus para o pessoal, eu não peguei nada. Para mim o que é realidade é realidade e o que vi lá não gostei de nada” (EA2)

Já outra mulher que também participou daquela mobilização, enquanto caminhava em direção ao ponto de ônibus após uma oficina sobre sementes crioulas no município de Arabutã, foi pontual:

“A História mostrará que estávamos certas.” (ER5)

A fotografia 7 apresenta a fotografia que foi veiculada pela revista Veja, intitulada “O Terror Contra O Saber: braço feminino do MST destrói laboratório com mais de uma década de pesquisa”. A imagem mostra as mulheres do MMC depredando mudas de eucaliptos da Aracruz Celulose.



Fotografia 7- MMC na Aracruz Celulose
Fonte: Jefferson Bernardes (Revista Veja)

Ao criticar os modelos de produção e concentração de rendas o MMC se apresenta como um movimento que condena as dominações de

classes. No entanto, a definição da luta de classes no campo se dá de forma complexa no aspecto que o antagonismo entre as classes no campo não se apresenta de forma clara. Isto porque, como defende Campos (2006) o campesinato não é nem burguês nem assalariado; na verdade possui características das duas classes sendo ao mesmo tempo proprietário dos meios de produção e, contraditoriamente, não deixa de ter a força de trabalho explorada sem poder ser considerado síntese das duas por ser uma categoria historicamente anterior. Lukács (1966), que destaca a dificuldade em apontar uma classe camponesa no puro sentido marxista, enfatiza no entanto, que na medida em que famílias vivem em condições econômicas de existência que separam sua cultura e interesses em relação à outras classes, elas passam a formar um consciência de classe. Vale mencionar, como ressalta Weber (1966), que classes não são comunidades, sendo necessário para a sua existência um componente causal específico que seja representado por interesses econômicos sob as condições de mercado de produtos e de trabalho. Ou seja, as classes são definidas de acordo com as relações de produção e aquisição de bens. Diante destas questões, organizam-se os grupos perante significados, valores e normas em defesa de seus “direitos e deveres” sociais, da existência ou não de privilégios em relação a outras classes fomentando a luta de classes.

Outra questão preponderante para o movimento é o uso das discussões e inquietações que permeiam o conceito de gênero como categoria analítica. Coligando as interpretações de Moraes (1998) e Haraway (2004), pode-se identificar que a categoria gênero resulta de uma ordem cultural estabelecida em um sistema de relações sociais e psíquicas de distintas estruturas de poder transcendendo a sexualidade biológica. Difere-se nesse caso sexo de gênero, sendo o primeiro um fator puramente biológico, e o segundo, cultural. O gênero para as teorias feministas perpassa conflitantemente por um determinismo biológico e (ou) pelo construcionismo social. Neste caso é viável a afirmação de Gebara (1997), ao indicar que a separação entre masculino e feminino, na sociedade patriarcal, resulta de interpretações biológicas culturalmente ideologizadas. Assim, essencialmente feminina e existencialmente um ser social em um universo que preponderam as manifestações masculinas, as mulheres identificam no comportamento ideal exigido pela sociedade androcêntrica, um mundo de contestações e de possibilidades de mudança.

Além da complexa interpretação constatada quando analisadas individualmente, orientações teóricas e políticas do MMC defendem a articulação entre gênero e classe. Para Paulilo (2004) a associação só é

possível diante da “elasticidade” que a abordagem gênero pode possuir perante as designações e representações existentes.

Ao estudarmos a importância que cada movimento dá à articulação entre classe e gênero, percebemos que suas representações sobre os dois fenômenos não se juntam facilmente, de tal maneira que se torna bastante difícil partir-se da discussão sobre um deles e, por acréscimo, aprofundar-se na discussão do outro, embora, no discurso, eles apareçam juntos. Isso só é possível pela grande elasticidade e pouca explicitação do que sejam ‘questões de gênero’. Nos movimentos que colocam a luta de classes em primeiro lugar, o modelo de participação política é machista. O discurso da igualdade de gênero é consenso, mas não se discute quão desigual é essa igualdade, na medida em que se cobra das mulheres um comportamento masculino e elas acabam por incorporá-lo, sentindo-se culpadas quando não conseguem segui-lo à risca. (PAULILO, 2004, p. 239-240)

A autora parte do argumento que o “sujeito universal é masculino”. Esta afirmação para este trabalho pode ser um ponto de partida para apresentar as especificidades de um movimento que se diz feminista e procura apropriar as questões de gênero sem descartar a questão de classes e, no entanto, não se sente representado na sua totalidade por outros movimentos que visam pluralizar e enriquecer o diálogo entre as frentes de luta.

Os estudos de Mariano (2008) sobre as tradições do pensamento sociológico destacam a visão androcêntrica nos estudos de Marx baseada no entendimento que as análises sobre classe social não atendem as diferenças de gênero e da subordinação feminina. Esta lacuna existente na Sociologia Clássica permite que as teorias possam ser revisitadas e revisadas por um novo ângulo analítico pelos estudos feministas de (ou de) gênero possibilitando novas perspectivas.

Haraway (2004) defende que, apesar das discussões sobre gênero não se fazerem presentes nos estudos de Marx e Engels, é possível construir instrumentos analíticos desta questão sob a alegação que homens e mulheres são significados socialmente construídos em um coletivo histórico. Assim, as mulheres como sujeitos sociais são partes dinâmicas de um sistema materializado historicamente pelo capitalismo patriarcal que unifica classe e gênero.

Assim, o MMC procura se identificar com a história dos movimentos autônomos das mulheres sem desconsiderar a importância dos demais movimentos defendendo a máxima: “somos mulheres que lutamos pela igualdade nas relações e pertencemos à classe de trabalhadores e trabalhadoras” (MMC). Esta afirmação é reforçada por

de D. Adélia Schmitz, uma das lideranças do MMC, quando entrevistada por Silva e Paulilo (2007, p. 406): “Somos um movimento classista, das mulheres trabalhadoras do campo que compõem a classe trabalhadora. Então é um movimento de mulheres que trabalham no campo.”

Outro argumento que reforça a conexão entre gênero e classe está na afirmação de Noronha (1986) que a mulher possui a suscetibilidade para perceber na família a exploração do marido como força de trabalho, e muitas vezes se compreende como tal, e assim, desenvolve um senso crítico ao conjecturar um futuro melhor para seus filhos. Assim, com vistas para mudanças busca-se no MMC o “processo da igualdade humana, em que homens e mulheres são constituídos de valores e dignidades” (MUNARINI; MENDES, 2007, p. 263). No entanto, autores como Brumer e Paulilo (2004) afirmam que, no âmbito da agricultura familiar, a mulher permanece com papel de subordinação, tendo as suas atividades e necessidades pouco valorizadas. Em oposição a esta condição, Noronha (1986) reforça que a mulher não pode ser vista com base apenas na feminilidade como sinônimo de maternidade e domesticidade e sim como alguém que se compreende em duas esferas básicas, do trabalho e da família, e tem maior sensibilidade à ação degradadora do capital. Destarte, a mulher é importante matriz cultural para reprodução e elaboração de novos saberes que promovam novas relações.

Culturalmente, na estrutura familiar, é atribuído ao trabalho feminino no campo o sinônimo de “ajuda” que “sustenta, ainda hoje a subordinação feminina à esfera masculina” (STROPASOLAS, 2006, p.161). O papel de ajuda desconsidera o trabalho feminino como produtivo. Na compreensão de Paulilo (2004), esse distanciamento entre trabalho produtivo e não produtivo seria difícil de visualizar quando não há separação entre unidade familiar e de produção. No entanto, é atribuído o papel de produtor apenas ao homem, resultado de um modelo forjado na idéia do “pai chefe de família”. Contrárias a esta interpretação, é objetivo do MMC a busca da quebra de paradigmas assentada na oposição ao patriarcalismo.

A estrutura patriarcal fundamenta-se no modelo familiar com bases na autoridade e dominação masculina, enraizado na família, que permeia toda a organização da sociedade, política, legislação e cultura (CASTELLS, 2000). Desta interpretação podem resultar várias possibilidades de interpretações e tendências feministas. Neste sentido, pode-se chegar a variáveis interpretativas que podem ir da afirmação da necessidade do fim do modelo familiar existente até o reconhecimento

da necessidade de uma família tradicional, muita das vezes cunhada na cultura religiosa, porém, com relações de gênero mais igualitárias. Neste último, podem se enquadrar as mulheres do MMC que se inspiram em exemplos de mulheres da Bíblia (MENDES; MUNARINI, 2007) para projetar novas formas de vivência e convivência para a valorização da família. Sobre este ponto de vista, é relevante mencionar uma participante do MMC:

“Não é para revoltar as pessoas. Isto não. Cada um tem que saber a sua obrigação, o dever da família e tudo, mas que alerta muito alerta. As pessoas tem que saber quais os seus direitos” (ER4)

Desenvolve-se neste caso, uma hermenêutica feminista da Bíblia que de acordos com Gebara (2007) são leituras e interpretações bíblicas realizadas por mulheres para contextualizar cotidianos e inspirar comportamentos libertários. Este caráter religioso, que inspira as mulheres do movimento propõe uma nova ótica questionadora dos valores patriarcais tradicionais. Diante disto, as mudanças são mais comportamentais e de valorização e melhor divisão de funções do que estruturais. Os valores apregoados pela igreja ainda mantém nas mulheres uma postura familiar e social que possa ser identificada com a família religiosa tradicional. Este tipo de posicionamento, ao mesmo tempo em que se opõe à “invisibilidade” dada ao papel da mulher no campo, pode em algumas vezes atribuir a elas o compromisso com o cuidado. Esta afirmação pode ser amparada por alguns autores como Boff (2004, p. 47) que entendem “que mais do que o trabalho é pelo cuidado que a mulher se relaciona com a vida”. Assim, um posicionamento possível é que a mulher quando assume a responsabilidade pela produção, elaboração e preparo dos alimentos da família é movida pela necessidade do cuidado. Nesta interpretação, não se discorda que homens e mulheres devem exercer funções iguais na esfera doméstica, mas o reconhecimento do cuidado atribuído à mulher na sua vida cotidiana fica ocultado e pode emergir em oposição à imposta compreensão que a mulher exerce “ajuda” ao homem.

Entretanto, a afirmação sobre a possibilidade de valorização da mulher por meio do seu cuidado com a família recebe críticas de algumas correntes teóricas feministas. Isto porque esta percepção de que o papel feminino deve ser associado ao cuidado no interior da esfera familiar quando transposto para as comunidades definem um comportamento dito como ideal. O limitante desta interpretação está no fato que muitas das vezes quando a mulher passa a participar de forma mais efetiva no campo social e político abdica de determinadas responsabilidades domésticas ditas femininas. Isto faz com que outros

membros das comunidades, até mesmo mulheres, pré-conceituem como uma participação menos afetiva nas relações familiares como relataram algumas mulheres entrevistadas:

“Sempre em volta não tem nada para fazer em casa?”; “Ela ganha o quê?”; “às vezes quando a gente sai muito tem cobranças”; “as pessoas vêem o trabalho da gente no movimento como passeio.”(OF)

Esta pré-definição do que deve ser e fazer a mulher permite que todos - familiares, vizinhos e conhecidos - acusem que este envolvimento com questões não domésticas provoquem desarmonias familiares. Como afirma Gebara (1997) na sociedade patriarcal há dicotomia entre o público, de domínio masculino e o privado, tido como espaço feminino, e as mulheres são sempre acusadas de problemas domésticos como quando os filhos têm problemas escolares ou os lares não estão bem apresentáveis. Entretanto, quando aumentam a sua participação e desenvolvem novos papéis sociais, as mulheres passam a questionar o porquê de toda a responsabilidade pela vida doméstica, a invisibilidade de seu trabalho no processo produtivo e porque também não são merecedoras de cuidados.

Vale mencionar que, como já comentado, não se trata de uma postura radical. O que é proposto pelo MMC aproxima-se da necessidade de novas relações contextualizadas pelas interpretações culturais locais que permita uma participação menos conflituosa quando se trata de questões sexistas no universo das relações sociais e domésticas e na valorização da produção familiar no campo, no qual homens e mulheres fazem parte.

Assim, o MMC é um movimento social voltado para a “libertação” da mulher, promovendo novas relações em oposição ao papel de submissão apregoado pela cultura patriarcal. Das práticas cotidianas, visa-se valorizar o cultivo com sementes crioulas consideradas patrimônio da humanidade e que possuem significados subjetivos, na relação entre mulher e natureza; econômico, ao promover a independência em relação às sementes comerciais; e social, na busca de um projeto popular de agricultura com princípios sustentáveis para a produção de alimentos.

6 MULHERES CAMPONESAS E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Para desenvolver um projeto de agricultura camponesa com princípios ecológicos, as mulheres do MMC fazem releituras das vidas de suas antepassadas para resgatar valores associados ao cuidado com a produção e preparo de alimentos.

Na história da humanidade coube na maioria das vezes à mulher a responsabilidade com a alimentação, que apesar de ser criticada por algumas correntes feministas, serve como base para contextualizar a importância da mulher rural em um momento em que questões relacionadas às culturas alimentares estão sendo influenciadas por relações globais de mercado que promovem novos hábitos. Para ilustrar a responsabilidade feminina com a alimentação de sua família relata-se alguns momentos históricos em que esta questão é preponderante.

Foi por meio da necessidade de alimentar-se que grupos humanos descobriram as sementes domesticando-as e formando os Centros de Origem⁷. Os camponeses, no cultivo destas sementes, produziram os alimentos que possibilitaram o aparecimento das civilizações. Associados às sementes estão os pratos típicos que alimentaram o corpo e as diferentes manifestações culturais nas oferendas, festas, hábitos e costumes. Partindo do princípio de que o cultivo das sementes está na necessidade e cultura alimentar de cada povo, será realizada uma breve relação entre as mulheres e o preparo dos alimentos na formação da civilização Egípcia e Brasileira.

6.1 Relatos históricos sobre a mulher camponesa e seu envolvimento com a alimentação da família: uma relação possível entre o Egito Antigo e o Brasil até a colonização do Oeste catarinense

É fato que a mulher sempre desempenhou um papel importante para a alimentação de sua família. Procurando mostrar a relevância deste argumento será realizada uma breve relação existente entre as atividades exercidas pelas mulheres camponesas egípcias, em dois momentos, (um cerca de quatro mil anos atrás e o outro a aproximadamente três mil anos) e o papel das mulheres camponesas que constituíram as matrizes culturais para a identificação do povo brasileiro. Em ambos os casos coexistiu uma sociedade determinada por estruturas de valorização do

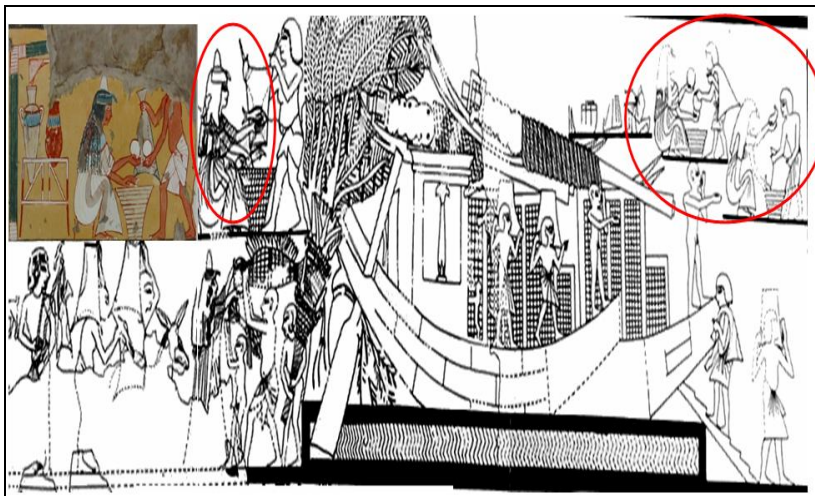
⁷ Locais onde existiam as plantas e grupos humanos capazes e com necessidades de domesticá-las.

trabalho masculino, o que repercutiu na “invisibilidade” da mulher como sujeito no espaço social, tendo o seus valores associados às atividades domésticas.

As mulheres camponesas sempre estiveram envolvidas com o preparo e cozimento da comida que era posta na mesa exercendo, assim, um papel preponderante para o autoconsumo e sobrevivência das suas famílias.

As ações da mulher na História, na maioria das vezes, foram contextualizadas e associadas ao âmbito privado. O papel político e social quando exercido por algumas mulheres era configurado como uma espécie de desestruturação social. No entanto, principalmente a partir do avanço do feminismo e a inserção do gênero como categoria de análise. Assim, propõe-se novas narrativas que descontextualizam e se opõem à uma visão tradicional generalizadora que minimiza as ações de mulheres em favor de uma ciência assexuada de interpretação androcêntrica. É possível afirmar, com base em Wiedemann (2007) que o objetivo de uma História das Mulheres é resgatar nas práticas e discursos masculinos os recursos interpretativos utilizados para subversão das relações sociais de poder.

A atividade considerada doméstica para uma mulher camponesa transpõe a lida interiorizada em seu lar. O estudo de Wiedemann (2007) sobre as relações de gênero na sociedade egípcia do II Milênio a.C. identifica que, apesar de não existir registro das mulheres trabalhando no campo, é possível imaginar que as mulheres trabalhavam em muitas das fases da produção agrícola. Pressupõe-se entre as atividades exercidas por mulheres, funções como debulhar os grãos, sendo elas também as responsáveis pela armazenagem e por transportar a produção, nas costas ou na cabeça, até o mercado. Estas funções exercidas no cultivo, podendo chegar até no processo de comercialização do excedente alimentar foi observada no estudo sobre o Egito, de 1307 a 1196 a.C., realizado por Oliveira (2005). Esta autora fundamenta suas afirmações com base nas pinturas da Tumba de Ipy que relata a cena de um barco atracado às margens do Rio Nilo onde quatro mulheres trocam os seus excedentes alimentares por grãos que são descarregados do barco. Entre os alimentos excedentes apresentados pelas mulheres para negociar estão o pão, na gravura colorida em destaque e no canto superior direito; o peixe, no destaque central; e as hortaliças, no lado extremo direito (OLIVEIRA, 2005).



Gravura 1- Mulheres negociando as Margens do Rio Nilo (Tumba de Ipy, n. 217, Cemitério de Deir El-Medina)
Fonte: Adaptado de Oliveira (2005)

Este envolvimento no processo produtivo e na negociação do excedente está diretamente relacionado com o comprometimento da mulher com a alimentação da família. Como salienta Oliveira (2008), é bem provável que as mulheres tivessem a função de suprir as necessidades da casa, e a troca dos excedentes permitisse que tivessem acesso a outros produtos e até alguma riqueza.

Além disso, os excedentes produzidos a partir das sementes permitiram a manutenção das dinastias e a construção das pirâmides (ORNELLAS, 2000). Ornellas (2000) destaca no Egito antigo a importância do cultivo de grãos como o trigo. Ao estudar a história da alimentação, esta autora mostra como o pão foi utilizado para pagar os operários que tinham como salário diário quatro pães, cebola e dois vasos de cerveja pagos com os tributos cobrados dos camponeses na forma de grãos que eram mantidos pelas castas dominantes em depósitos subterrâneos ou ao ar livre.

A alimentação era relacionada a boa saúde. No Egito a maioria das plantas, frutas e ingredientes utilizados na alimentação também foram citados dos livros de remédios dos médicos egípcios conhecedores das propriedades das ervas (FLANDRIN, MONTANARI, 1998). Com o seu cotidiano diretamente relacionado ao ato de alimentar a família, a preocupação com a saúde pode se fazer visível nos atos das

mulheres. As egípcias amamentavam seus filhos normalmente até os três anos para nutri-los com um alimento sem contaminação (ORNELLAS, 2000). Esta preocupação com a saúde relacionada com a alimentação reforçava a responsabilidade que era atribuída às mulheres egípcias, a garantia do bem-estar da família. O preparo e cozimento da comida tomava boa parte do dia de uma mulher que tinha como prioridade a alimentação do marido e filhos em detrimento de sua própria alimentação (WIEDEMANN, 2007).

Apesar dos anos de diferença histórica, dos quilômetros de distância e da diferença cultural, ao analisar a história das atividades realizadas pelas mulheres no Brasil é possível encontrar algumas semelhanças na responsabilidade direta, atribuída à mulher, pela qualidade da comida que é apresentada à mesa da família principalmente na agricultura de subsistência.

A produção agrícola pautada na agricultura para subsistência merece o devido destaque quanto ao cultivo das diversidades e variedades dos alimentos. No Brasil, com a miscigenação entre índios, negros e brancos, não se pode deixar de mencionar a grande contribuição das mulheres no trabalho da roça e no preparo de pratos que se tornaram tradicionais na culinária nacional. Destarte, apresentam-se, neste estudo alguns relatos históricos que destacam a importância da mulher indígena, negra, e branca imigrante na produção e no cozimento dos alimentos.

Inicialmente, destaca-se que o papel das mulheres na agricultura é primordial para a cultura indígena. As crônicas de Frei Vicente de Salvador (1965) indicavam que enquanto os homens derrubavam o mato limpando a terra, as mulheres eram responsáveis por plantar, colher e levar os alimentos para casa. Este traço cultural é reforçado no estudo de Freyre (1943) ao afirmar que a cultura agrícola indígena era praticamente feminina. De acordo com o autor, cabia à mulher toda a organização técnica de cultivo (mandioca, cará, milho, jerimum, amendoim, inhame e mamão), que era desdenhada pelos homens caçadores, pescadores e guerreiros.

Para ilustrar melhor o envolvimento da mulher indígena com a alimentação, recorreu-se às pranchas de João Batista Debret, francês que no ano de 1816 percorreu o Brasil em uma “Missão Artística” e relatou os usos e costumes de índios, brancos e negros. Na gravura 2 apresenta-se duas cenas registradas entre índios. No lado esquerdo, está a prancha intitulada “Bugres: Província de Santa Catarina”, mostra duas

mulheres Bugres⁸, já “civilizadas” coletando frutas e também portando armas de caça em uma saída junto à outro índio para adquirir a alimentação do dia. Na prancha do lado direito, titulada “Aldeia de caboclos em Cantagalo”, registrou-se o contato entre índios e europeus, em que observa-se um grupo de mulheres manuseando frutas tropicais enquanto uma criança próxima brinca e uma das mulheres amamenta seu filho.



Gravura 2- Pranchas da Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil de 1816.

Fonte: Adaptado da Biblioteca Virtual dos Estudantes de Língua Portuguesa – Escola do Futuro da USP

Atribui-se à mulher índia grande contribuição à formação social do Brasil. Na quase inexistência da mulher branca, a indígena serviu de acalanto ao colonizador mal nutrido oferecendo trabalho doméstico e agrícola necessários à vida e o conforto comuns (FREYRE, 1943). Desta mistura surgiu o caboclo que ficou identificado como tipicamente brasileiro.

Outro fator preponderante para a formação social brasileira é a inserção do trabalho escravo africano nas monoculturas. A falta de aptidão do homem indígena para o trabalho agrícola resultou na introdução da mão-de-obra de origem africana nas culturas do açúcar.

⁸ Denominação dada pelos portugueses aos indígenas do Brasil em geral e à uma tribo de São Paulo (FREYRE, 1943).

Cabe salientar que esta população já possuía uma “cultura francamente agrícola” (FREYRE, 1943, p. 402). De acordo com Castro (1946) o escravo nunca perdeu sua aptidão para policultura e plantava às escondidas mandioca, batata-doce, feijão e milho elevando a cozinheira negra como uma grande contribuidora para a melhoria dos hábitos alimentares que enriqueceram a culinária do país.

Nesse período, o Brasil voltava-se para a produção em grande escala. Para Caio Prado Júnior (1985) a massa camponesa do país era formada por semi-escravos que ficavam a mercê de uma estrutura social que impedia o acesso à propriedade da terra devido ao ambiente de subordinação e dependência. Com as crises sucessivas do café, a formação de aglomerados urbanos e industriais e a política de migração que permitiu a inserção de levas de imigrantes europeus, surgiram as pequenas propriedades para a produção de verduras, frutas, flores, aves, ovos, entre outros, incompatíveis com a propriedade monocultural (PRADO JÚNIOR, 1985).

Das diferentes culturas formou-se a população brasileira e a composição da população rural voltada para a produção familiar que, como observou Candido (1971), depende do equilíbrio entre o autoconsumo e as vendas para o bem-estar da família, exercendo a mulher papel fundamental. Exemplifica-se estas afirmações com uma observação de Candido (1971) sobre um pequeno agricultor com muitos filhos pequenos, que repercutia na pouca participação da sua mulher na produção, apresentava circunstância desfavorável para atingir o mínimo necessário para o sustendo da família.

A região sul do Brasil, onde se realiza este estudo, sofreu influências dos imigrantes provenientes de diferentes nacionalidades que, de acordo com Castro (1946), nas condições de solo e clima favoráveis, diversificaram os recursos alimentares com variada inserção de hortaliças no cardápio. Lago (1968) constata que, diferente dos outros estados da federação, Santa Catarina apresenta uma heterogeneidade devido às diversidades climáticas, diversidades pedológicas e às tendências de mercado. Além disso, de acordo com Carvalho (2003), os locais onde tem maior diversidade vegetal estão relacionados à maior diversidade de grupos étnicos. Em referência à região Oeste do estado, destaca-se que uma região inicialmente habitada por índios Kaigangs, depois com a miscigenação formou-se a população cabocla⁹ e no século

⁹ O denominação caboclo, utilizada para este população no Oeste Catarinense, é dada ao grupo étnico formado a partir da mistura de raças. De acordo com Henk e Savaldi (2008) o caboclo é segundo brasileiro, o

XX a região passou a ser colonizada pelos imigrantes descendentes de italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul. Poli (1995) ao traçar o perfil dos habitantes do Oeste catarinense divide a ocupação do território em 3 fases:

- fase da ocupação indígena: até meados do século XIX, afora algumas incursões exploratórias portuguesas, a região era território tradicionalmente ocupado pelos Kaingang;
- fase cabocla: a população que sucedeu à indígena e miscigenou-se com esta foi a dos lusos brasileiros, mais conhecidos como caboclos, cuja principal atividade era a agricultura de subsistência, o corte da erva-mate e o tropeirismo. Esta é a fase mais esquecida e a menos estudada de todas;
- fase da colonização: caracterizada pela penetração de elementos de origem alemã e italiana, vindos principalmente do Rio Grande do Sul, pelo desenvolvimento dos projetos de colonização e da exploração madeireira. Esses colonos passam a adquirir terra das colonizadoras formando a grande frente agrícola e pecuária que vai afastando aos poucos o caboclo. (POLI, 1995, apud VILLELA, 2007, p. 167-198)

Os caboclos haviam herdado a cultura indígena, que de acordo com Canci (2006), na região praticavam uma agricultura semi-itinerante com práticas de roçadas e queimadas seguidas de plantios subseqüentes. Renk e Savoldi (2008) destacam como alimentos cultuados na época, hoje considerados de resistência, além do chá e de sementes cultivadas no preceito caboclo, a carne de porco (criados soltos), a quirera (milho crioulo triturado e cozido), farinha de beiju (fabricada no monjolo) e a farinha de mandioca (produzida na atafona). Este hábitos hoje são valorizados pelas mulheres do MMC, os saberes femininos das anciãs, existentes nas narrativas da vida anterior à colonização são sempre bem recebidos enaltecendo a comida do caboclo como farta e pura dos velhos tempos e que enfatiza o natural (RENK; SAVOLDI, 2008).

primeiro é o índio. Este autores, definem o caboclo como um nativo não indígena.



Gravura 3- Monjolo (esquerda) e atafona

Fonte: Google Imagens

A política migratória dos europeus difundiu a pequena propriedade, pautada na produção agrícola baseada na tradição familiar na qual também se destaca a forte contribuição feminina. Renk (1997), ao estudar os traços da colonização italiana no Oeste de Santa Catarina, enfatiza o papel da mulher no trabalho agrícola e doméstico. Cabia à esposa partilhar com o marido o trabalho na lavoura, além de cuidar dos filhos e da casa. A agricultura desenvolvida pelas famílias se baseou tradicionalmente no uso de muitas espécies e variedades de plantas, constantemente intercambiadas com familiares e vizinhos (CANCI, 2006). Além das sementes que tinham como ponto de origem a Europa, trouxeram do Rio Grande do Sul sementes que eram cultivadas pelos indígenas, do grupo Kaigáng, que manejavam variedades de milho, feijão, batata-doce, mandioca e abóbora (CANCI, 2006). Neste caso, é válido mencionar que os descendentes de europeus inseriram as espécies cultivadas pelos índios na sua produção, mas adaptaram suas técnicas de manejo, diferentemente dos caboclos que herdaram dos indígenas, além dos alimentos, a agricultura semi-itinerante que, não havendo propriedade das terras plantavam conforme suas necessidades com plantios subseqüentes. Já os imigrantes que passaram a deter a propriedade, cultivavam os alimentos manejando a terra de forma que fosse possível manter uma constante das práticas agrícolas em um mesmo local.

As práticas de cultivos e hábitos alimentares diferentes entre os imigrantes europeus e os caboclos que, no passado resultaram em atritos entre as duas culturas, na atualidade são utilizadas pelo MMC para

valorizar os hábitos sustentáveis de produção e o papel da mulher. Observa-se que, no meio rural, a participação feminina no cultivo e preparo de alimentos independe da realidade geográfica ou histórica. Cientes desta realidade, as mulheres do MMC reconhecem que a qualidade dos alimentos presentes nas mesas das famílias está diretamente relacionada ao trabalho realizado pelas mulheres agricultoras, primeiras responsáveis pela produção e preparo dos alimentos para o autoconsumo (ZANETTI; MENASCHE, 2007).

Fazendo uma releitura das atividades camponesas do passado, as mulheres do MMC encontram experiências da cultura popular ainda realizada por algumas mulheres no presente. Em suas hortas as mulheres ao cultivar com sementes crioulas, continuam garantindo o autoconsumo das unidades familiares. Disseminar tais práticas é uma das metas do movimento no intuito de a partir de ações concretas promover valores para serem compartilhados pelas gerações atuais e futuras.

6.2 O MMC e a Produção de alimentos

O MMC é um movimento social que coloca a alimentação como uma necessidade vital em oposição ao modelo socioeconômico liderado por setores produtivos vinculados á políticas agrícolas e econômicas de estímulos ao Agronegócio. As ações voltadas para a projeção do Agronegócio são apontadas como determinantes que influenciam a vida no campo, interferindo nas produções para o autoconsumo. Este argumento pode ser reforçado por Maluf (2007), que identifica que o agronegócio e a concentração fundiária apresentam restrições a um componente vital para a condição de vida nas unidades de produção familiares: a produção para o autoconsumo. Este autor também aponta que, apesar do aumento da produção agroalimentar ter aumentado, se faz presente a insegurança alimentar na forma de fome ou má alimentação.

As práticas agrícolas sustentáveis mediadas pelos conhecimentos tradicionais, com possibilidade de valorização da participação feminina, fortalecem a importância da agricultura de base familiar na produção de alimentos benéficos à saúde humana, com menor agressão ambiental. As mulheres assumem o papel crucial na obtenção, produção, preparação e partição dos alimentos entre os membros da família. Além de reconhecer este papel da mulher, o MMC denuncia e condena os alimentos e as tecnologias “que destroem a vida”, e procura resgatar na sabedoria popular no cultivo com sementes crioulas, práticas sustentáveis de produção para elevar a auto-estima e valorizar a profissão de trabalhadora rural (MENDES; MUNARINI, 2007).

Do entendimento da mulher como produtora de alimento, emerge dos objetivos do MMC, a preocupação com a qualidade alimentar sob a afirmação de que “somos aquilo que nos alimentamos” (MUNARINI; MENDES, 2007, p. 265). Segundo este ponto de vista o ato de alimentar-se, mais que satisfazer as necessidades biológicas, consistiu-se, também, em manifestações simbólicas que representam posições socioeconômicas do indivíduo no território além de fazer parte das manifestações culturais de um povo. Como ressalta Woortmann (1978), a opção por determinados alimentos distingue o “nós” dos “outros” sendo elemento simbólico para afirmar as identidades.

As mulheres entrevistadas são na sua maioria descendentes de italianos ou alemães. Apesar de se reconhecerem como representantes da cultura de seus antepassados, uma identidade própria já foi construída e os diferencia. Uma agricultora descendente de italianos residente em Itá relata sua viagem à Itália e a dificuldade em se adaptar aos hábitos alimentares:

“Estive na Itália e não gostei nada da comida. É muita massa, tomate e pimentão. Aquele pimentão era só aquecido no forno e misturado com a massa. Eles comiam muito pouca carne. Não tem mate, eles tomam café o tempo todo, é uma pasta forte muito ruim.” (EA3)

Nos descendentes de alemães, também é fato que os hábitos alimentares obtidos no Brasil os diferencia da terra de origem de seus antepassados. Um bom exemplo é uma agricultora residente no município de Arabutã considerada uma referência para o MMC no cultivo de sementes crioulas, que ainda mantém a tradição de falar em alemão com suas vizinhas ao telefone, mas serviu no almoço um cardápio com os ingredientes que representam a culinária brasileira em qualquer região do país. Além da carne de porco, compunham o cardápio o arroz, feijão, mandioca, milho, tomate e cebola. A anfitriã confessa com orgulho que como tem muitos postes de luz, há muitos pássaros nos fios que comeriam o arroz não sendo interessante plantá-lo, no mais, tudo que foi servido, foi cultivado na propriedade.

A junção entre o social e o economicamente inclusivo; a qualidade nutricional adequada dos alimentos; a quantidade ideal; o culturalmente aceito e o ambientalmente cultivável são os elementos que fazem da soberania alimentar uma das bandeiras de luta dos movimentos sociais do campo. No caso do MMC, tanto nas falas das mulheres da direção quando da base, a soberania alimentar significa “produzir o próprio alimento, sem venenos, e alcançar a independência do mercado (diminuir necessidade de compra de alimentos e autonomia de produção

em relação às parcerias))” que serve de fundo para os demais objetivos do movimento.

Ao defender a produção de alimentos com uso de sementes crioulas para produção de alimentos resgatando toda a mística e simbolismo da luta do MMC. A ênfase dada à produção de sementes crioulas foi revigorada pela campanha mundial desenvolvida pela Via Campesina sob o título “Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade”, lançada no Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2003, que de acordo com Campos (2006, p. 155), consiste na defesa da “troca direta de sementes entre camponeses/camponesas e na luta contra os transgênicos e patenteamento de sementes.” Com o intuito de fortalecer o conhecimento tradicional, manifestando-o como bem gratuito e necessário para a subsistência, o MMC tem na divulgação do manejo de sementes crioulas de hortaliças um de seus principais projetos.

7 SEMENTES CRIOULAS COMO PROJETO DE FUTURO

Na história da cultura camponesa é comum encontrar ações práticas de mulheres voltadas para a recuperação, produção e melhorias de sementes crioulas. Inspiradas no passado e em suas experiências pessoais que incorporam também as vivências no movimento, as mulheres do MMC desenvolvem um projeto com sementes crioulas que permite discutir, por um lado, os valores e sentimentos manifestados na rotina diária das mulheres agricultoras e, por outro, alerta sobre as biotecnologias impostas pelas corporações transnacionais. As variedades crioulas estão perdendo espaço para as variedades comerciais de sementes principalmente as sementes transgênicas com a venda estimulada pelas grandes corporações. Antes de apresentar as propostas do MMC para a recuperação, produção e melhorias de sementes crioulas, resgata-se algumas características do mercado de sementes criticado pelos movimentos sociais do campo.

7.1 O Mercado de Sementes transgênicas

A biotecnologia utilizada pelas grandes corporações é voltada para a produção de sementes especializadas com técnicas de laboratórios que, associadas a outros insumos químicos, visam aumento da produtividade. Das variedades comerciais, merece uma maior atenção a discussão sobre a produção e comercialização de sementes transgênicas. Sementes transgênicas são organismos geneticamente modificados (OGM).

De acordo com a Lei 11.105/2005, que dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança, compreende-se por organismo toda entidade capaz de produzir material genético. Os materiais genéticos responsáveis pelos caracteres hereditários transmissíveis à descendência são o ácido desoxirribonucléico (ADN) e o ácido ribonucléico (ARN) que, quando modificados por qualquer técnica de engenharia genética, são considerados geneticamente modificados.

Para Wilson (2002), se as variedades vegetais transgênicas forem consideradas seguras podem aumentar a produtividade para acabar com a fome existente no mundo além de poupar terras virgens e toda a sua biodiversidade. No entanto, muitas questões ainda são passíveis de controvérsias. Pode-se citar como alguns pontos que são polêmicos sobre o cultivo de sementes transgênicas:

- a) O uso específico de espécies transgênicas reduz a variedade de espécies vegetais cultivadas para o mercado, promovendo a extinção de cultivares;
- b) A possibilidade de causar danos ao ambiente e à saúde humana merece estudo mais detalhado;
- c) As espécies transgênicas podem ser mais competitivas e superar as espécies silvestres em seu ambiente natural, destruindo habitats nativos promovendo a sua extinção; e
- d) A fusão entre empresas de sementes e agroquímicas reforça e padroniza os interesses de mercado, concentrando lucros;

Para este estudo duas questões são consideradas relevantes para uma discussão sobre a soberania alimentar: a desvalorização do conhecimento tradicional e os monopólios legais sobre os alimentos.

a) A desvalorização do conhecimento tradicional: no uso regular de alimentos geneticamente modificados, o conhecimento empírico e cultural das comunidades tradicionais é desconsiderado, resultando não só em um problema de ordem sociológica, como também, ecológica, com a possibilidade de redução das variedades produzidas. Pode-se citar como exemplo a política indiana de substituição de 30 mil variedades nativas de arroz por uma única “supervarietade” (HAWKEN, LOVINS, LOVINS, 2002).

As culturas tradicionais, com uma produção diretamente relacionada aos aspectos naturais, podem ser substituídas por uma lógica mercadológica no campo com o uso de produtos e técnicas estimulados por grandes corporações. Este fato pode resultar na “artificialização” do processo produtivo, desencadeando uma simplificação ecológica que pode resultar em problemas ambientais. Além disto, Siliprandi (2004) destaca que no modelo industrial os incentivos à produção agrícola para exportação levam à homogeneização da cultura alimentar. Promove-se assim, uma internacionalização do *menu* (MOONEY, 1990) que afeta as camadas mais pobres que ficam à mercê da insegurança alimentar do ponto de vista nutricional, sanitário e cultural (BURLANDY, 2007).

As transnacionais, através da propaganda, influenciam diretamente a organização das pequenas unidades de produção camponesa, alterando o modo de viver, de trabalhar e organizar

a lavoura, a casa, a ornamentação e o jeito de fazer a alimentação. Em outras palavras a industrialização da agricultura tem provocado mudanças na maneira de Ser e de Pensar, condicionando as pessoas à adesão ao mercado, constituindo-se na maioria das vezes defensoras do modelo de agricultura capitalista. (MMC, 2008, p. 51)

Além da influência direta das grandes corporações nos modos de vida e de produção no campo, há a apropriação legal de sementes, que reforça o potencial econômico de empresas transnacionais. Na tabela 1 apresentam-se a empresas com as maiores fatias do mercado de sementes em 2006.

Tabela 1- 10 maiores empresas do mercado mundial de sementes em 2006

Empresa e país sede	Receita (em bilhões de dólares)
Monsanto (US)	\$ 4, 028
Dupont (US)	\$ 2,781
Syngenta (Suíça)	\$ 1,743
Groupe Limagrain (França)	\$ 1,035
Land O'Lakes (US)	\$ 0,756
KWS AG (Alemanha)	\$ 0,615
Bayer Crop Science (Alemanha)	\$ 0,430
Delta & Pine Land (US) --Monsanto	\$ 0,418
Sakata (Japão)	\$ 0,401
DLF- Trifolium (Dinamarca)	\$ 0,352

Fonte: ETC Group (2007)

De acordo com a ETC Group (2007), as dez empresas representam 55% de mercado mundial de sementes comerciais, consistindo no contínuo aumento da concentração. Em uma pesquisa realizada em 1995 a Monsanto nem constava na lista. De acordo com a ETC Group, a concentração seria maior se considerado o mercado protegido de “sementes patenteadas”. Neste caso, essas empresas detinham 64% do mercado global, sendo a Monsanto responsável por 1/5 deste mercado.

Estas empresas dominam o mercado com investimentos em pesquisas de ponta, obtendo o direito a patentear e comercializar

sementes e outros insumos, controlando sistemas de produção de alimentos.

b) Monopólios Legais sobre os alimentos: A produção e comercialização de alimentos são orientadas pelo livre comércio, que induz padrões legais de competição e possibilitam às grandes corporações um enfoque cada vez mais dinâmico sobre os sistemas de produção de alimentos adequando-os aos seus interesses. Fusões, biotecnologia, especulações financeiras são alguns dos instrumentos utilizados por essas grandes corporações para consolidar e atingir novos mercados de produtos alimentícios. As questões econômicas já comentadas são amparadas por instrumentos legais, como no caso da Lei 9456/1997, Lei de Cultivares, que considera os cultivares resultantes de pesquisas que se distinguem das demais já existentes como bens móveis e propriedade intelectual da pessoa física ou jurídica. Esta lei protege os investimentos em biotecnologia das empresas, dando direito à exclusividade da produção e comercialização, da cultivar protegida por um período de até 15 anos, para depois cair em domínio público.

Em uma lógica global de mercado e aproveitando-se de estratégias locais estas empresas estruturam seus planos de ações se apropriando de mercados locais e sistemas de produção. Assim, as grandes corporações materializam suas ações comerciais e produtivas de forma hegemônica por todo o globo. Para exemplificar vale mencionar a compra da Agroeste Sementes, empresa com sede em Xanxerê no Oeste do estado, pela Monsanto ampliando o mercado de sementes como afirmou o vice presidente para vendas globais da Monsanto Brett Begemann em entrevista à um Portal On-line de Notícias “a Agroeste será um complemento importante para as nossas ações no Brasil.” (G1-NOTÍCIAS). Contrárias a esta realidade as mulheres do MMC em 2008 protestaram em frente à empresa em Xanxerê (fotografia 8).



Fotografia 8- Protesto do MMC em frente a Agroeste em 2008

Fonte: MMC (2009)

As ações da Monsanto ganham repercussões negativas também no campo político. Cabe à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) acompanhar as pesquisas e ações com OGMs para garantir a segurança da população e proteção ao meio ambiente. Entretanto, em diversas instâncias a CTNBio é acusada de omissão e de não ter critérios aceitáveis para o exercícios de tais práticas. Ao analisar as controvérsias deste órgão público, Marinho e Gomes (2004), verificaram problemas nos próprios referenciais da instituição que apresenta como fundamento básico assegurar o avanço dos processos tecnológicos, o que não deve ser uma tarefa para garantia da biossegurança, pois muitos critérios quando adequadamente aplicados podem limitar tais processos. A CTNBio apresenta controvérsias que dificultam o controle estatal das pesquisas e plantio de OGMs, sendo neste caso, a Monsanto uma grande beneficiada pelo elevado número de liberações experimentais como acusa o Relatório final da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados.

Vale registrar que todos os ensaios autorizados pela CTNBio em grandes áreas, o são para um mesmo grupo econômico: Monsanto. As áreas experimentais autorizadas para as demais empresas

transgênicas nas instâncias não só econômica, mas também, política. A fotografia 9 mostra representantes do Movimento em reunião com o governador do estado de Santa Catarina e deputados estaduais cobrando posicionamento contrário por parte do governo do estado sobre o cultivo de sementes transgênicas.



Fotografia 9- Reunião sobre sementes transgênicas em 2003

Fonte: CEOM

Neste caso, entra em discussão o padrão global de vendas de sementes especializadas pela biotecnologia. Este modelo torna-se questionável com a dependência que é promovida. Não é preciso tomar posicionamentos para afirmar que tudo que é padronizado promove exclusões. As reservas e controle de mercado preponderam em relação ao direito humano à alimentação adequada. Questionando este modelo, e procurando resgatar os conhecimentos históricos locais, o MMC defende a produção e melhoramento de sementes crioulas, associando-as às suas bandeiras de luta.

7.2 Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas De Hortaliças

O Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças, iniciado em 2002, é resultado de um debate sobre a soberania alimentar, garantia das sementes como

patrimônio da humanidade, valorização de práticas acumuladas fundamentada na agroecologia em oposição aos alimentos transgênicos.

Para enfatizar esta iniciativa, no dia 08 de março de 2003 foi realizado um seminário estadual sobre sementes crioulas, em Curitiba (SC), onde, de acordo com dados do movimento, participaram aproximadamente 800 mulheres com o lema “filhas da terra produzindo sementes crioulas de hortaliças, alimentando sonhos de libertação.



Fotografia 10- Seminário de sementes crioulas em Curitiba 2003

Fonte: CEOM (2009)

Collet e Munarini (2007) já apontavam em 2007 a existência no estado de Santa Catarina de experiências voltadas para cultivo de sementes crioulas pelas mulheres do MMC em 70 cidades. Isto foi um dos motivos que tornou as práticas com sementes crioulas uma das referências para a “Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis” visando a promoção da soberania alimentar e atendendo a outros objetivos do movimento. O projeto ganhou proporções acima do esperado como comenta uma representante da direção do movimento:

“Quando nós começamos com esse trabalho, eu até achava que não fosse ter o resultado que está tendo hoje. Parecia uma coisa que não tinha muito significado. Mas aí a gente percebeu na prática, que é isso que está no dia a dia das mulheres. As mulheres sempre tiveram essa prática de lidar com os alimentos.

De uma forma, ou de outra, isso tá presente no cotidiano. Com esse modelo da agricultura química que veio, com a tecnologia toda, foram deixando de lado alguns costumes, alguns valores como produzir semente, por exemplo, de plantar um pouco de tudo para o consumo.” (EC)

Esta manifestação positiva ao projeto está diretamente relacionada ao cultivo de sementes que historicamente sempre esteve associado ao trabalho feminino. Resgatar esta atividade permitiu desencadear um processo de valorização de uma prática que estava sendo substituída pela compra de sementes comerciais, como afirma ainda a representante do movimento:

“Quando a gente começou com esse trabalho elas se sentiram assim valorizadas, porque puderam tirar de novo daquilo que elas tinham deixado de lado. Começar de novo.... Ir buscar onde tinha a semente, fazer a troca, falar sobre isso. Porque até então era vergonhoso, ou feio, falar de coisas caseira. Deu-se um outro sentido pra isso então as mulheres também se sentiram valorizadas.”(EC)

O que se pretende com essas práticas, novas e acumuladas, do cultivo, como também promover as discussões sobre as relações que permeiam o universo das mulheres agricultoras como, por exemplo, a produção de alimentos, as relações com o mercado, a ecologia, as questões de gênero, o trabalho e a família. No quadro apresentam-se os objetivos do programa.

Objetivo Geral:

- Construir com as mulheres camponesas a experiência prática e teórica de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças, como ação concreta das mulheres camponesas na construção do projeto de agricultura camponesa a partir dos princípios de agroecologia.

Objetivos Específicos:

- Trabalhar as novas relações de gênero, na família, no trabalho, na produção e na relação com o ambiente;
- Oportunizar às mulheres camponesas o aperfeiçoamento técnico e prático na recuperação, produção, uso de sementes crioulas de hortaliças, a partir das práticas acumuladas;
- Incentivar as mulheres camponesas para a produção de alimentos em sua unidade de produção ou no seu grupo, bem como, recuperar sementes crioulas de hortaliças, cultivando sentimentos de novos valores a serem compartilhado com as gerações atuais e futuras;
- Denunciar o modelo capitalista transnacional e alertar sobre as

consequências dos alimentos transgênicos e das tecnologias que destroem a vida;

- Elevar a auto-estima e a valorização da profissão de Trabalhadora Rural capaz de produzir, criar e recriar participando ativamente na produção e reprodução da vida; e

- Criar as condições para que as mulheres camponesas participem das oficinas e sejam agentes de um novo projeto de agricultura camponesa a partir dos princípios da agroecologia.

Quadro 4- Objetivos do projeto de sementes crioulas.

Fonte: Munarini e Collet (2007, p.4-5)

Neste projeto, o MMC procura difundir e apoiar o manejo de sementes crioulas nas comunidades sobre a ótica da promoção do ativismo feminista viabilizando uma agricultura com maior respeito à natureza e valorização do conhecimento local para a garantia de uma base alimentar saudável em oposição ao modelo monocultor. A fotografia 11 mostra uma mobilização em frente ao Banco do Brasil, com o intuito de denunciar o investimento do dinheiro público em grupos econômicos internacionais, chamando atenção para o aumento do uso de transgênicos e a necessidade de buscar soluções para o endividamento dos pequenos produtores, capazes de produzir alimentos mais saudáveis (MMC, 2009).



Fotografia 11- Manifestação em frente ao Banco do Brasil 08/03/2009

Fonte: MMC (2009)

Faz-se a analogia entre mulheres e sementes identificando-as como “geradoras de vida”. Neste caso, pode-se observar uma afinidade com o ecofeminismo quando se busca na função fisiológica da reprodução da vida, uma singularidade feminina, a associação com a natureza.



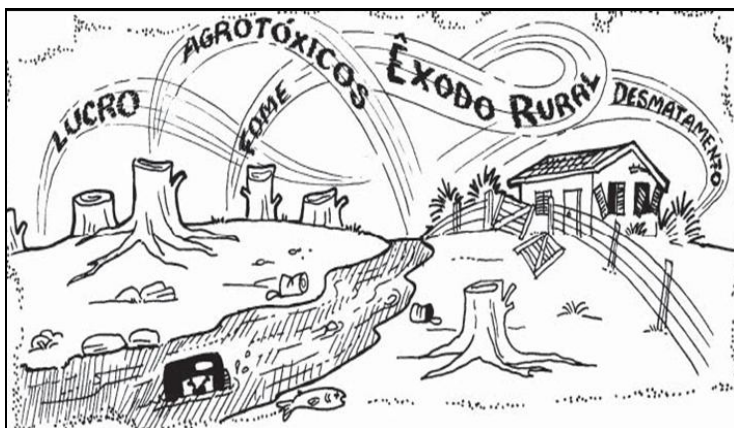
Fotografia 12- Arranjo com sementes crioulas

Fonte: MMC (2009)

No entanto, pode-se usar as interpretações ecofeministas para ir além de uma pura interpretação essencialista. Como afirma Gebara (1997), embora exista esta interpretação essencialista no ecofeminismo, deve-se à associação entre feminismo e a luta ecológica muito mais pelo fato que a mulher com o aumento da sua participação pública passa a ter uma visão mais crítica de padrões culturais em que, principalmente as mais pobres, são as responsáveis por gerir o cotidiano e a sobrevivência da família.

Para relatar e resgatar a importância de um papel que a História muitas vezes obscurece, as mulheres fundamentam-se na história humana do cultivo agrícola. Neste resgate, observa-se na origem de muitas espécies o papel da camponesa e do camponês para a difusão da cultura alimentar e dos alimentos hoje existentes no mundo. Este modelo por elas reconhecido perde consistência com as tecnologias que alteraram as rotinas, maneiras de ser e pensar o campo como meio de produção de alimentos e de relação com o mercado urbano.

Por meio deste resgate histórico das transformações no meio rural, o MMC desenvolve uma análise crítica ao associar os problemas sócio-ambientais à “revolução verde”. O movimento identifica a “revolução verde” como o pacote tecnológico que estimulou a aplicação acentuada de agrotóxicos, sementes modificadas, adubos sintéticos, e a padronização de atividades que resultam em desmatamento, desequilíbrio ecológico, exploração no campo, insegurança alimentar e o êxodo rural (gravura 4).

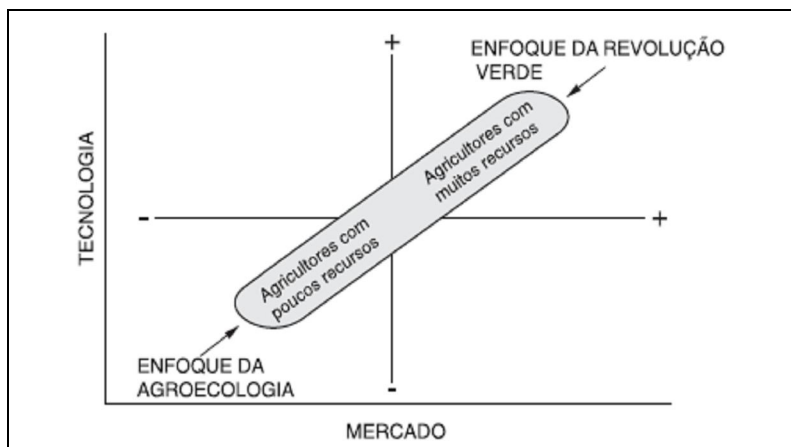


Gravura 4- Significados da “revolução verde” para o MMC
Fonte: MMC (2009)

No posicionamento crítico ao tipo de cultivo difundido a partir da “revolução verde”, os movimentos sociais do campo identificam que a inserção de um padrão de cultivo para atender a produção de industrializados diminui a resistência do agricultor aos insumos e sementes oferecidos pelo mercado e pode resultar na extinção das variedades tradicionais de sementes.

Ao identificar as práticas voltadas para a “agricultura química” como as responsáveis pela redução da base alimentar e destruição da biodiversidade, o MMC reforça a importância da agricultura com bases ecológicas para a preservação da biodiversidade e promoção da “libertação” sobre a máxima “somos sementes de vida para fortalecer a resistência das camponesas”. Observa-se que a palavra liberdade sugere diferentes significados para um mesmo objetivo: uma produção alternativa em relação à imposta pelo mercado que exige a utilização de muitos recursos. Como ilustra o esquema 2, a agroecologia

apresenta-se como uma possibilidade viável para o desenvolvimento local sustentável, atendendo as necessidades dos agricultores com poucos recursos.



Esquema 2- Agricultor e a relação entre tecnologia e mercado

Fonte: Altieri (2008, p. 42)

Além da possibilidade de dissociação das imposições do mercado, a liberdade, em um prisma simbólico, serve como premissa para designar os valores que regem as ações propostas pelo MMC as quais compreende que “a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta” (MMC, 2009). Neste caso, a possibilidade da libertação ganha contornos na crítica da própria existência e percepção da posição no mundo para valorizar ou transformar matrizes culturais. Para Sen (2001) pode emergir de questões básicas como boa nutrição e boa saúde, realizações mais complexas como fazer parte de comunidades, ter respeito próprio e felicidade. A veemência destes argumentos está na compreensão de que o ser humano não apenas está no mundo, mas com o mundo, sendo, portanto, um ser de relações (FREIRE, 2003). A mulher ao compreender a importância da sua relação com a natureza e com a sociedade pode conjecturar uma estrutura familiar sem elementos de dominação. Para isso, a mulher pode se orientar em ações coletivas e individuais para vislumbrar no respeito à natureza e na produção de alimentos saudáveis além da sua valorização no âmbito da agricultura familiar, no campo e na sociedade.



Fotografia 13- MMC na Feira Nacional de Sementes Crioulas em Anchieta (2007)

Fonte: MMC (2009)

A principal estratégia desenvolvida para divulgar a importância das sementes crioulas junto às mulheres da base são as oficinas ministradas nos municípios onde residem. Este é o espaço de trocas de experiências, de sementes, divulgação do movimento e fortalecimento do movimento. Normalmente, as oficinas são realizadas duas vezes ao ano com intuito de aumentar o cultivo de sementes crioulas, denunciando o padrão de produção agroindustrial acusado de provocar uma mudança cultural no campo como comentou uma representante do MMC residente em Itá:

“A gente conseguiu resgatar o que as mulheres tinham deixado de lado. Fazer as geléias, as compotas de frutas, mesmo a questão dos sucos caseiros. Era uma coisa que praticamente tinha se deixado de lado e hoje se conseguiu recuperar. É um sabor caseiro... Tudo, é a sabedoria que as mulheres daquela época tiveram e a ‘revolução verde’ acabou com isso. Quando mudou os hábitos na agricultura, no plantio, mudou toda uma cultura.” (ER5)

As oficinas realizadas pelo MMC para socialização e trocas de experiências relacionadas à produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças tem por princípio metodológico a educação popular. O roteiro desta atividade é constituído de forma que se permita

a identificação de todos os envolvidos por meio de um processo dialógico para construção de significados coletivos para pensar e repensar as ações cotidianas promovendo novas formas de agir no e com o mundo.

Para Freire (1983) só aprende realmente aquele que se apropria do apreendido transformando-o em situações existenciais concretas. Para tanto, uma reflexão sobre a realidade faz de cada um sujeito de relações que se percebe como tal. Cita-se como exemplo o grupo teatral “MMC, Resistência e Arte”, formado por mulheres e crianças camponesas de diversas regiões do estado de Santa Catarina, que em 2009 percorreu sete municípios do estado apresentando a peça teatral “Histórias agroecológicas, histórias de mulheres camponesas!”



Fotografia 14- Apresentação da peça teatral na Universidade Federal de Santa Catarina (2009)

Fonte: Autor (2009)

No caso do camponês, Freire (1983) destaca que as suas interações com a natureza formam um cordão umbilical construindo um sistema de relações camponês-natureza-cultura que designa a sua totalidade cultural e faz com que se sinta mais como parte da natureza do que seu transformador. Partindo do entendimento que o camponês tem um “jeito próprio” de lidar com a natureza, essas oficinas são tidas como um momento de troca dessas experiências. Como afirma Bodaneze (2007, p. 18), uma militante do MMC do município de Marema (SC), as oficinas “são momentos onde trocamos experiências,

recuperamos o saber popular e cuidamos das sementes do nosso jeito camponês.” Por meio dessas experiências as mulheres recuperam, significam e re-significam a cultura que as identificam como camponesas.



Fotografia 15- Oficina de Sementes Crioulas em Descanso (SC), 2008
Fonte: MMC (2009)

Um dos significados resgatados culturalmente é o de horta. É compreendido como horta o local onde se produz alimentos que ultrapassam o cultivo de hortaliças. Hickmann (2007, p. 17), militante do MMC em Itapiranga (SC), relata que aprendeu no MMC que “fazem parte da horta o pomar, os chás e as flores”. Assim, a horta, na forma de consórcio, além de produzir alimentos frescos, também produz os remédios reconhecidos pela sabedoria popular, os frutos que são consumidos *in natura* e na forma de doces, geléias, sucos e as flores que ao mesmo tempo em que ornamentam, são repelentes naturais, possibilitam o plantio consorciado e também podem servir como alimento, prática estimulada, mas ainda pouco usual de acordo com as mulheres da direção.

O trabalho na horta, tido como uma função feminina pode ser definido como uma extensão do espaço doméstico. Assim, esse é um espaço não “apreciado” pelo universo masculino que não se envolve com esta atividade. Como relataram as mulheres em uma oficina:

“ele não trabalha na horta de jeito nenhum”, “acho que é porque não gera renda”, “acho um engano, porque o que está na mesa não precisou ser comprado” “É, isto não é visto”. (OF)

Esta representação em torno da horta e suas atividades gera um espaço de discussão e troca de experiências. A partir desta constatação, abre-se uma discussão sobre o trabalho feminino na produção para o autoconsumo. As mulheres procuram identificar aquilo que se acreditam a partir do aprendizado nas oficinas e transformam em conhecimento para agir na realidade. Reforça-se, assim, a constatação de Freire (2000; 2003), que para se participar de um processo educativo é necessário criar, recriar e constatar para decidir mudar a (e na) realidade. Destarte, o que seria reconhecido como domésticos pode se tornar um espaço público para a aproximação de uma comunidade. Um exemplo claro está no mosaico abaixo, motivo de orgulho para a anfitriã, é na horta que ela mostra seus principais cultivos, pausa com alegria para fotos e até disponibiliza o espaço para mostrar e relatar suas práticas, como pode ser observado no canto superior direito (nº 2), em uma oficina realizada em sua propriedade em 2004 no município de Arabutã (SC).



Fotografia 16- Horta como espaço de socialização

Fonte: Autor (2009)

Nos encontros para as oficinas também se realizam as trocas de sementes e se discute as melhores formas de cultivá-las propagando os cultivos para novas localidades como comentou uma integrante do movimento:

“Essas alfacinhas do Movimento das Mulheres Camponesas, eu fui adquirindo já faz alguns anos... Acho que já faz uns seis anos

ou até mais. Depois surgiram tantas sementes distribuídas, as companheiras do movimento quando tinha reunião iam distribuindo, porque é difícil de ter. E uma quando visita, a gente vai mostrando, a gente vai convidando pra ver a horta e vai levando semente junto, porque tem bastante e dá para distribuir. E pra guardar é importante também, porque tem de guardar bem, senão ela estraga, a semente.” (EB1)

Para Menasche, *et. all.*, (2007) a troca de sementes garante a manutenção do conhecimento e a diversidade genética. Neste caso, as trocas não só servem para melhoria da dieta das famílias como também para a preservação de espécies vegetais que perderam espaço para as sementes comerciais. A fotografia 17 ilustra no lado esquerdo uma mulher reconhecida como referência na prática com sementes crioulas, residente em Arabutã (SC), apresentando uma espécie de semente à uma mulher da direção residente em Descanso e ao lado estão os potes com sementes que são doadas ou trocadas nas oficinas organizadas pelo MMC.



Fotografia 17- Sementes para doações ou trocas

Fonte: Autor (2009)

Para compreender a realidade das mulheres envolvidas no programa de sementes crioulas, foi necessário realizar este estudo *in locus* para entender como são construídos os significados a partir das oficinas e como eles repercutem na rotina diária das mulheres, interferindo na alimentação de suas famílias e, de certa forma, a possível contribuição para a valorização das sementes crioulas e a garantia da

soberania alimentar. Realizado no município de Itá, este estudo procurou dar ênfase “ao vivido e percebido” das mulheres. A fala inicial em todas as entrevistas foi que “toda resposta é certa desde que seja verdadeira”. Assim, para o desenvolvimento do capítulo final desta dissertação, procurou-se compreender e associar os pressupostos do MMC ao cotidiano das mulheres para responder a questão que norteia esta pesquisa:

Em que medida as experiências das mulheres da base do MMC vinculadas à produção de sementes crioulas protagonizam e revelam nas suas práticas as concepções sobre a soberania alimentar?

Com base na Análise de Conteúdo, após a descrição das entrevistas e observações, utilizou-se para a compilação dos dados uma análise categorial com cinco subcategorias relacionadas à soberania alimentar: sementes crioulas, trabalho realizado pelas mulheres, oposição ao agronegócio, agroecologia e saúde.

Para definição das subcategorias utilizou-se como referência as orientações do Fórum de Havana 2001 (quadro 1), relacionando-as aos temas que também são considerados pertinentes para o MMC, como se pode observar nas mensagens apresentadas pelo movimento em suas manifestações.



Fotografia 18- Faixas do MMC (2009)

Fonte: Autor (2009)

Ao se analisar o significado atribuído às sementes crioulas objetivou-se compreender como as mulheres se apropriam das discussões nas oficinas realizadas pelo MMC e as relacionam às suas práticas cotidianas. No que se refere ao trabalho realizado pelas mulheres, a meta foi identificar como elas se compreendem como parte do processo produtivo, e como percebem as “parcerias” na formação do posicionamento crítico em relação ao agronegócio. Em relação à utilização das sementes na produção para o autoconsumo, procurou-se compreender de que modo as mulheres interpretam o trabalho na horta e qual a percepção que elas têm destas atividades. Observando que a agroecologia é um dos objetivos do MMC e da soberania alimentar, a abordagem dessa subcategoria serviu para verificar a maneira com que as mulheres percebem a produção sem aditivos químicos para o autoconsumo e as possíveis perspectivas para a geração de renda. Pressupondo que a preocupação com as questões ambientais e o uso de sementes crioulas está relacionada com a produção de alimentos saudáveis, além das ervas medicinais, para a família, subcategoria saúde consiste no entendimento de que estas mulheres direcionam suas práticas a fim de garantir a bem-estar da família.

8 OS SIGNIFICADOS DA RECUPERAÇÃO, PRODUÇÃO E MELHORAMENTO DE SEMENTES CRIOULAS PARA AS MULHERES DO MMC EM ITÁ (SC)

Segundo integrantes do MMC, com o processo de valorização das hortas e das sementes crioulas foi possível resgatar e valorizar práticas voltadas para a produção da própria alimentação que estavam se perdendo com a compra de gêneros alimentícios industrializados. Quando questionada sobre a importância do cultivo de sementes crioulas, uma representante do movimento no município afirmou:

“ O projeto de sementes crioulas é uma das coisa mais importantes que o movimento trouxe. Além do resgate das sementes e da biodiversidade, o projeto de sementes conseguiu resgatar a dignidade das mulheres e das muitas famílias que já tinham bastante variedades de sementes crioulas. Geralmente as mais pobres, que moravam mais distante, até tinham uma certa vergonha de dizer, meio que escondiam, pensavam que o moderno e o interessante seriam as sementes compradas, as híbridas. Com a valorização das sementes foi possível recuperar o auto-sustento que muitas famílias tinham perdido.” (ER5)

As mulheres da direção do MMC também constatarem esta realidade em outras localidades. Ao lembrar-se das primeiras oficinas uma liderança do movimento comentou:

“No começo quando convidávamos as mulheres para as oficinas, elas já vinham com a idéia que tínhamos sementes para venda ou então mudas. Nós dizíamos a elas que não era bem isso, era a partilha, troca e o resgate. Muitas quando a gente perguntava se possuíam este tipo de sementes em casa, elas diziam não ter. Quando mencionávamos o tipo de sementes elas identificavam, começaram a ter consciência, começaram a gostar, então foi o resgate da semente, da cultura e do todo. Hoje em dia é bem visto.” (ER1)

Nas oficinas são trocadas experiências e apresentados os materiais didáticos sobre as sementes e a produção agroecológica. Também é um momento em que se apresenta a mística, bandeiras de luta e as ações que serão realizadas pelo movimento. Organizadas em círculo cada mulher apresenta sua experiência recente na horta e no cultivo de sementes crioulas e uma monitora organiza a leitura de cartilhas que são discutidas por todas.



Fotografia 19- Material didático trabalhado nas oficinas
Fonte: Autor (2009)



Fotografia 20- Oficina de Sementes realizada em Itá
(Abril/ 2009)
Fonte: Autor (2009)

Quando as mulheres questionadas sobre a importância das oficinas as respostas são pontuais “aprende-se bastante coisa” (opinião de todas as entrevistadas). Este aprendizado repercute na vida das mulheres e suas atividades diárias mudando hábitos

alimentares e a forma de cultivar o alimento para o autoconsumo. Sobre esta mudança, uma entrevistada destacou:

“Mudou. Mudou... Eu planto bem mais... Adubo mais. A gente não usa o químico (adubo), nada, comecei a fazer a compostagem. A gente tem mais variedades na horta também. É, mudou, porque a gente vai aprendendo e vai tentando... Deixando as coisas industrializadas... O que não precisa comprar não se compra.” (EB2)

Observa-se nas entrevistas e nas oficinas realizadas em Itá que a produção de sementes crioulas atualmente é motivo de orgulho para muitas mulheres. É possível afirmar que, de acordo com as respostas obtidas nas entrevistas, a compra de produtos industrializados não é mais interessante para as mulheres estudadas. Quando perguntado o que elas comprem como comida, a respostas da maioria foi “arroz, farinha de trigo, sal, café e erva-mate”. Guardada as devidas proporções, cabe ressaltar que a necessidade de compra de determinados produtos, foi também verificada por Candido (1971) que no estudo sobre os “caipiras paulistanos” identificou como o fim da auto-suficiência econômica o fato do pequeno agricultor ficar impedido de prover as necessidades alimentares na sua totalidade ficando à mercê do sistema comercial de alimentos da cidade. A necessidade de compra do pequeno produtor rural paulistano, da década de 1950 que consistia em produtos como banha, aguardente, café, açúcar, sal, carne, trigo, macarrão e peixe seco (CANDIDO, 1971), aproxima-se muito da realidade das famílias estudadas. Com exceção do aguardente, não comentado pelas mulheres provavelmente por não ser reconhecido como alimento, da banha e das carnes que constitui o setor produtivo destas famílias, os outros gêneros alimentícios que necessitam ser comprados, apesar dos diferentes contextos, são praticamente os mesmos.

O trabalho para o autoconsumo realizado pelas mulheres também foi verificado no estudo realizado por Schneider e Gazolla (2007), no Rio Grande do Sul. Para estes autores, cabe às mulheres o “governo da casa” e do consumo. As entrevistadas compreendem a produção para o autoconsumo, não só com a satisfação dos interesses nutricionais como também asseguram que a família fique menos dependente do consumo de produtos oferecidos nos mercados externos. Apresentar uma mesa com

alimentos produzidos na horta, hoje é um motivo que trás satisfação, e foi observado a empolgação com esta atividade que garante produtos mais saudáveis à mesa como comentou uma entrevistada:

“Ah, tem química, tem conservantes, tem agrotóxico (alimentos comprados). Como na minha família... Eu procuro dar o melhor pra ela. Eu faço o máximo que eu posso pra ter uma alimentação saudável porque eu sei que vou evitar muita coisa.” (EB3)

Já constatada pelas mulheres do movimento, a preocupação e a valorização da produção para o autoconsumo, ganha força quando a família reconhece a importância da horta para o cultivo, não só de alimentos mais saudáveis como também mais saborosos e algumas vezes com repercussões na vizinhança. Sobre esta constatação, o comentário de uma entrevistada ilustra esse processo:

“A minha vizinha primeira aqui, ela é nova. É bem novata, eles não tinham horta. Não precisavam, compravam as coisas no mercado. Na fruteira, né? Um dia, dei umas mudinhas de alface... Eu tinha da crioula. E ela gostou, foi plantar e disse que era tão macia que a partir daí, ela começou a fazer horta. E ela tem horta até hoje. Ela gostou da alface, disse que é uma alface bem mole... Bem, ela (alface) é diferente, né? E até hoje, ela tem a horta dela, toda cercada... tá cuidando.” (EB1)

A fotografia 21 mostra uma mulher da base do movimento em Itá apresentando as variedades vegetais existentes em sua horta.



Fotografia 21- Apresentação da horta (2009)

Fonte: Autor (2009)

Verifica-se que não há uma mudança da realidade no trabalho das mulheres na horta. Ainda cabe especificamente à mulher a preocupação com a alimentação. No entanto, o que é constatado é a possibilidade de tornar visível esta atividade ao ponto de considerá-la crucial para o bem estar da família. Assim, o que se averigua é a valorização do “cuidado” que se manifesta na mulher rural, principalmente na mesa, pois cabe a ela o plantio, a troca de sementes, preparo e o cozimento da alimentação. A fotografia 22 mostra uma horta instalada próxima da casa para facilitar na hora de confeccionar o almoço como comentou a proprietária “eu gosto da horta aqui que fica mais fácil na hora de temperar a comida e eu gosto de colher a salada na hora”.



Fotografia 22- Horta

Fonte: Autor (2009)

As mulheres também trabalham nas atividades produtivas, assim denominadas por gerar renda. No que se refere a estas atividades, quando acumuladas com as atividades domésticas, as mulheres enfrentam a dupla jornada e se envolvem com o esforço físico e mental para constituir trabalho na estrutura produtiva. Envolvidas em um contexto de trabalho intenso, quando reunidas expressam os seus questionamentos sobre o modelo de produção no qual estão inseridas.

Ao se identificarem como agricultoras, particularmente quando dizem que “apesar das parcerias nunca deixamos de ser agricultoras” (OF), elas reclamam que as restrições impostas às unidades produtivas familiares, como por exemplo, a fiscalização intensa e as normas estabelecidas pelas instituições oficiais impedem a venda de seus excedentes alimentares como ovos e leite fazendo da parceria com a agroindústria a principal, quando não a única, fonte de renda.

A integração com o sistema de produção agroindustrial faz com que estas mulheres estejam cada vez mais ocupadas em atender ao interesses agroindustriais. A relação de parceria hoje incomoda muitas agricultoras que afirmam possuir cada vez menos tempo para si porque as exigências para a criação e a produção só aumentam. Sobre este ponto de vista, é interessante descrever o diálogo durante uma “roda de mate” com três participantes do MMC:

“Precisamos de mais apoio dos grandes. Os pobres ganham sempre menos em tudo, vem tudo em cima da comunidade.”

Os técnicos, as parcerias vêm cheias de ordens. Em tudo é assim, falta apoio, tem excesso de tarefas e não se consegue fazer tudo. Eles não têm noção do que é trabalhar no dia a dia. Se gasta muito dinheiro com burocracias. Isto precisa mudar. Cada vez mais a pessoa vale pelo dinheiro e não pela personalidade ou seu caráter, tem que resgatar o valor do caráter.” (EB2, EB3 e EB4)

Como relata Stropasolas (2006) o intenso trabalho das mulheres, cujas unidades produtivas estão integradas aos sistemas de produção agroindustrial, restringe o tempo livre dificultando a sua participação nos espaços públicos. Isto pode ser ilustrado, por exemplo, com as oficinas do MMC que costumavam durar todo o dia, no entanto atualmente são realizadas somente no período matutino ou vespertino, para que todas possam participar. Muitas mulheres alegam ter deixado de lado vários afazeres para participar das reuniões do movimento. Sobre o trabalho com as parcerias uma das entrevistadas comentou:

“O problema é o sistema que impede a mulher de sair. Olha eu vejo assim, as mulheres que tem que cuidar do aviário de meia em meia hora tem que tá lá. Quem tem parceria, tem que cuidar dos porcos porque se falta água, tem que tratar, assim, ela não pode sair. Assim vai levando, acho que então é o sistema capitalista que tá ali e vai impedindo. Eu vejo nós, que temos vaca, nem sempre se pode sair porque elas fogem, tem cerca elétrica, mas, as vezes alguma se manda. Falta água, que é de tirar o leite tem que tirar. A gente depende disso para viver então não pode deixar ‘ao Deus dará’, também não dá.”

Segundo Chauí (2001), os avanços referentes ao reconhecimento do trabalho da mulher na sociedade também pode reforçar a lógica da produção capitalista. Isto porque as mulheres conquistam o seu espaço em uma estrutura já formada com base na relação de dominação. Destarte, o trabalho feminino transforma-se em força de trabalho explorada pelo modelo produtivo assim como a mão-de-obra masculina. Entretanto, as mulheres entrevistadas percebem de forma crítica esta relação com as parcerias. Com a concordância de todas as presentes, a fala de uma mulher da base do movimento em uma oficina, retrata este processo.

“Quanto mais trabalhamos mais dependemos deles.” [sistema de parcerias]; (OF)

Percebe-se que esta constatação é recorrente entre as mulheres. As exigências das empresas “parceiras” fazem com que boa parte da renda gerada seja direcionada para a melhoria dos locais onde são

criados os animais, sendo estas, segundo a maioria das entrevistadas, o maior gasto da família, havendo assim a necessidade de aumentar o investimento para obter retorno financeiro, que por sua vez volta a ser investido no sistema de criação. Vejamos:

“Tem a produção de ovos que a gente gasta em cima disso. E as exigências...a gente tem a parceria de suínos. O maior dinheiro nosso vai em cima ali, da propriedade. A menor coisa é pra nós. O nosso consumo é o menos... O que a gente gasta. É sempre ali. Tudo exige da gente. A gente gasta porque se compra muita coisa de comida para vaca [...] ... tem produto para limpar a ordenhadeira, sempre é tudo caro.” (EB4)

Observa-se, também, que nas propriedades em que existe mais de uma forma de produzir renda, na produção de leite cabe à mulher a ordenha e o trato das vacas.



Fotografia 23- Mulher do MMC tratando bezerro

Fonte: Fonseca (2008)

Paulilo, de Grandi e Silva (2000) constataam que a atividade leiteira sempre foi de predominância feminina, seja no Brasil ou qualquer parte do mundo. Quando questionadas sobre as razões desse fato, as entrevistadas argumentaram que quando existem duas tarefas que devem ser realizadas ao mesmo tempo, “é costume a mulher ficar com o leite” (EB7) dizendo se tratar de um hábito que sempre existiu e persiste mesmo que algumas atividades atualizadas sejam “mais leves”, como argumenta o marido de uma mulher que é responsável por tratar dos porcos enquanto a mulher responsabiliza-se pelas vacas. Ou seja:

“ Isso é um costume que sempre existiu. Hoje em dia trabalhar com porcos até é mais fácil. Antigamente era difícil, tinha que plantar , colher o milho, fazer a silagem. Hoje em dia o chiqueiro é limpo, só tem que alimentar os porcos na hora certa.” (EA4)

A impossibilidade hoje em dia de se plantar os alimentos para os porcos está nas exigências do tipo de ração que deve ser usada e da forma de tratamento que deve ser dado aos porcos com uma rotina que toma todo o dia do criador. Ao mesmo tempo em que dizem obter assistência técnica por parte das integradoras sempre que precisam, as exigências técnicas são constantes e incomodam a maioria das mulheres. Na fotografia 24 observa-se um criador alimentando os porcos. Como exemplo mostra-se a rotina de trabalho no período matutino. Para atender as exigências das empresas parceiras, na primeira hora da manhã o marido trata os porcos e a mulher trabalha na ordenha das vacas. Uma nova alimentação dos suínos é realizada às 10 horas, momento em que a mulher se dedica à horta e começa a preparar o almoço da família.



Fotografia 24- Homem tratando porcos

Fonte: Autor (2009)

As parcerias são as formas principais de obtenção de renda. Como já comentado, são seguidos padrões pré-determinados pelas indústrias. As mulheres percebem esta dependência de um modelo produtivo imposto e verificam que novas alternativas de rendas são possíveis. Entretanto, a intensa fiscalização afeta a venda dos chamados “produtos coloniais”. Ciente desta realidade uma entrevistada diz resistir e vender os seus produtos para que a “colônia não acabe”:

“O que a gente produz no interior não é valorizado. A principal causa é a inspeção. Porque isso matou a colônia. Eu digo ainda que as pessoas da cidade gostariam de comprar as coisas no interior e vão comprar. Elas vão à procura, só que a inspeção dá em cima. Ele tá em cima, tá cuidando. Mas, as pessoas da cidade procuram. Eles pedem e a gente leva, a gente sabe que não pode acabar. A minha esperança é que isso um dia vai mudar, que vai ser muito valorizado, porque eles percebem que a coisa comprada no mercado não tem aquela vitamina que tem no interior. É muito melhor o natural do que no mercado. Cheio desses agrotóxicos e dessa ‘coisarada’ que nem se sabe o que é colocado.” (EB1)

Além de uma rotina constante de atividades, as distâncias entre as propriedades e a sede das comunidade dificultam a participação em espaços coletivos como, por exemplo, os centros comunitários. Para Bourdieu (2007) a dispersão espacial é uma das características da condição camponesa, o que dificulta a tomada de consciência dos interesses coletivos na população rural. Assim, os encontros realizados pelo MMC também aproximam mulheres que moram as vezes muito distantes umas das outras, fato comentado pela maioria das mulheres entrevistadas, como foi ilustrado no depoimento a seguir:

“A gente se encontra mais com as pessoas, comunica mais, uma vez a gente tava mais que em casa, hoje a gente comunica mais com as pessoas.” (EB5)



Fotografia 25- Oficina de Sementes em Itá (Julho/2009)

Fonte: Autor (2009)

Apesar das dificuldades, a valorização da mulher e das sementes crioulas para a produção de alimentos representam a resistência aos alimentos industrializados e às sementes “comerciais”, sendo também um resgate de práticas dos antepassados, como pode ser observado a fala de uma das entrevistadas:

“Até hoje ainda está sendo difícil, mas, antigamente os pais não compravam comida, era tudo semente feita em casa. Quanto milho eu ajudei o pai a preparar, ele colhia as espigas de milho bonitas tirava a ponta e o outro lado da espiga e aproveitava só o pedacinho do meio para formar semente boa. Ele via as espigas bonitas e separava, ajeitava as espigas e a gente acabava debulhando. Ele plantava a semente de soja também, só que agora se tu não compra a semente que tu planta, tu não colhe.” (EB4)

Entre as sementes identificadas como crioulas, por parte das mulheres do movimento em Itá, estão o feijão, alface, canola, abóbora, moranga, radiche, mandioca, amendoim, batata-doce, alho, ervilha, couve e salsa. Segundo uma mulher da direção do movimento, muitas sementes cultivadas pelas mulheres são crioulas, mas, por desconhecimento não são identificadas como tal. Entretanto, é fato que muitas sementes ainda são compradas e o MMC por intermédio das trocas e da distribuição, procura diversificar e ampliar o cultivo das sementes crioulas pelas mulheres da sua base.

O movimento defende a produção de alimentos saudáveis e a garantia da variedade e diversidades genéticas como bem de uso comum. Os princípios que norteiam estes objetivos estão diretamente relacionados à agroecologia, embora as mulheres reconheçam que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Isto é:

“a agroecologia é um modo de vida, estamos dando passos, mas tem um caminho longo para a gente chegar de fato à agroecologia.” (ER1)

Paradoxalmente, o que é apontado como possibilidade para o futuro, na fala de muitas mulheres é apresentado como uma prática do passado.

“antigamente tinha-se mais tempo, não tinha agrotóxicos, adubação química, a vida era boa”; “Eu nem sabia o que era uréia, fiquei sabendo o que era com 25 anos”. (EB4)

Diante desta constatação por parte das entrevistadas, cabe resgatar Wanderley (1996) que identifica como uma característica do agricultor camponês a inspiração no passado para pensar o futuro com base no saber tradicional pautado nas formas de vida local, no consumo

da família e no trabalho familiar. O passado tido como mais saudável, lembrado com saudosismo, é o oposto da realidade atual. Por conta de uma já estarem inseridas no sistema de parcerias que exige uma rotina que toma boa parte do dia. Uma agricultura sustentável para muitas mulheres exige uma mudança radical em toda a produção agrícola. Associado a isto, também existem as práticas e as soluções fáceis, estimuladas pelo mercado de produtos químicos como apontou uma entrevistada sobre como o uso dos herbicidas atualmente faz parte do trabalho agrícola:

“hoje em dia basta passar o veneno e fica tudo limpinho, não precisa mais da enxada.” (ER4)

Entretanto, apesar da realidade apontada, percebe-se nas oficinas a existência de uma construção intelectual sobre os princípios da agroecologia e o esforço das mulheres em realizar uma prática voltada para a observação com o intuito de compreender as interações existentes na horta entre os animais, as plantas daninhas, as plantas semeadas e o solo.

“Faço o plantio direto, não capino e não tiro os inços”; “planto ervilha junto com as alfaces, a ervilha cresce primeiro e faz a sombra para que as alfaces possam crescer e depois eu passo as mudas de alface para outro lugar”; “não uso agrotóxico na horta” (OF)

Constata-se um esforço para a utilização de práticas mais sustentáveis em uma cultura de produção cujos insumos industrializados estão descaracterizando o que Bourdieu (2007) identifica como parte da realidade camponesa: a forte relação com a natureza e uma certa subordinação ao mundo natural. A forte ligação com a natureza é uma característica que define o modo de vida camponês. Na pesquisa observa-se que há, por parte das entrevistadas, a valorização de práticas agrícolas menos dependentes de aditivos químicos e agrotóxicos. Dentre as práticas realizadas podem ser encontradas o cultivo consorciado, o plantio direto, o controle natural de pragas e doenças, o adubo orgânico, a compostagem e a adubação verde (fotografia 26).



Fotografia 26- Cultivo de Feijão-de- Porco (*Canavalia ensiformis* DC) para adubação verde em Itá (2009)
Fonte: Autor (2009)

A preocupação em cultivar o suficiente e sem aditivos químicos está diretamente associado à preocupação com a saúde da família, este fato também observa-se na opção em cultivar sementes crioulas.

“É porque é uma semente que a gente tem em casa assim não precisa usar veneno, é tudo natural o que a gente produz.” “A semente que tu compra tem veneno e tu vai botar semente com veneno na terra. Provavelmente o veneno vai ficar e tu vai comer tem veneno.” “Acho que tem tudo a ver com a vida. A semente é a vida das plantas e as plantas é a vida das pessoas.” (EB6)

A preocupação constante com a saúde faz da horta além da garantia de uma alimentação mais saudável para a família, o local onde se cultivam as ervas medicinais que são utilizadas como remédio. Entre as doenças mais comuns observadas por uma agente de saúde que atende 106 famílias na região, está a diabetes, o colesterol e a hipertensão arterial. Para esta entrevistada, uma alimentação adequada e o uso correto de ervas medicinais em chás pode ajudar a prevenir doenças garantindo maior qualidade de vida no campo.

“A gente come muita coisa errada e em exagero, temos problemas de colesterol, que é gordura no sangue, isto é da alimentação inadequada. Tem também a pressão alta, a maioria dos problemas é a hipertensão, de 106 famílias que

eu atendo, tenho 45 hipertensos, e tem bastante gente nova, a gente sempre orienta a tomar um chá, uma coisa mais natural. Isto faz muito bem.” (EA5)

Segundo o Ministério da Saúde, há um acúmulo de evidências que associam doenças como o diabetes, hipertensão arterial e colesterol ao tipo de dieta das pessoas. Sendo assim, recomenda-se a alimentação combinada de cereais, verduras, legumes e frutas de forma variada, consumidas principalmente *in natura* (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006). Sobre o benefício dos chás, eles são considerados fontes significativas de compostos fenólicos devido as suas propriedades antioxidantes, sendo importantes para o tratamento de um grande número de doenças crônicas, incluindo doenças cardiovasculares, câncer e doenças neuro degenerativas (MORAES; COSTA; AGUIAR, 2009)

Assim como o cultivo de alimentos está ganhando força, a produção de ervas medicinal nas hortas, que o movimento identifica como um “fruto da identidade e compromisso em defesa da vida e da natureza” (MMC), tem tido repercussão positiva entre as mulheres do movimento. A fotografia 27 mostra o cultivo de ervas medicinais na horta de uma mulher da base do movimento.



Fotografia 27- Cultivo de ervas medicinais

Fonte: Autor (2009)

O cultivo das plantas medicinais para o tratamento e prevenção de doenças, que revela, também preferências culturais e, como comenta Lopes (2006), é valorizada por sua eficácia e baixo custo. França et al

(2008) reconhecem que o tratamento fitoterápico com as ervas medicinais ajuda a normalizar as funções fisiológicas, restaurar a imunidade e promover desintoxicações. Estudos mostram que o consumo das ervas medicinais pode favorecer a suplementação dos metais cobre, ferro e zinco. Estes minerais são elementos essenciais ao corpo, cuja falta pode provocar anemia, leucopenia (diminuição dos glóbulos brancos no sangue), neutropenia (diminuição dos neutrófilos no sangue), hiperuricemia (altos níveis de ácidos úricos no sangue), retardo no crescimento, falta de apetite, lesões cutâneas e alterações no comportamento (ANDRADE et al., 2005). Cabe ressaltar, contudo, que o uso inadequado destas ervas pode provocar intoxicações sendo primordial a posologia adequada a cada espécie.

Constatou-se nesta pesquisa, uma possibilidade de mudança de percepção em relação às práticas cotidianas, que são alteradas pela preocupação com a saúde, manifestando-se na crítica ao atual modelo econômico e à qualidade dos alimentos ingeridos pela população. Sobre esta questão é relevante apresentar a opinião de uma mulher considerada referência para o movimento residente em São Joaquim (SC). Ou seja:

“Essa é uma questão que até preocupa a gente. Porque hoje, eu sei que eu, a minha família, hoje têm alimentos suficientes, mas eu fico preocupada com os netos da gente, bisnetos. Eu gostaria que eles também tivessem, e essa é minha grande preocupação, porque a soberania alimentar, pra mim é, cada um ter o direito ao alimento, mas deveria ser também o alimento saudável. Só que isso é negado. Eu acho que isso está sendo negado. Do jeito que está, eu acho que tem que mudar o sistema. Temos que mudar. O sistema capitalista está nos provando que não é isso, mas agora é por isso que o Movimento está ali, para lutar e tentar, devagarzinho, fazer alguma coisa e fazer a mudança.” (ER2)

O fato é que para estas mulheres o rural não é só um espaço de produção, é também vida, sociabilidade, ambiente cultural e trabalho. Ao mesmo tempo em que as questões de gênero precisam ser discutidas, reafirma-se a necessidade de novas condições sociais e ambientais, que perpassa por práticas de cultivo já existentes. Diante disto, pode-se afirmar que o projeto de conservação e preservação da agrobiodiversidade por meio da valorização das sementes crioulas estimula práticas e discussões importantes para a soberania alimentar referentes, especificamente, à preservação das próprias sementes, valorização do trabalho feminino, a busca da independência em relação

às ofertas e imposições do agronegócio, à produção agroecológica e ao cultivo de alimentos e ervas medicinais para melhorar a saúde da população do campo.

No que se refere ao cultivo das ervas medicinais, as mulheres, na assistência à sua própria saúde e da sua família exercem práticas da medicina popular que, para Capra (2003), tradicionalmente sempre fora tarefa feminina mas que, posteriormente, foi substituída pela abordagem racional científica ao mesmo tempo em que se promoveu o surgimento de uma elite médica exclusivamente masculina. Esta última afirmação pode ser constatada nos dados de uma pesquisa realizada para o Conselho Federal de Medicina em 2002, publicada por Carneiro et al. (2005), que verificou que a atividade médica em Santa Catarina é exercida na sua maioria por homens alcançando um percentual de 79,2 %, sendo nacionalmente de 69,8 %. Já quanto à medicina dita “oficial”, é válido mencionar que foram realizadas descobertas terapêuticas que contribuíram para aumento da qualidade e expectativa de vida das pessoas. Entretanto, como afirmam França et al. (2008) há um retorno ao paradigma holístico visando a harmonia entre corpo, mente e meio ambiente no qual muitos tratamentos com uso de ervas medicinais passaram a ser estudados e indicados pela medicina oficial.

Ao analisar as agricultoras da região metropolitana de Curitiba (PR), Karam (2004), relata que ao mesmo tempo que as mulheres manipulam variadas ervas e plantas medicinais para o tratamento de distintos males do corpo e da alma como dor de barriga, dente, cabeça, ansiedades, angustias, e outros, estão bastante influenciadas pela medicina oficial. Para o movimento, valorizar a manipulação das ervas medicinais representa o resgate da relação histórica entre mulher e natureza, com as atividades das curandeiras e benzedeadas. Assim,

[...]desta relação histórica com a natureza, as mulheres camponesas vem partilhando e utilizando as plantas medicinais na arte da cura e do alimento para amenizar dores e problemas de saúde do corpo, para fortalecer, energizar e embelezar o corpo e o ambiente. Arte herdada das mulheres bruxas, curandeiras, benzedeadas, cozinheiras... Este dom é preservado através do respeito (humildade), de reverência (adoração), do reconhecimento (gratidão), da partilha e da solidariedade diante das plantas medicinais e do que a natureza oferece aos seres humanos. (MMC, 2008, p. 47)

Em campo constatou-se que as mulheres da base do movimento percebem que o cultivo das ervas medicinais representa o resgate dos hábitos locais e do conhecimento sobre as plantas para a assistência à saúde das famílias do campo.

As entrevistadas reproduzem os saberes e práticas naturais vinculadas à saúde humana, utilizando as ervas medicinais na forma de chás, ingeridas *in natura*, gargarejos, banhos e aplicação local em ferimentos e dores musculares. Além dos tratamentos sintomáticos, a ênfase é dada à função preventiva que as plantas têm para estas mulheres, sendo sua ingestão um hábito rotineiro que é disseminado nas conversas entre vizinhas, reuniões do movimento, de família e encontros religiosos.

Para as mulheres do MMC, a preocupação com a saúde correlaciona-se com os cuidados na alimentação. A horta significa para as entrevistadas autonomia para cultivar o que se gosta, e produzir uma alimentação mais saudável principalmente para os filhos, que manifestam novos interesses alimentares. Ao estudar a historiografia da alimentação no mundo, Santos (2005) constata uma tendência global, principalmente por parte dos mais jovens, de se preferir alimentos como hambúrguer, pizza, batata frita e Coca-Cola, promovendo novos padrões alimentares que modificam a dieta tradicional.

No Brasil, os estudos e pesquisas têm demonstrado que, em função do *fast-food*, um novo padrão alimentar está se delineando, com prejuízos dos produtos da dieta tradicional do povo. O arroz, o feijão, a farinha de mandioca, que foram, desde o século XVIII, a base do cardápio da maioria da população, perdem cada vez mais espaço para os produtos industrializados e com maior valor agregado. E não podemos esquecer que, em breve, teremos o ingresso dos alimentos transgênicos nessa competição. Pelos dados que temos, nos últimos 10 anos, o consumo anual de feijão caiu de 12 kg por brasileiro para 9,5 kg. A farinha passou a ocupar o 38º lugar no mercado alimentar. Em alguns estados, planta-se cada vez menos feijão. Isso tudo é muito ruim, principalmente para a população pobre. (SANTOS, 2005, p. 23)

Este autor destaca que o cultivo de sementes transgênicas também tende a padronizar o consumo em massa. Além dos impactos na saúde da população, emerge a desestruturação das culturas locais. Para as entrevistadas o passado é carregado de boas lembranças no que se refere aos hábitos alimentares. As colheitas, o trato das sementes, os gostos, os cheiros estão no imaginário das mulheres que vêm no cultivo das sementes crioulas também um retorno ao passado. Para essas mulheres, as sementes quando trocadas criam laços de afinidades. Ao estudar o simbolismo da comida para os descendentes de italianos no Rio Grande do Sul, Zanini e Santos (2008), descrevem que das relações estabelecidas pela troca de sementes crioulas, resultam laços de amizades e afinidades, que contribuem para a troca de experiências sobre o cuidado com a horta formando uma rede de disseminação. Vejamos:

Eu mesma, fui inserida neste “fluxo” de troca de sementes, plantando e colhendo, apreciando os diferentes sabores, e texturas das folhas, que podiam ser maiores ou menores, mais ou menos amargas. Uma grande novidade quando estava em campo, foi a introdução da espécie roxa que, diziam, teria vindo da Argentina. Era um verdadeiro acontecimento a troca destas sementes, sendo acompanhado de narrativas longas sobre sua circulação, procedência e como teria vindo parar em suas mãos. Certa vez, acompanhei o trânsito de sementes vindas do Paraná para Santa Maria e a comemoração quando as sementes recebidas brotaram. (ZANINI; SANTOS, 272-273)

Esta característica permite às mulheres, ao trabalharem na horta, apreenderem o conhecimento sobre os cultivos, estando mais aptas à produção agroecológica. Essa realidade foi também identificada nos estudos de Karam (2004), que apresenta a mulher como precursora na mudança para a agricultura orgânica, por deterem conhecimentos tradicionais e a guarda das sementes crioulas.

Para Altieri (2008), o conhecimento do camponês e suas estratégias produtivas são relevantes para se definir diretrizes mais apropriadas para a produção agroecológica. Entre as entrevistadas em Itá, estas práticas se vinculam diretamente à produção para o autoconsumo, tendo em vista que o sistema de parcerias com as agroindústrias é o principal fator gerador de dividendos para as propriedades. As mulheres percebem isto de forma crítica, almejando a

possibilidade de obter algum rendimento com os produtos da horta. Experiências isoladas de mulheres do movimento envolvidas com a produção agroecológica para a venda estão surgindo. Este seria um dos objetivos dos movimentos sociais, a autonomia da pequena propriedade rural para produzir alimentos mais saudáveis e variados para a cidade com a agrobiodiversidade local mantida. Para o MMC, a preservação do ambiente como meio e modo de vida possibilitando a autonomia das famílias tanto para o autoconsumo quanto para a produção de rendimentos é uma de suas bandeiras de lutas. Para algumas mulheres pertencentes ao movimento no estado isto já foi possível e, para outras, pode se constituir numa possibilidade futura, como comentou uma entrevistada sobre a sua própria perspectiva: “quem sabe começar a viver da produção de sementes crioulas”.

A crença na possibilidade de um novo modelo de agricultura está na trajetória destas mulheres. Foi observado nas entrevistas com algumas das primeiras participantes que, no começo, foi necessário conquistar a “valorização” de suas atividades no interior da própria família, para alçar uma participação pública mais efetiva, conquistando direitos à aposentadoria e a licença maternidade para a mulher do campo. Hoje, ao conversar com as lideranças da base do movimento é notável a importância que passou a ser dada às mulheres, sendo que o engajamento com as bandeiras de luta do MMC ajudou a construir o ideário atual, passando a ser utilizado como exemplo para as conquistas futuras.

Como um movimento feminista, o MMC, a partir das experiências vivenciadas pelas mulheres, mobiliza-se para ressignificar o modo de vida camponês nas relações familiares e sociais. Neste campo de luta, está a mudança na maneira de pensar, agir e ser para o reconhecimento do trabalho da mulher. Esta ressignificação perpassa pela relação da mulher com o cuidado.

Bianco e Almeida (1997) ao discutirem a questão de gênero com base na psicanálise, ressaltam que alguns autores vêm a noção de cuidado como resultado de um arranjo social e histórico que está na base da reprodução da dominação masculina. Já para Gebara (1997) esta questão é contextual, assim como os dados biológicos são “culturalizados” a cultura é marcada também pela condição biológica. No caso estudado, verificou-se na trajetória das mulheres que as diferenças de gênero, com o tempo, foram ficando menos rígidas tanto em algumas questões das atividades domésticas como na participação pública.

Considerando a sua condição no passado, as mulheres entrevistadas vivenciam mudanças, na medida em que elas consideravam-se, até um certo ponto, ingênuas, indicando que eram reprimidas no espaço doméstico, além de possuírem pouca participação no espaço público. Esta perceptível mudança, entretanto, não descaracterizou a sua preocupação com a família manifestada pelo cuidado. Os documentos formulados pelo MMC destacam o valor do cuidado com a natureza, a família, a alimentação, a saúde, a educação que, no entanto, não podem ser considerados como sendo sinônimo de “tarefas”. Reconhece-se a importância do cuidado que deve ser de todos, homens e mulheres, resultando em divisões mais justas das tarefas principalmente domésticas, para evitar sobrecargas de trabalhos que muitas vezes não são reconhecidos como tal, promovendo a sua “invisibilidade”.

Ao aumentar a sua participação no espaço público, as mulheres cobram do marido o envolvimento maior com as questões domésticas como, por exemplo, ficar com os filhos enquanto viajam ou participam de manifestações locais modificando as características dos papéis exercidos. Neste caso, o homem passou a contribuir para o “cuidado” da família e a valorizar as tarefas que historicamente eram tidas como atividades femininas.

Como pode ser notado na cartilha elaborada no âmbito do MMC por Conte (2008), para construir novas proposições de gênero na linha do cuidado, as mulheres se baseiam nas idéias formuladas por Leonardo Boff (quadro 5).

- ⇒ Que esse Cuidado não signifique tolhimento do prazer das mulheres nem que a carga de responsabilidade fique sobre elas, somente.
- ⇒ O saber cuidar deverá proporcionar relações não de descarte nem de uso de um como objeto de outro. A velha moral burguesa da igreja não serve como parâmetro. Tem-se muito o que construir e que essas construções sejam a partir das mulheres assumirem que estão em desvantagem, rumo à superação.
- ⇒ As mulheres assumirem que estão em desvantagem com relação aos homens, significa terem e construírem espaços de debates autônomos, bem como Organizações autônomas de mulheres, para: construírem e consolidarem lutas rumo a reapropriação do poder que lhes foi roubado. Por isso, nem tudo pode e deve ser feito junto com os companheiros homens, por que há uma relação de opressor (homem) e oprimido (mulher)⁵.
- ⇒ Que a liberdade seja sinônimo de companheirismo, de compartilhamento entre eles e elas. Que elas não precisam ter medo de falar, de dizer suas vontades, seus sonhos, muito menos, de esquecer o sonho pessoal e passar a sonhar aquilo que agrada os outros. Que o amor que as mulheres sentem não precise ser revertido em trabalho e servidão em prol de outros (companheiro, filhos/as).
- ⇒ Que as mulheres possam decidir, sim, sobre seus corpos, mas, que não precise ser após serem vítimas daquilo que a sociedade patriarcal as sujeita. As mulheres, de forma geral, precisam superar a idéia de que o sexo deva ser necessariamente para agradar o outro, muitas vezes em detrimento do seu prazer ou medo da perda do outro. O medo da perda significa, segundo Muraro (2001)⁶ a carga de inferioridade que as mulheres carregam, fruto do patriarcalismo, do ser menos.

⁵ Relação opressor-oprimido – segundo FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. SP. Paz e Terra, 1987.

⁶ Rose Marie Muraro, Os seis meses em que fui homem. 2000

Quadro 4- O conceito de cuidado segundo o MMC baseado em Boff
Fonte: Conte (2008, p. 16). Publicação do MMC

Ao se correlacionar os resultados da pesquisa com o referencial teórico e com as noções formuladas pelo MMC (quadro 4), percebe-se que houve mudanças na distribuição e valorização das tarefas tidas como femininas, entretanto a carga de responsabilidade com o cuidado da família ainda não apresenta equidade entre homens e mulheres. Diferente dos movimentos feministas mais radicais, os valores religiosos persistem e o modelo familiar ideal pregado pelas igrejas não é afetado. Neste caso, algumas vezes servidão e amor podem ser confundidos como sinônimos.

A valorização de elementos culturais do passado é uma das características do campesinato, que não deixa de se fazer presente nas representações das mulheres da base do MMC. Ou seja, ao mesmo tempo em que as mulheres resgatam e atualizam práticas tidas como mais adequadas do ponto de vista da sustentabilidade, sentem a necessidade de ressignificar valores como o cuidado. Contraditoriamente, o cuidado foi e pode ser utilizado para a manutenção da sociedade patriarcal, mas, no entanto, representa os valores que estas mulheres cultuam e que algumas vezes servem como motivação para almejar um novo paradigma de sociedade.

Confirmando a hipótese formulada no modelo de análise e utilizada como referencial para a realização desta pesquisa, verificou-se que as noções e as práticas vinculadas ao cultivo, a reprodução e a multiplicação de sementes crioulas por parte das mulheres do MMC constituem-se num conjunto de iniciativas e estratégias orientadas para a busca da soberania alimentar, seja no âmbito das unidades familiares de produção, em que é cada vez mais reconhecido e valorizado o papel aí exercido por parte das mulheres do movimento, seja nas estratégias adotadas pelo MMC visando construir um modelo de desenvolvimento alternativo ao do agronegócio. Comprova-se, também, que as representações e as práticas explicitadas pelas mulheres entrevistadas em torno da soberania alimentar vinculam-se e estão implicadas, também, com as questões de gênero, agroecologia e agricultura camponesa.

Constata-se, enfim, um conjunto importante de redefinições no âmbito da família e da comunidade associadas aos diversos papéis exercidos pelas mulheres, particularmente o relacionado à soberania alimentar. Avanços consideráveis foram alcançados neste sentido, mas a transformação almejada pelas mulheres do MMC, ao mesmo tempo em que é possível se tornar realidade, não deixa de ser complexa, tendo em vista os desafios ainda presentes para a abordagem e a superação de padrões culturais e de problemas estruturais ainda não resolvidos no

espaço rural como, por exemplo, os antagonismos, as desigualdades e as hierarquias - homem/mulher, explorador/explorado, público/ privado - forjado na estrutura patriarcal e reproduzido nas relações sociais e culturais que se estabelecem entre os indivíduos, as famílias e as instituições do campo.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se entre os resultados da pesquisa que, mudanças importantes ocorridas nas histórias de vida das mulheres entrevistadas foram decorrentes e/ou estão vinculadas com os acontecimentos, as lutas e as conquistas verificadas na trajetória do MMC. Referente ao objetivo inicial de resgatar a história do MMC para compreender suas místicas e bandeiras de luta, observa-se que a trajetória de vida das mulheres do movimento perpassa por transformações sociais que alteraram a forma como se comportavam na esfera familiar e comunitária. Estas mulheres sentiam-se reprimidas e submissas ao marido, e marginalizadas nas esferas públicas, até então, espaço tipicamente masculino. Com o passar do tempo, as inquietações que permeiam a questão de gênero permitiram a construção de um ideário relacionado à valorização do papel da mulher agricultora com foco na produção, com viés agroecológico. Ao relacionar os objetivos do movimento às práticas cotidianas das mulheres da base, observa-se que o cultivo de sementes crioulas transcende o simples manuseio, perpassando por questões como a soberania alimentar que para as entrevistadas está diretamente relacionado ao cuidado com a família. Esta característica é ampliada pelo MMC nas discussões ambientais abrangendo a capacidade feminina de cuidar da natureza.

Na construção teórica e na pesquisa de campo, constatou-se que a história de vida das entrevistadas é contextualizada e influenciada pelos fatores sócio-culturais, em que se insere o papel assumido pelas mulheres no cuidado com a alimentação da família. Este “cuidar” constitui-se como o comportamento exemplar a ser seguido pelas mulheres. Por outro lado, as mulheres entrevistadas fazem referências, de forma recorrente, a esta noção, algumas vezes de forma ambígua. Se, por um lado, este conceito é considerado contraditório nas discussões de gênero, por outro é um termo que as mulheres entrevistadas se apropriam e adotam no seu cotidiano, particularmente por considerarem que a partir desta noção podem exercer um papel muito importante na soberania alimentar da família. Na horta são produzidas as espécies vegetais que alimentam ou são usados como remédios por toda a família. É nesse processo que se inserem o cultivo, a reprodução e a multiplicação das sementes crioulas. Além disso, ao enfrentar os “riscos” contidos no exercício desse papel, as mulheres se reconhecem e exigem reconhecimento no espaço doméstico, ampliando os horizontes de suas lutas para os espaços públicos. Processo que influencia e é influenciado pelas bandeiras de lutas, iniciativas e reivindicações do

MMC, particularmente vinculadas à agroecologia, à soberania alimentar e ao projeto de desenvolvimento alternativo ao agronegócio.

Antes de ser criticada, a relação entre a mulher e o cuidado pode ser considerado o ponto de partida para a abordagem e a realização da soberania alimentar. Merecem destaque, neste caso, os significados formulados pelas mulheres do movimento quanto à reprodução e multiplicação de sementes crioulas para a produção de alimentos na perspectiva da agroecologia. A mística construída entre as sementes e as mulheres promove uma construção teórica em nome da vida e da natureza que se caracteriza no posicionamento crítico às sementes geneticamente modificadas e como são impostas pelas grandes corporações.

Com a participação no movimento, as mulheres passaram a aplicar em suas práticas de cultivo nas hortas, conhecimentos que resultam na menor degradação do meio ambiente. Nas oficinas realizadas pelo MMC trocam-se experiências e aprende-se formas ecologicamente mais adequadas para a preparação do solo, semeadura, fertilização e controle das ervas e animais pertencentes ao ambiente natural e causando menor impacto ao ecossistema local.

No objetivo relacionado aos significados atribuídos pelas mulheres ao cultivo de sementes crioulas, importância é dada ao resgate de práticas agrícolas tradicionais associadas ao aprendizado adquirido nas oficinas. Os conhecimentos adquiridos principalmente nas oficinas e associados ao resgate de práticas de cultivo do passado permitem às mulheres refletirem e agirem no presente com a perspectiva de moldar o futuro. Além disso, garantem, por um lado, a reprodução social da cultura e dos saberes tradicionais vinculados à alimentação e, por outro, atendem as necessidades alimentares dos membros do grupo doméstico e da sociedade.

Ao investigar a influência das ações do MMC referentes ao cultivo de sementes crioulas observa-se que, com as trocas de sementes crioulas entre as mulheres do movimento, novos alimentos passaram a fazer parte da alimentação das famílias. Neste caso, além de promover uma alimentação mais diversificada, o resgate e a valorização das sementes crioulas tem contribuído para a manutenção da agrobiodiversidade, ameaçada pelas consequências advindas da padronização das sementes comercializadas.

No que se refere às iniciativas das mulheres do movimento residentes em Itá orientadas para as práticas de cultivo de sementes crioulas, a pesquisa de campo evidenciou a preocupação das mulheres com o autoconsumo. Mesmo sendo parceiras das agroindústrias de

alimentos e reclamando de possuírem a cada dia menos tempo, as mulheres por meio da horta, considerada o local da produção da alimentação mais saudável para a família, diminuem a necessidade da compra externa de alimentos, o que proporciona a redução de custos e fazendo com que a propriedade construa a sua própria auto-suficiência alimentar.

Verificou-se que as entrevistadas se sentem valorizadas quando compreendem e reconhecem que as suas atividades podem representar uma importante resistência às sementes comerciais e ao agronegócio. Isto pode ser ilustrado nos momentos em que elas percebem que, mesmo estando integradas ao sistema de produção agroindustrial, não deixam de ser “agricultoras” e podem almejar estratégias sustentáveis de produção para diminuir a dependência do sistema de parcerias.

Um aspecto muito importante para as mulheres entrevistadas é a preocupação com a saúde. Neste caso, além do cultivo de alimentos considerados mais saudáveis, destaca-se o cultivo das ervas medicinais que resulta no resgate e/ou manutenção do saber popular, em alternativas mais acessíveis e econômicas para a prevenção e o tratamento de doenças. Além do poder curativo, as ervas medicinais representam a valorização de práticas e conhecimentos, na maioria das vezes detido por mulheres, e a preservação de espécies vegetais. Nesse processo, interagem valores materiais e simbólicos permeados por uma visão holística de mundo para o “cuidado com o corpo, a mente, o espírito e o ambiente” (MMC, 2008, p. 47).

Por meio de interpretações místicas, orientadas nos eventos de formação e mobilização social do MMC, girando em torno da natureza e da preocupação com a saúde, as mulheres fazem do seu trabalho na horta um ponto de reflexão e discussão para elevar a auto-estima, construir alianças, compartilhar experiências. Assim elas reavaliam o trabalho, papel social e seus anseios quanto ao posicionamento junto ao âmbito familiar e público.

As sementes comercializadas pelas grandes empresas simbolizam, para as mulheres do movimento, as estratégias do agronegócio voltadas à exclusão e concentração de renda na mão de poucos. Entretanto, apesar do cultivo de sementes crioulas representar a contestação ao agronegócio, torna-se insuficiente quando envolver outras necessidades das famílias de agricultores como o acesso a créditos e mercados (mesmo que local). Estas reivindicações estão inseridas nos objetivos do MMC, sendo neste caso, necessário ressaltar que as ações do movimento não se resumem apenas no projeto voltado para as sementes crioulas.

Na análise dos significados formulados na reprodução e multiplicação de sementes crioulas na perspectiva da soberania alimentar, as mesmas cultivadas em Itá servem para o auto-sustento das famílias. Nestas perspectivas são atribuídos, no movimento e pelas mulheres da base, significados como a produção de alimentação saudável, valorização do trabalho feminino, resgate de práticas do passado culturalmente valorizadas, preocupação com a questão ambiental e também a oportunização das relações de sociabilidade entre as mulheres propiciadas nos eventos organizados pelo MMC.

Ao buscar a saúde da família utilizando-se de hábitos que representam manifestações culturais visando a qualidade, diversidade e quantidade suficiente de alimentos para garantir o bem estar, estas mulheres passam a servir como exemplos para as suas vizinhas. Elas são valorizadas nas oficinas de sementes como modelos referenciais estimulando um conjunto de famílias a adotar os mesmos princípios vinculados à soberania alimentar. Assim, para o movimento, as “perspectivas” e experiências referenciais com foco na soberania alimentar têm maior abrangência quando analisadas na coletividade.

Pode-se mencionar que as práticas de recuperação, cultivo e reprodução de sementes crioulas, a busca pela soberania alimentar, a alimentação saudável, o uso das plantas medicinais e os cuidados com a saúde formam uma unidade cujas noções e práticas representam para as mulheres a possibilidade de se conquistar, no âmbito doméstico, uma melhor qualidade de vida para a sua família e, no âmbito social e político, a perspectiva de se realizar o lema do MMC “produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza”.

Uma questão observada neste estudo e passível de ser trabalhada em pesquisas futuras, consiste na contradição existente entre o fazer parte do sistema de parcerias e almejar novas possibilidades de produção. Apesar de questionarem este modelo, que faz parte da realidade local desde o início da década de 1980, as famílias aderem ao método e fazem dele sua principal fonte de renda. Neste caso, ao mesmo tempo em que é de subordinação quando as mulheres comentam “estamos nas mãos deles” esta relação representa para as famílias uma fonte de renda certa. A busca de um “salário fixo” também é idealizado pelos filhos destes agricultores. Um ponto que merece ser estudado é como os jovens analisam as parcerias. Verifica-se que quando atingem certa idade muitos passam a trabalhar como assalariados nas cidades próximas, justamente por argumentarem que o “salário está garantido” (relato de um jovem que trabalha em uma fábrica de móveis em Itá, comprou uma moto e pode almoçar todos os dias com a família). A

questão que ainda demanda respostas consiste em entender como é possível construir um novo modelo de produção agrícola que seja sustentável em todos os sentidos, com conservação da agrobiodiversidade, ecologicamente aceitável, socialmente valorizado e economicamente justo. Nesta perspectiva, o cultivo de sementes crioulas, apesar de poder ser um dos “fios condutores” para a realização destas premissas quando pensado como uma ação isolada torna-se insuficiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERE, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. Campinas: UNICAMP, 1992.

ANDRADE, Édira Castello Branco de; ALVES, Simone Pinheiro and TAKASE, Iracema. Avaliação do uso de ervas medicinais como suplemento nutricional de ferro, cobre e zinco. *Ciênc. Tecnol. Aliment.* [online], vol.25, n.3, 2005.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

AUED, Bernadete W. **Nossas Histórias**. Florianópolis: Insular, 2007.

AURÉLIO. **Dicionário online de Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com>>. Acesso em: 28 Jul. 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4.ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BERGER, Christa. O caso Aracruz: do fato ao acontecimento jornalístico. **UNirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, 2006.

BIANCO, Arma Carolina lo; ALMEIDA, Marlise Mirian de Matos. Articulações Psicanálise/Feminismo. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. (Coleção Gêneros, v. 5)

BODANEZE, Lourdes. Recuperação da semente de alface: uma bela história. **Rev. Camponesa**: MMC/SC, Chapecó, Dezembro, 2007.

BOEF, Walter Simon de. Biodiversidade e agrobiodiversidade. In: BOEF, Valter Simon de. et al. (Org.) **Biodiversidade e agricultores**: fortalecendo o manejo comunitário. Porto Alegre: L&PM, 2007. p. 36-40.

BOFF, Leonardo. **Ecologia:** grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação.** 3.ed. Petrópolis:Vozes, 1983.

BOFF, Leonardo. **O caminhar da igreja com os oprimidos:** do vale das lágrimas à terra prometida. 2.ed. Rio de Janeiro: CODECRI, 1981.

BOUDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

BURLANDY, Luciene. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Ciênc. saúde coletiva** , Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 Set 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira:** promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Lei 9. 456. **Lei de Proteção de Cultivares.** Brasília, 25 de abril de 1997.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agriculturas do sul do Brasil. **Rev. Estud. Fem.** , Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-26X2004000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 Set 2008.

CAMPOS, Cristiane Senhorinha Soares Campos. Campesinato autônomo: uma tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. **Rev. Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, set. 2006. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br/portal/procampo/downloads/Campesinato%20aut%C3%B4nomo%20E2%80%9320uma%20nova%20tend%C3%Aancia%20gestada%20pelos%20Movimentos%20Sociais.pdf>> Acesso em: 09 Set 2008.

CANCI, Ivan José. **Relações dos sistemas informais de conhecimento no manejo da agrobiodiversidade no Oeste de Santa Catarina**. 2006. 191 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. 2.ed. São Paulo: 2 Cidades, 1971.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTIS, Regina. Pesquisas Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Rev. Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, Out-Dez; v. 15, n.4, 2006.

CARNEIRO, Mauro Brandão; GOUVEIA, Veloso; ARAÚJO, Edevard José de. (Coordenadores). **O médico e seu trabalho: resultados da região sul e seus estados**. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2005.

CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: a fome no Brasil**. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1946.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre La teoria de los sistemas económicos no capitalistas. **Cuadernos Políticos**, número 5, México D.F., Julio-septiembre, 1975. Disponível em: <<http://www.bolivare.unam.mx/cuadernos/cuadernos/contenido/CP.5/CP.5.5AlexanderVChayanov.pdf>> Acesso em: 15 Out. 2009.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHONCHOL, Jacques. A soberania Alimentar. **Estud. av.** 05, vol.19, n.55, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300003&lang=pt> Acesso em: 22 Jun. 2009.

COMERFORD, John Cunha. Cultura e Resistência Camponesa. In: Marcia Motta. (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CONTE, Isaura Isabel (org.). **Gênero, sexualidade e direito das mulheres**. Chapecó: MMC, 2008.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, março/ 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>> Acesso em: 3 Set 2008.

ETC Group. **World's Top 10 Seed Companies**. Disponível em: <http://www.etcgroup.org/en/materials/publications.html?pub_id=615> Acesso em: 14 Out. 2009.

FAO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/cf.asp>> Acesso em: 10 Set 2008.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. São Paulo : Estação Liberdade, 1998.

FONSECA, Gabriela de Ataíde. **A Segurança Alimentar e Nutricional como instrumento de valorização do trabalho da mulher camponesa**. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia), Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

FRANCA, Inácia Sátiro Xavier de; SOUZA, Jeová Alves de; BAPTISTA, Rosilene Santos and BRITTO, Virgínia Rossana de Sousa. Medicina popular: benefícios e malefícios das plantas medicinais. **Rev. bras. enferm.** [online], vol.61, n.2, 2008.

FREI BETTO. A fome como questão política. **Estud. av.** vol.17, n.48, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 13 Jul. 2009.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 14.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala.** 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

G1-GLOBO.COM. **Monsanto compra brasileira Agroeste.** Disponível em: < http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,MUL102636-356,00.html> Acesso em: 13 Jul de 2009.

GASPARETO, Sirlei A. K.; SCHIAVINI, Rosani. Dom José e o Movimento das Mulheres Agricultoras. In: UCZAI, Pedro (Org.). **Dom José Gomes:** mestre e aprendiz do povo. Chapecó: Argos, 2002.

GCI; Grupo de Ciência Independente. **Em defesa de um mundo sustentável sem transgênicos.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista.** São Paulo: Olho d'Água, 1997.

GEBARA, Ivone. **O que é teologia feminista.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo Natural:** criando a próxima revolução industrial. São Paulo: Cultrix, 2002.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cad. Pagu** [online]. n. 22 , 2004. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/?q=node/25>> Acesso em: 18 Mar 2009.

HICKMANN, Crescência. A diversidade da agricultura camponesa. **Revista Camponesa.** Chapecó, ano II, dezembro de 2007.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. 2.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IBGE. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 05 Mar 2009.

KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (1): 360, janeiro-abril, 2004.

KROTH, Sirlei Antoninha. **Atalhos da luta: trajetórias e experiências das mulheres agricultoras e do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, 1983-1993**. 141 f. Dissertação (Mestrado em História)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: A terra, o homem e a economia**. Florianópolis: UFSC, 1968.

LOPES, C. A. A. Considerações gerais sobre plantas medicinais. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, Boa Vista, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: < <http://www.uerr.edu.br>> Acesso em: 09 Ago 2009.

LUKÁCS, Gyorgy. A consciência de classe. In: BERTELLI, A.R. et all. (Orgs.). **Estrutura de Classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

MACHADO, Altair Toledo. Biodiversidade e agroecologia. In: BOEF, Valter Simon de. et al. (Org.) **Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre: L&PM, 2007. p. 262-267.

MAGALHÃES, M. S. ; PRADO, M. A. M. Movimentos autônomos e mistos: gênero e identidade coletiva em movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. In: **VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural**, 2006, Quito, Equador. Disponível em:< <http://www.alasru.org>> Acesso em: 8 Set 2008.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARCOS, Valéria de. Tempo de semear: novos caminhos para um novo campo no Brasil do século XXI. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz. (Orgs.) **Panorama da Geografia brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006.

MARIANO, Silvana Aparecida. Modernidade e crítica da modernidade: a Sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise. **Cad. Pagu** [online], n. 30, 2008. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/?q=node/25>> Acesso em: 18 Mar 2009.

MARINHO, Carmem L. C.; GOMES, Carlos Minayo. Decisões conflitivas na liberação dos transgênicos no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, 18, v3, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br>> Acesso em: 21 Jul. 2009.

MEIRELLES, Laércio Ramos; et al. **Biodiversidade**: passado, presente e futuro da humanidade. Centro Ecológico, PRONAF, 2006.

MENASCHE, Renata; et. all. Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

MCKERNAN, James. **Currículo e Imaginação**: teoria do processo, pedagogia e pedagogia e pesquisa-ação. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME NO BRASIL. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san>> Acesso em 10/11/2008.

MIRANDA, Ary Carvalho de; MOREIRA, Josino Costa; CARVALHO, René de and PERES, Frederico. Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**. vol.12, n.1, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 29 Jul. 2009.

MISPIRETA, Maria Luisa Del Rio. Marco normativo nacional y avances en bioseguridad en el Peru. In: COMISIÓN DE PUEBLOS ANDINOS, AMAZÓNICOS Y AFROPERUANOS, AMBIENTE Y ECOLOGIA DEL CONGRESO DE LA REPÚBLICA. **Riesgos e**

implicâncias de los organismos genéticamente modificados (OGM) en la salud, la biodiversidad y la agricultura tradicional y orgânica. Lima, Peru, 2007.

MMC. MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. Disponível em: <<http://mmcbrazil.com.br>> Acesso em: 10 Set 2008.

MMC. MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. **Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida.** DARON, Vanderleia L. P.; COLLET, Zenaide (Orgs.). Chapecó: AMTR-SUL, 2008.

MONSANTO. **Onde Estamos.** Disponível em: <<http://www.monsanto.com.br>> Acesso em 10 Mar 2009.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. **Cad. Pagu**, n.11, 1998. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/?q=node/25>> Acesso em: 18 Mar 2009.

MORAIS, Selene M. de; CAVALCANTI, Eveline S. B.; COSTA, Sônia Maria O. e AGUIAR, Liza A.. Ação antioxidante de chás e condimentos de grande consumo no Brasil. **Rev. bras. Farmacognósia..** Vol.19, n.1b, pp. 315-320, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbfar/v19n1b/a23v191b.pdf>> Acesso em: 8 Dez. 2009.

MORENO, Camila. Agroenergia X soberania alimentar: a questão agrária do século XXI. In: CARNEIRO, Maria José; BRUNO, Regina; SECRETO, Maria Verônica. (Orgs.). **O campo em debate:** terra, homens, lutas. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

MOONEY, Pat. Perdendo diversidade, diminuindo possibilidades. In: HOBELINK, Henk. **Biotechnologia muito além da Revolução Verde:** desafios ou desastre. Porto Alegre: Hobbelink, 1990.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1986.

MUNARINI, Carmen; MENDES, Ivete M. A. Recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças em Santa Catarina. In: BOEF, Valter Simon de. et al. (Org.) **Biodiversidade e agricultores:** fortalecendo o manejo comunitário. Porto Alegre: L&PM, 2007. p. 262-267.

MUNARINI, Carmen; COLLET, Zenaide. Recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças: uma luta do MMC/SC. **Rev. Camponesa**: MMC/SC, Chapecó, Dezembro, 2007.

Naranjo, Rufino Acosta ; Diego, José Díaz . **Y en sus manos la vida** : Los cultivadores de las variedades locales de Tentudía. MESTO Cuadernos Monográficos, n. 7, 2008.

NEVES, Tatiana Pereira das; PORTO, Marcelo Firpo de Souza; MARINHO, Carmem Luiza Cabral; BRAGA, Ana Maria Cheble Bahia. O conceito de biossegurança à luz da ciência pós-normal: avanços e perspectivas para a saúde coletiva. *Saude soc.*, vol.16, n.3, 2007.

NAVARRO, Zander. **Nunca cruzaremos este rio: a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a ‘Sociologia militante’, e o ocaso da reforma agrária no Brasil**. In: 32 ANPOCS, Caxambu, 2008. Disponível em: <<http://200.152.208.135/anpocs>> Acesso em 20 Set 2008.

NEVES, José Luis . Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em: < <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>> Acesso em: 6 Set 2008.

NORONHA, Olinda Maria. **De camponesa a “madame”**: trabalho feminino e relações de saber no meio rural. São Paulo: Loyola, 1986.

OLIVEIRA, Haydée Maria Luz Pereira de. **Mãe, Filha, Esposa, Irmã**: Um estudo iconográfico acerca da condição da mulher no Antigo Egito durante a XIX dinastia (1307-1196 a.C). O caso de Deir el-Medina. 344 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

O TERROR CONTRA O SABER: BRAÇO FEMININO DO MST DESTRÓI LABORATÓRIO COM MAIS DE UMA DÉCADA DE PESQUISA. **Revista Veja**, nº. 1947, 15 março de 2006.

ORNELLAS, Lieselotte Hoeschl. **Alimentação através dos tempos**. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 2000.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento das Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. **Caderno de Pesquisas**, PPGSP/UFSC, nº. 21, Junho 2000. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2021.pdf>>. Acesso em: 04 Out 2008.

PAULILO, Maria Ignez S.; DE GRANDI, Alessandra Bueno; SILVA, Marineide Maria. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. PPGSP/UFSC, **Cadernos de Pesquisa**, nº. 21, Junho 2000. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2021.pdf>>. Acesso em: 04 Out 2008.

PAULILO, Maria Ignez S.. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Rev. Estud. Fem.** , Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100012&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 05 Set 2008.

PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta da. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Rev. Estud. Fem.** , Florianópolis, v. 15, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 Set 2008.

PAULILO, Maria Ângela Silveira. Pesquisa Qualitativa e História de Vida. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 1, 1999. Disponível em: < <http://www.ssrevista.uel.br/>> Acesso em: 30 Set 2008.

POLI, Odilon. **Leituras em Movimentos Sociais**. Chapecó: Grifos, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 31.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PULEO, Alicia H. Feminismo e ecologia. **Revista ECO.21**. Disponível em: < <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=982>> Acesso em: 5 Out. 2009.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

RENK, Arlene; SAVOLDI, Adiles. Comida e gênero num contexto de etnicização. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER. Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: < www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST6/Renk-Savoldi_06.pdf> Acesso em: 15 Dez. de 2009.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Alimentação e seu lugar na História: os tempos da memória degustativa. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 11-31, 2005.

SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Marcio. A produção da autonomia: os papéis do autoconsumo na reprodução social dos agricultores. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, 2007.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuição e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./mar., 2000. Disponível em: < <http://www.emater.tche.br>> Acesso em: 29 jan. 2009.

SILIPRANDI, Emma. É possível garantir a soberania alimentar a todos os povos no mundo de hoje? **.Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.**, Porto Alegre, v.2, n.4, ut./dez., 2001. Disponível em: < http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n4/> Acesso em: 29 Jan 2009.

SILIPRANDI, Emma. Políticas de segurança alimentar e relações de gênero. In: **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**,

2006, Quito, Equador. Disponível em:< <http://www.alasru.org>> Acesso em: 8 Set 2008.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. Desenvolvimento Agrícola Sustentável. In: BATALHA, Mario Otávio. **Gestão Agroindustrial**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, José Carlos Lima de. Via Campesina. In: MOTA, Márcia (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

USP.BibVirt: Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa. **Pranchas de Debret**. Disponível em:<<http://www.bibvirt.futuro.usp.br/imagens>>. Acesso em: 11 Abr. 2009.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Camponato Brasileiro**. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. Caxambu, MG, outubro, 1996.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, Ângela D. Damasceno. BRANDENBURG, Alfio. **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba (PR): UFPR, 1998.

WARREN, Ilse Scherer. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Soc. estado**. , Brasília, v. 21, n. 1, 2006 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 11 Dez. 2008.

WEBER, Max. Classe, status, partido. In: BERTELLI, A.R. et all. (Orgs.). **Estrutura de Classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e O Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WIEDEMANN, Amanda Barbosa. **A questão do gênero na literatura egípcia no II milênio a.C.** 300 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

WILSON, Edward. **O Futuro da vida.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Padrões tradicionais e modernização: comida e trabalho entre camponeses teuto-brasileiros. In: MENASCHE, Renata. **A agricultura familiar à mesa:** saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

WOORTMANN, k. **Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda:** relatório final. Série Antropologia, 20, Brasília: UNB, 1978. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie20empdf.pdf>> Acesso em: 20 Mar. 2009.

VIA CAMPESINA. Disponível em: <http://viacampesina.org/main_en/index.php>. Acesso em: 10 Mar 2009.

VILLELA, Ana Laura Vianna. Colonização, cultura e território: o caso de Chapecó/SC. **Cadernos do CEOM.** Ano 20, n. 27. Chapecó: Argos, 2007.

ZANETTI, Cândia; MENASCHE, Renata. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, Renata. **A agricultura familiar à mesa:** saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

ZANINI, Maria Catarina C.; DOS SANTOS, Mirian Oliveira. Comida e simbolismo entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil). **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 19, n. 01, Jan./Jul. 2008.

APÊNDICE A
MODELO DE QUESTIONÁRIO E ROTEIRO DA ENTREVISTA

TAMANHO DA PROPRIEDADE			
COMPOSIÇÃO FAMILIAR NA PROPRIEDADE			
NOME	IDADE	PARENTESCO	GRAU DE INSTRUÇÃO
QUANTOS CULTIVOS E CRIAÇÕES EXISTEM NA PROPRIEDADE COM A FINALIDADE DE GERAR RENDA ?	NENHUM		ESPECIFICAR:
	ATÉ DOIS		
	DE TRÊS A CINCO		
	MAIS DE CINCO		
QUAIS DESTES INSUMOS SÃO ADQUIRIDOS COM CUSTO?	FERTILIZANTES QUÍMICOS		
	FERTILIZANTES ORGÂNICOS		
	SEMENTES		
DE QUE FORMA É FEITA A COMERCIALIZAÇÃO DA SUA PRODUÇÃO? O QUE PREVALECE	INDIVIDUAL	PARA INTERMEDIÁRIOS	
		DIRETO AO CONSUMIDOR	
		MERCADO INSTITUCIONAL	
		PARA INTEGRADORA	
	COLETIVA	PARA INTERMEDIÁRIOS	
		DIRETO AO CONSUMIDOR	
		MERCADO INSTITUCIONAL	
		PARA INTEGRADORA	
QUEM DOS MORADORES DA PROPRIEDADE TRABALHAM FORA DA UNIDADE PRODUTIVA PELO MENOS 3 MESES POR ANO?	MARIDO	FILHOS	
	ESPOSA	OUTROS	
UTILIZA ADUBAÇÃO QUÍMICA DO SOLO NOS CULTIVOS PARA	NÃO		

COMERCIALIZAÇÃO?	DE VEZ EM QUANDO
	SEMPRE
COMPRA SEMENTE CERTIFICADA OU SELECIONADA NO CULTIVO PARA COMERCIALIZAÇÃO?	NÃO
	DE VEZ EM QUANDO
	SEMPRE
QUAL O TIPO DE IRRIGAÇÃO QUE MAIS UTILIZA NA PROPRIEDADE? O QUE PREVALECE	NÃO USA
	CONVENCIONAL
	GOTEJAMENTO
COMO É FEITA A ALIMENTAÇÃO DAS "CRIAÇÕES"?	NÃO TEM ESTES ANIMAIS
	USA RAÇÃO PRODUZIDA NA PROPRIEDADE
	USA RAÇÃO INDUSTRIALIZADA RAÇÃO INDUSTRIALIZADA E PRODUZIDA NA PROPRIEDADE
QUAL A ORIGEM DOS REPRODUTORES?	USA REPRODUTORES E MATRIZES DE SELEÇÃO DO PRÓPRIO REBANHO
	USA REPRODUTORES/MATRIZES ADQUIRIDOS EXTERNAMENTE
TEM ACESSO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÚBLICA ?	NÃO TEM
	ATÉ UMA VEZ POR ANO
	ATÉ DUAS VEZES POR ANO
	ATÉ QUATRO VEZES POR ANO
	SEMPRE QUE NECESSITA
TEM ACESSO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRIVADA OFERECIDA PELOS VENDEDORES DE INSUMO?	NÃO TEM
	ATÉ UMA VEZ POR ANO
	ATÉ DUAS VEZES POR ANO
	ATÉ QUATRO VEZES POR ANO
	SEMPRE QUE NECESSITA
FAZ COMPOSTAGEM?	NÃO FAZ
	FAZ, SOMENTE UTILIZA NA PRODUÇÃO PARA AUTO-SUSTENTO
	FAZ, TAMBÉM UTILIZA NA PRODUÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO
FAZ BIOFERTILIZANTE?	NÃO FAZ
	FAZ, SOMENTE UTILIZA NA PRODUÇÃO PARA AUTO-SUSTENTO

	FAZ, TAMBÉM UTILIZA NA PRODUÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO	
QUAL O PERCENTUAL DE SEMENTE UTILIZADA QUE É PRODUZIDA NA PROPRIEDADE?	DE 1 A 15 %	
	DE 15 A 30 %	
	DE 30 A 50%	
	MAIOR QUE 50%	
UTILIZA AGROTONICO?	NÃO UTILIZA	
	UTILIZA EM ATÉ 25% DA ÁREA DA PROPRIEDADE	
	UTILIZA EM ATÉ 50% DA ÁREA	
	UTILIZA EM ATÉ 75% DA ÁREA	
QUAL O DESTINO DADO AOS DEJETOS DOS ANIMAIS ?		
UTILIZA O FOGO PARA LIMPEZA DE ÁREA ?	NÃO	
	SIM	
QUAL O DESTINO DADO AO LIXO?	SEPARA	ORGÂNICO E SECO, E JOGA O SECO NOS ARREDORES
		ORGÂNICO E SECO; E QUEIMA O SECO
		ORGÂNICO E SECO; E ENTERRA O SECO
		ORGÂNICO E SECO; E ENTREGA O SECO
	NÃO SEPARA	JOGA NOS ARREDORES
		QUEIMA
		ENTERRA
		ENTREGA

- 1) Como começou a participar do MMC?
- 2) Em média quantas participações sua acontecem anualmente em reuniões do MMC?
- 3) Já cultivava sementes crioulas antes do MMC?
- 4) O que mudou na produção para o auto-sustento depois que começou a participar do MMC?
- 5) Para você qual a importância do cultivo de sementes crioulas?

- 6) Quais os cultivos existentes com sementes crioulas?
- 7) Quais os outros cultivos para o auto-sustento?
- 8) Qual origem das sementes?
- 9) Quais “espaços” utilizam para troca de sementes crioulas?
- 10) Como faz o armazenamento de sementes crioulas?
- 11) As sementes crioulas são todas utilizadas na produção para o auto-sustento?
- 12) Compra muito produto industrializado? O que acha disso?
- 13) Quais as diferenças do seu trabalho para o trabalho de sua mãe e de suas filhas?
- 14) Qual a opinião da sua família quanto a participação no MMC?
- 15) Como a comunidade identifica a sua participação no MMC?
- 16) Participa ou já participou de outra organização?
- 17) O que acha que ainda precisa mudar para valorização da mulher no campo?
- 18) Como são tomadas as decisões na propriedade? Quem costuma decidir o que fazer?
- 19) Quais são os principais gastos da família (para onde vai a maior parte da renda)?
- 20) Quais as atividades as mulheres realizam na propriedade?